



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ANTONIO PEDRO GONÇALVES

**OS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS DE FEVEREIRO E OUTUBRO DE 1917 NA
RÚSSIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Tubarão, 2007.

ANTONIO PEDRO GONÇALVES

**OS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS DE FEVEREIRO E OUTUBRO DE 1917 NA
RÚSSIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Ingo Voese.

TUBARÃO, 2007.

ANTONIO PEDRO GONÇALVES

**OS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS DE FEVEREIRO E OUTUBRO DE 1917 NA
RÚSSIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 25 de Junho de 2007.

Prof. Dr. Ingo Voese
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Dr. Milton Júlio Faccin
Universidade Estácio de Sá

Prof^ª. Dr^ª. Maria Marta Fullaneto
Universidade do Sul de Santa Catarina

Ao prisioneiro político que mesmo torturado e humilhado perdoou seus algozes: Jesus.

A minha mãe, Lezi, que soube lidar com os desafios do cotidiano e transmitir sua vivência na prática da luta diária.

Ao meu filho, Matheus, que enfrentará um futuro possivelmente muito mais contraditório e difícil que o atual.

E a todos os companheiros e companheiras de luta que acreditam que outro mundo socialista é possível pela ação revolucionária.

AGRADECIMENTOS

Devo meus agradecimentos ao Curso de História da Universidade do Sul de Santa Catarina e aos professores Alexandre de Medeiros Motta, Cláudio Damasceno Paz e Paulo Henrique Lúcio por me permitirem, há alguns anos atrás, iniciar a pesquisa que foi o ponto de partida deste trabalho; agradeço aos docentes Fábio Rauen, Marci Filleti, Maria Marta Furlaneto, Mariléia Reis e Solange Gallo do Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina pela concessão de uma bolsa de estudos, que me permitiu entrar de fato na vida acadêmica e concluir a dissertação. Também aprendi muito com os estudantes das escolas de classe popular, graduação e mestrado. Com eles discuti muito da problemática aqui tratada.

Agradeço aos escritos do historiador Valério Arcary que me levaram a percorrer os meandros do marxismo revolucionário.

À secretária do mestrado, Professora Sheila Viana Bardini, meu eterno agradecimento.

A Vinicius Valença Ribeiro por contribuir com as correções textuais.

E, finalmente, ao Professor Ingo Voese, aquele cujas idéias foram discutidas em cada capítulo. Suas colaborações se encontram, não neste ou naquele ponto em particular, mas na forma de encarar o problema como um todo (eu estava em uma boa posição para tomar de empréstimo não só suas idéias, como o material de suas anotações). Além disso, devo a ele minha permanência na academia seguindo uma linha teórica que vai “contra a maré”.

“Toda revolução é impossível, até que se torne inevitável”.

(Leon Trotsky, revolucionário russo).

RESUMO

O estudo diz respeito ao cotejo das versões dos protagonistas e marxistas revolucionários sobre os “Ascensos Revolucionários de Fevereiro e Outubro” nos textos dos livros didáticos de história. Como se trata de fatos históricos, são comuns diversos tipos de discursos acerca do tema. Conseqüentemente, verificamos nos recortes uma série de posicionamentos divergentes entre si. Isso se torna mais perceptível quando as versões diferentes são justapostos. Para tanto, se fez necessário que o olhar do historiador, mesmo tendo sido o ponto de partida desta pesquisa, ficasse em segundo plano, pois, o estudo se alicerçou a partir da Análise do Discurso tendo como fundamentação teórica Bakhtin e metodológica Voese. As obras foram fundamentais na *práxis* do trabalho, pois abrangem o contexto e a totalidade dos fatos e suas implicações ideológicas organizadas em suas diferentes conexões históricas. Assim, a pesquisa identificou as vozes sociais refletidas e refratadas, na tentativa de evidenciar e interpretar as ideologias inerentes ao discurso. Os recortes didáticos analisados tratam o processo revolucionário como mais uma insurreição que fracassou, não sendo descrito como a época da revolução operária socialista internacional.

Palavras-chaves: Discurso, História, Ideologia.

RESUMEN

El estudio hace respecto al cotejo de las versiones de los protagonistas y marxistas revolucionarios sobre los “Ascensos Revolucionarios de Febrero y Octubre” en los textos de los libros didácticos de historia. Como se trata de hechos históricos, son comunes diversos tipos de discursos acerca del tema. Consecuentemente, verificamos en los recortes una serie de posicionamientos divergentes entre sí. Eso tornase más perceptible cuando las versiones distintas son yuxtapuestas. Para tanto se hace necesario que el ojo del historiador, mismo que fuera el punto de partida de esta pesquisa, quedase en según plan, pues el estudio tiene su base a partir de la Análisis del Discurso teniendo como fundamentación teórica Bakhtin y metodología Voese. Las obras fueron fundamentales en la praxis del trabajo, pues comprende el contexto y la totalidad de los hechos y sus implicaciones ideológicas organizadas en sus diferentes conexiones históricas. Así, la pesquisa indicó las voces sociales reflejadas y refractadas, en la tentativa de evidenciar y interpretar las ideologías inherentes al discurso. Los recortes didácticos analizados tratan el proceso revolucionario como más una insurrección que fracasó, no siendo descrito como en la época de la revolución operaria socialista internacional.

Palabras-claves: Discurso, Historia, Ideología.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	UMA VERSÃO DOS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS	13
2.1	OS ANOS QUE ANTECEDERAM OS ASCENSOS.....	14
2.1.1	<i>Os partidos políticos antes da legalização ocorrida em 1905.....</i>	<i>19</i>
2.1.2	<i>As idéias reformistas e revolucionárias da I e II internacional.....</i>	<i>21</i>
2.1.3	<i>O “Ensaio Geral” de 1905: o Partido Bolchevique e os Soviets</i>	<i>26</i>
2.1.4	<i>A entrada da Rússia na 1ª Guerra Imperialista Mundializada</i>	<i>32</i>
2.2	O ASCENSO DE FEVEREIRO: OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO BURGUESA	36
2.2.1	<i>O Governo Provisório e os Soviets.....</i>	<i>37</i>
2.2.2	<i>As jornadas de julho: a contra revolução burguesa acusa Lênin de ser um agente alemão.....</i>	<i>41</i>
2.2.3	<i>A direita conservadora monárquica e a contra-revolução do exército burguês em crise.....</i>	<i>42</i>
2.3	O ASCENSO DE OUTUBRO: A ÉPOCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL.....	44
2.3.1	<i>As discussões sobre a atuação do Partido Bolchevique frente aos Soviets.....</i>	<i>45</i>
2.3.2	<i>O triunfo da Revolução de Outubro</i>	<i>48</i>
3	A ANÁLISE DO DISCURSO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	50
3.1	ORIENTAÇÕES PARA UMA ANÁLISE	55
3.2	AS VERSÕES DOS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS	58
3.2.1	<i>As versões do Ascenso de Fevereiro.....</i>	<i>58</i>
3.2.1.1	<i>O que dizem os livros didáticos</i>	<i>59</i>
3.2.1.2	<i>Os ditos dos protagonistas.....</i>	<i>60</i>
3.2.1.3	<i>Os ditos de alguns marxistas revolucionários.....</i>	<i>64</i>
3.2.1.4	<i>O que uns textos dizem e outros não dizem</i>	<i>68</i>
3.2.2	<i>As versões do Ascenso de Outubro.....</i>	<i>73</i>
3.2.2.1	<i>O que dizem os livros didáticos</i>	<i>74</i>
3.2.2.2	<i>Os ditos dos protagonistas.....</i>	<i>75</i>
3.2.2.3	<i>Os ditos de alguns marxistas revolucionários.....</i>	<i>77</i>
3.2.2.4	<i>O que uns textos dizem e outros não dizem</i>	<i>79</i>
3.2.3	<i>Análise dos silenciamentos das versões dos Ascensos Revolucionários.....</i>	<i>84</i>
3.2.3.1	<i>Os silenciamentos no Ascenso de Fevereiro</i>	<i>85</i>
3.2.3.2	<i>Os silenciamentos no Ascenso de Outubro</i>	<i>99</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
	ÍNDICE ONOSMÁTICO	128
	ANEXOS	131
	ANEXO A - O OPORTUNISMO E A FALÊNCIA DA II INTERNACIONAL.....	132
	ANEXO B – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL HISTÓRIA: COTIDIANO E MENTALIDADES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	ANEXO C – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL HISTÓRIA MARTINS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
	ANEXO D – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO CAMINHOS DAS CIVILIZAÇÕES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 INTRODUÇÃO

“O destino conduz aquele que consente, arrasta aquele que resiste”.

(Lênin, revolucionário russo).

O homem, desde sua origem em um assentado período histórico e numa determinada cultura, inevitavelmente está capaz de refletir em algum grau a mentalidade material da época deste período no seu discurso. A linguagem é sempre transmitida e tem em seu plano o imaginário social de sua cultura. Sem a linguagem, o homem é somente fisiologia. A linguagem nos dá a propriedade de ascender ao mundo da cultura. A linguagem é sustentáculo da ideologia que se interioriza em nossos discursos e práticas cotidianas. Afinal, não somos originariamente “alforriados”, pois, segundo Bakhtin, a nossa consciência individual trabalha com o mesmo material semiótico que impregna o meio social e também constitui a enunciação: “A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social” (BAKHTIN, 1997, p. 35).

O presente estudo consistiu, sob o olhar do analista do discurso, numa reflexão dos *ditos* que encobrem *não-ditos*, como silenciamentos ideológicos. Assim, a pesquisa buscou investigar, através dos textos escolhidos que tratam o tema nos livros didáticos de história, as vozes sociais refletidas e refratadas, identificando e interpretando as ideologias inerentes ao discurso.

Percebe-se muitas vezes na *práxis* escolar a elaboração do discurso teórico que propõe colocar os fatos como “eles realmente aconteceram”. Ingenuamente, parte-se do pressuposto de que o historiador, ao tentar compreender os fatos históricos, consegue permanecer neutro em relação ao objeto pesquisado. O historiador, independente de sua vontade, carrega, porém, na sua produção teórica, interesses de classe¹, defesa de pontos de vista e seleção de enfoques que fazem com que sua produção não seja imparcial. Partindo-se da idéia de que não é possível construir o objeto do conhecimento sem “informá-lo” com a pré-compreensão, não existe História neutra, porque (pré) compreender implica posicionamento ideológico. O discurso histórico organizado pelos autores dos livros didáticos estabelece, portanto, uma opção

¹ Fazemos referência ao conceito de classe (em Marx) sem perder de vista as várias profissões de ordem técnica e altamente estáveis como: Medicina, Engenharia, Arquitetura, Odontologia e etc. que estão sofrendo um processo de proletarianização decorrente da queda do nível da vida material. Dessa forma, afirmamos aqui a necessidade de se posicionar como classe, já que vivemos numa sociedade estratificada.

de classe, não necessariamente intencional, mas fruto do mecanismo do próprio conhecimento humano e da ideologia. Haverá, porém, sempre outras vozes numa pré - compreensão dos sujeitos sobre o fato histórico, que serão silenciadas. Tal pensamento foi pouco questionado, talvez por conta da forte crença da neutralidade discursiva que se constitui num posicionamento ideológico.

O acesso dos alunos às diferentes vozes que interpretam diferentemente um dado fato histórico, possibilitaria uma compreensão melhor e o desenvolvimento da avaliação crítica. Isto é, a disciplina de história trabalha com versões, ou seja, não há “verdades” sobre os fatos, há construções de interpretações. Por isso, uma educação emancipatória precisa colocar o aluno em contato com o maior número possível de versões para que eles façam sua opção de “verdade”. Por meio do cotejo entre os textos, realizado na pesquisa, as diferentes visões ideológicas eclodiram. Como pesquisamos diferentes versões, trabalhamos, obviamente, com discursos heterogêneos, frutos de posicionamentos ideológicos e determinações sociais distintas. Ou seja, evidenciamos o choque ideológico, o conflito entre as “verdades”.

A nossa pesquisa é essencialmente bibliográfica e documental. Para se evitar qualquer tipo de arbitrariedade na seleção do conteúdo didático e nas versões dos protagonistas e teóricos que falam sobre a revolução, nos debruçamos sobre um material já conhecido, que foi parte da *práxis*² escolar na disciplina História em escolas estaduais do Município de Tubarão - SC. Esse conhecimento prévio mostrou-se pertinente para a realização da pesquisa, pois foi a partir desse contato que pudemos perceber as diferentes versões de uma mesma fase³, etapa⁴, época⁵ e situação histórica ou conjuntura⁶. Saber disso antecipadamente nos deu melhores condições para uma especificidade do recorte histórico. Além dos livros didáticos, trabalhamos também com documentos referentes às versões de dois protagonistas do “Fevereiro” e “Outubro” russo de 1917 - Lênin (1916, 1980, 1983, 1986, 1990, 1992) e Trotsky (1978, 1979, 1989, 1992, 2000) – e três marxistas revolucionários que falam dos “Ascensos Revolucionários” – Moreno (1992, 2004, 2005), Novack (1988) e Arcary (2004) que fazem parte da escolha social empregada na pesquisa. A bibliografia pesquisada, referente ao mate-

² A atividade prática do indivíduo só se eleva a nível da práxis quando é *atividade humano-genérica consciente*; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, atividade individual não é mais do que uma *parte* da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado (HELLER, 1972, p. 32).

³ Estado transitório entre mudanças de aspecto, estrutura, caráter etc. Dentro de um espaço de tempo entre duas épocas ou acontecimentos (ENCICLOPÉDIA Delta Larousse, 1969, p. 1555).

⁴ A análise marxista a define como uma mudança histórica decorrente de uma ação que gera uma mudança estrutural e conjuntural, ou seja, a superação de uma etapa histórica (MORENO; PETIT, 1989, p. 24).

⁵ Qualquer espaço de tempo considerado em relação aos acontecimentos que nele se deram (ENCICLOPÉDIA Delta Larousse, 1969, p. 1312)..

⁶ Estudo das previsões econômicas em certos acontecimentos e em certas circunstâncias decorrente das ações históricas. (idem., *ibidem*, p. 808).

rial didático, englobou livros do Ensino Fundamental: Dreguer e Toledo (1995), Martins (1997), e do Ensino Médio: Vicentino (1997); que tratam da Revolução Russa de 1917, em específico dos “Ascensos Revolucionários de Fevereiro e Outubro”.

Ao fazermos o cotejo dos Ascensos Revolucionários nos livros didáticos de história, tentamos não criar formas estanques de análise optando por cotejar textos de formações discursivas diferentes. Na interação, os textos são enunciados para destinatários e em condições de produção diferentes.

Entretanto, os recortes fazem parte de um período histórico que tem várias etapas, e as etapas de Fevereiro e Outubro têm situações históricas distintas. Então, separamos os textos cotejados de acordo com a situação histórica dentro das mesmas etapas. A idéia é não fazer análises omissas e descompromissadas com o contexto em que foram ditas. Para tanto, buscamos a justaposição dos textos didáticos de história com os textos dos protagonistas da Revolução Russa: Lênin e Trotsky. Incluímos textos dos marxistas revolucionários que falam do tema revolução e as contribuições filosóficas de Heller (1972,1978) no conjunto do cotejo. Essa tarefa se mostrou útil para uma maior compreensão do trabalho de forma prática, mostrando por etapas o processo de análise e sendo criterioso, mas ao mesmo tempo funcional no desenvolvimento do trabalho como um todo. Afinal, não seria interessante uma pesquisa que não possibilite que o entendimento por qualquer leitor e pesquisador que queira e possa ter acesso a este trabalho. Foi esse o norte dado para a pesquisa desde seu desenvolvimento.

No capítulo II, vamos expor uma versão histórica dos Ascensos Revolucionários de Fevereiro e Outubro de acordo com os escritos dos protagonistas da revolução e alguns marxistas revolucionários que falam sobre o tema. No III capítulo, esboçamos alguns elementos pertinentes à teoria bakhtiniana sobre a noção de cotejo e a Metodologia de Análise do Discurso em Voese (1997, 2004). Os últimos recortes do Fevereiro e Outubro foram extraídos de livros selecionados do Ensino Médio (sendo um livro único para as 1ª, 2ª e 3ª séries) e do Ensino Fundamental de 8ª série. Para poder ajudar a visualizar a parte do texto que está sendo cotejada grifamos os recortes. Por último, separamos os textos didáticos de história cotejados por itens, pois tratamos de situações históricas diferentes dentro de uma mesma etapa.

No IV capítulo, buscamos fazer algumas considerações sobre os efeitos dos silenciamentos na *práxis* escolar dentro do contexto atual e as possibilidades para sua superação numa perspectiva discursiva e histórica.

2 UMA VERSÃO DOS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS

“Revoluções são processos que não se resumem ao triunfo ou derrotas de insurreições e muito menos pelos seus resultados”.

(Valério Arcary, historiador)

A palavra ascenso designa subida, crescimento ou desenvolvimento. Este é o mesmo significado dado por Nahuel Moreno (1992) em seu livro *Teses para atualização do programa de transição* sobre as situações revolucionárias e pré-revolucionárias⁷ ocorridas no ano de 1917 na Rússia no século XX.

Para seu livro, Moreno buscou na obra *Programa de Transição e Revolução Permanente* da autoria de Trotsky, a analogia histórica do Fevereiro e Outubro com o intuito de aplicá-la a qualquer revolução, burguesa ou proletária. Isto é, revolução, sem exclusão do caráter de classe.

Os “Ascensos Revolucionários” são a combinação de forças reivindicatórias. Seu caráter de classe pode ser de ordem burguesa ou proletária, ou seja, depende diretamente dos rumos que a direção revolucionária toma.

[...] os dois elementos determinantes de todos os fenômenos contemporâneos, as causas última e primeira, as que determinam, com suas diferentes combinações, todos os fenômenos, são os **ascensos revolucionários** das lutas da classe operária e dos povos atrasados, por um lado, e a **crise de direção revolucionária** por outro. (MORENO, 1992, p.11).

O “Ascenso de Fevereiro” se caracterizou como uma revolução democrática burguesa em que prevaleceu a propriedade privada dos meios de produção. Já o “Ascenso de Outubro” foi uma revolução socialista em que o poder foi exercido pelos trabalhadores com o fim da propriedade privada dos meios de produção. Tanto um como o outro fizeram parte do mesmo período histórico denominado como Revolução Russa de 1917.

⁷ *Conceitos que buscam caracterizar a correlação de forças entre as classes em luta num certo período. No entanto, existem quatro condições para tal situação: 1) A crise total, econômica e política da burguesia e do Estado; 2) A esquerdização da pequena-burguesia ou classe média; 3) A vontade revolucionária da classe operária; 4) A existência de um partido marxista revolucionário que tenha influência de massas, que queira tomar o poder e lute com tudo para fazê-lo, não se aliando ou aceitando concessões da burguesia e que tenha como dirigentes a classe operária e camponesa (TROTSKY, 1992, p. 59).*

2.1 OS ANOS QUE ANTECEDERAM OS ASCENSOS

No início do século XX, a Rússia tinha uma população superior a 150 milhões de habitantes que viviam um período de profundas contradições, muitas delas decorrentes dos valores impostos pelo antigo regime, que se chocava com o mundo capitalista emergente. No topo da pirâmide social, estavam os grandes proprietários de terras, o clero e os oficiais do exército, configurando uma organização social baseada na propriedade privada da terra e dos meios de produção.

A dinastia dos *Romanov*, no poder desde 1613, governava de forma absolutista: o *Tzar*⁸ se confundia com o Estado, agindo politicamente em função da grandeza imperial e da ampliação de seu poder, deixando a burguesia atrelada à autocracia. O Estado não satisfazia as aspirações burguesas de industrialização e modernização capitalista; ao contrário, a burguesia servia ao Estado, fortalecendo o “poder feudal” czarista.

Os laços servis na Rússia começaram a se fortalecer exatamente no momento em que, no Ocidente europeu, o feudalismo estava se desestruturando. O reforço à condição servil correspondeu proporcionalmente ao nível político pela centralização do Estado, desde o final do século XVI. “A partir de 1580 a legislação de Ivan IV proibia o camponês de abandonar a terra do senhor feudal” (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 1969, p. 1647). A servidão feudal se sobrepôs a uma estrutura comunitária existente anteriormente: o *mir*. O *mir* era a comunidade aldeã em que não existiam diferenças sociais profundas, sendo a terra partilhada anualmente entre seus integrantes, que a possuíam coletivamente. A comunidade aldeã mantinha firmes laços de solidariedade, sendo ao mesmo tempo a célula econômica e social básica do campesinato.

As terras, em geral áreas enormes, pertenciam aos *boiardos*⁹, que exploravam a grande massa camponesa, apesar de ter dado aos servos, os *mujiques*, liberdade pessoal e habilitação para tornarem-se proprietários com o fim da servidão.

O *Tzar* Alexandre II, morto por anarquistas que tinham como tática de ruptura a estratégia do terrorismo, possibilitou algumas liberdades aos camponeses sem alterar a estrutura fundiária tradicional, evitando o confisco de terras por parte dos vários movimentos sociais de época na Rússia. Seu filho e sucessor, Alexandre III (1881-1894), ao invés de levar em conta os problemas sociais e tentar reformar a economia, preferiu abafar os protestos com

⁸ Rei absolutista russo.

⁹ Nobres e grandes proprietários de terras.

uma violenta repressão a jornais, universidades, partidos políticos e movimentos grevistas. Essa política foi mantida e reforçada por seu sucessor Nicolau II (1894-1917).

A compra, por parte do governo czarista, de propriedades que seriam distribuídas aos *mujiques*, não foi suficiente para conquistar a simpatia popular almejada. Isso aconteceu porque as terras seriam entregues às aldeias (*mir*) que, por sua vez, repassavam os lotes aos camponeses mediante um pagamento que indenizava o Estado em parcelas que seriam pagas em 49 anos. Isto é, na prática, continuariam servos do Estado. Ainda: cerca de 40% das terras continuavam sob o domínio da nobreza feudal, enquanto os camponeses viviam em total miséria. Uma vez que a organização vigente foi rompida o resultado da reforma foi acentuada crise social e política.

A reforma de 1861 transformou o *mir* em uma célula administrativa, pois a comunidade era coletivamente responsável pelo pagamento da dívida ao Estado, que assumiria o pagamento das indenizações aos senhores da nobreza. Ao mesmo tempo, aumentava a compra e vendas de terras por elementos urbanos ou camponeses enriquecidos saídos da própria comunidade aldeã – eram os *kulaks*, médios e grandes latifundiários que compunham a burguesia rural e eram donos de terras mais vastas.

Uma boa parte da nobreza rural não se adaptou à conversão para uma produção de mercados, e nos *Zemstvos*¹⁰, os seus representantes constituíam opositores moderados do governo: protestavam contra a política de elevação de tarifas alfandegárias destinadas a favorecer a industrialização, mas que não beneficiava a agricultura; mostravam-se também favoráveis a uma Monarquia Constitucional¹¹.

A questão agrária agravou-se com as reformas de 1906, que autorizava os camponeses a se retirar da comunidade com sua parcela de terra e procurar recursos com o auxílio do Banco camponês. Foi uma medida que só favorecia os *kulaks*¹², pois no *mir*, procedeu-se à partilha definitiva das terras. “Com o desaparecimento da solidariedade aldeã, os mais pobres viram-se obrigados a vender seu lote para enfrentar o risco da fome; dessa maneira, criou-se um fosso no mundo rural e secular, entre o campesinato pobre e sem terra e a nobreza rural” (LÊNIN, 1983, p. 67).

O desenvolvimento, as conquistas, o engrandecimento do Estado, ou seja, as especificidades do mundo moderno foram representadas na Rússia pelo *Tzar* Pedro, o Grande (1682-1725). O *Tzar* adotou novas formas de administração e educação, importando tecnolo-

¹⁰ Assembléias provinciais formadas por pequenos e médios proprietários de terra.

¹¹ Este tipo de regime político-econômico mantinha os privilégios dos *boiardos* e da burguesia russa que, naquela situação histórica, dividem o poder com o *Tzar*, controlando o Estado através de leis que os favoreciam. O modelo político que servia de exemplo na época era a monarquia-parlamentar inglesa.

¹² Designa o *camponês rico* que emprega mão-de-obra (TROTSKY, 2005, p. 37).

gias do Ocidente e transformando São Petersburgo, na capital russa, a janela para a Europa. Implantou-se o desenvolvimento que incorporava o sentido de progresso ocidental. Esse espírito desenvolvimentista só seria retomado na segunda metade do século XIX, com a tendência do desenvolvimento de relações capitalistas, que levaram à crescente diferenciação social dentro do próprio campesinato. A servidão tornou-se um entrave ao desenvolvimento daquelas relações com o encorajamento da industrialização pelos últimos tzares russos.

Essa desigualdade de combinações entre os diversos fenômenos históricos envolvendo o atraso histórico da Rússia são explicados pela lei do desenvolvimento desigual e combinado¹³ que advém dos filósofos e historiadores gregos, passando pelos antecessores da Escola de Hegel¹⁴, na Alemanha, só foi efetivamente aplicada, pela primeira vez, pelos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels, há aproximadamente um século. “Está lei é uma das maiores contribuições do marxismo à compreensão científica da história e um dos mais poderosos instrumentos de análise histórica” (NOVACK, 1988, p. 14).

Os mais destacados teóricos do marxismo, desde Kautsky e Luxemburgo até Plékhanov e Lênin, reconheceram a sua importância, observaram seu funcionamento e consequências e usaram-na para a solução de problema. A própria Revolução Russa foi o mais claro desenvolvimento desigual e combinado na história moderna. Em sua análise clássica deste acontecimento, Trotsky não só deu nome a lei, como também foi o primeiro que a expôs em seu pleno significado e lhe deu expressão acabada.

¹³ Lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é a fusão de duas leis intimamente relacionadas – desigualdade e combinação. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Os aspectos fundamentais da lei podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: O fator mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Estas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual. Essas variações entre múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior. Essas formações combinadas têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados. Está é a essência da lei do desenvolvimento combinado. É óbvio que estas duas leis, estes dois aspectos de uma só lei, não atuam ao mesmo nível. A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. A segunda lei cresce sobre a primeira e depende desta. E, por sua vez, esta atua sobre aquela, afetando-a no seu posterior funcionamento (NOVACK, 1988, p. 9).

¹⁴ Escola de pensamento alemã que preconizava o pensamento dialético, no qual, rompia com o pensamento idealista e romântico de época. A dialética e a lógica formal mantêm uma relação semelhante à que existe entre as matemáticas inferiores e superiores. “Hegel, em sua lógica, estabeleceu uma série de leis: mudança de quantidade em qualidade, desenvolvimento através das contradições, conflito entre conteúdo e a forma, interrupção da continuidade, mudança e possibilidade em inevitabilidade etc..., que são tão importantes para o pensamento teórico como o silogismo simples para as tarefas mais elementares”. (TROTSKY, 2000, p.72).

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida essa indústria não percorreu desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram do Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em diversos períodos com extrema rapidez (TROTSKY, 1978, p. 28).

Sendo assim, fica claro que Marx não errou em dizer que o “Ascenso revolucionário” se daria na Inglaterra, já que se encontrava em pleno crescimento das forças produtivas, mas pela agudização¹⁵ do processo de produção, alienação e da exploração do trabalhador pela Mais-Valia¹⁶. Demonstrando que pode haver maneiras e formas de produção combinadas, coexistindo no mesmo espaço e tempo.

Na questão operária não era muito diferente. O processo de industrialização russa foi bastante tardio, comparado ao de outras potências capitalistas na Europa. Tal industrialização era de caráter dependente dos financiamentos externos e em geral, voltados para a exportação, especialmente de material bélico, imposta pela concorrência nas demais potências industriais e pelas inúmeras áreas de atrito nas extensas fronteiras do Império. O governo russo, deste modo, favoreceu investimentos externos de governos liberais democráticos¹⁷. Os países capitalistas que fizeram investimentos na Rússia foram favorecidos pela enorme oferta de mão-de-obra gerada pelo êxodo rural e que se circunscreveu geograficamente aos grandes centros urbanos, constituídos por Moscou, Petrogrado, e a região do Don¹⁸, que se destaca por seu alto grau de concentração industrial.

¹⁵ Aumento drástico da exploração da força de trabalho operário-camponesa.

¹⁶ O conceito de mais-valia é um conceito-chave. Através dele podemos explicar, de forma científica e rigorosa, a exploração capitalista e, assim, vislumbrar o que é necessário para suprimi-la. O operário só possui sua força de trabalho. Ele a oferece como mercadoria ao burguês (dono dos meios de produção), que a compra por uma determinada quantia em dinheiro (salário) para fazê-lo trabalhar durante certo período de tempo; 8 horas por dia, por exemplo. A partir do momento em que a compra, a força de trabalho do operário passa a pertencer ao burguês, que dispõe dela como quiser. O custo de manutenção da força de trabalho (operário, máquinas) constitui seu valor; a mais-valia é a diferença entre o valor produzido pela força de trabalho e o custo de sua manutenção. Para ficar mais fácil de entender, vamos estudar um exemplo. Suponhamos que um operário seja contratado para trabalhar 8 horas por dia numa fábrica de motocicletas. O patrão lhe paga 16,00 reais por dia, ou seja, 2,00 reais por hora, o operário produz duas motos por mês. O patrão vende cada moto por 3883,00 reais. Deste dinheiro, ele desconta o que gasta com matéria-prima, desgaste de máquinas, energia elétrica, etc. Exagerando bastante, vamos supor que esses gastos somem 2912,00 reais. Logo, sobram de lucro para o patrão 971,00 reais por moto vendida (3883,00 reais menos 2912,00 reais é igual a 971,00 reais). Se o operário produz duas motos por mês, ele produz, na verdade 1942,00 reais por mês (2 horas x 971,00). Se, num mês, ele trabalhar 240 horas, produzirá 8,10 reais por hora (1942,00 reais divididos por 240 horas). Portanto, em 8 horas de trabalho ele produz 64,80 reais (8,10 reais x 8 horas) e ganha 16,00 reais. A mais-valia é exatamente o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho. Se sua força de trabalho vale 16 reais e ele cria 64,80 reais a mais-valia que ele dá ao patrão é de 48,80 reais. Ou seja, o operário trabalha a maior parte do tempo de graça para o patrão (MORENO; PETIT, p. 15, 1989).

¹⁷ Grupo partidário que defende a propriedade privada dos modos de produção e conseqüentemente a exploração do trabalhador, mas, que defendem o sufrágio universal e liberdades democráticas como bandeira de luta única.

¹⁸ Localizado ao sudoeste da Rússia e com grandes recursos naturais de carvão e aço.

No começo do século XX, a Rússia era um dos países mais atrasados do mundo. O Estado russo ainda era uma monarquia absoluta. O *Tzar* governava amparado socialmente nos latifundiários e politicamente em uma burocracia formadora de uma “nobreza de função”¹⁹. Essas condições tiveram conseqüências sociais importantes; o proletariado, ainda que em número reduzido, apesar de evidente crescimento numérico, concentrou-se em algumas cidades - embora fosse de origem camponesa -, logo se desligou do campo, não apenas pelas condições de trabalho como também pela ação que junto a ele exerceram os partidos revolucionários.

As difíceis condições de vida agravaram-se a partir de 1905 com a desvalorização dos salários e a alta constante dos preços, além da alta taxa de desemprego. “Enquanto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos a economia já era industrial, na Rússia 80% da população vivia no campo. Quase 90% de seus habitantes não sabiam ler nem escrever” (TROTSKY, 1979, p. 21). O povo era humilhado e ofendido pela ostentação da nobreza parasitária e de uma burguesia vacilante - já que as indústrias eram mantidas com capitais estrangeiros, o que mostra a fragilidade e dependência externa da burguesia russa. Ao mesmo tempo, segundo Trotsky (1979), os trabalhadores não tinham suas condições básicas de sobrevivência asseguradas: teto, vestuário e alimentação.

Na Europa Ocidental, no começo do século XX, as lutas dos sindicatos operários e dos partidos políticos de esquerda já tinham conseguido alguns avanços contra o Estado burguês, tais como: redução da jornada de trabalho, garantias e leis de proteção social, enquanto que, na Rússia, os trabalhadores não tinham amparo das leis burguesas. Eram comuns jornadas de trabalho de mais de 12 horas; não havia férias anuais e nem aposentadoria. A repressão política era uma constante. Nesse clima, organizaram-se os partidos políticos de oposição, que, por não terem liberdade de expressão, atuavam na clandestinidade e no amparo de ideologias importadas do ocidente.

¹⁹ Pessoas que viviam de favores do *Tzar*. Verdadeiros parasitas do Estado feudal tzarista.

2.1.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS ANTES DA LEGALIZAÇÃO OCORRIDA EM 1905

A oposição ao regime czarista²⁰ começou a crescer, a partir do fim do século XIX, procurando atuar melhor através da organização dos partidos políticos, os quais permaneceram ilegais até 1905. Durante a década de 1840, o desenvolvimento das opiniões tinha originado na Rússia duas atitudes gerais, convencionalmente chamadas de Eslavofilia²¹ e de Ocidentalismo²².

Em 1898 foi fundado o Partido Operário Social-Democrata Russo, no qual se destacavam Vladimir Ilich Ulianov, mais conhecido como Lênin, e Júlio Martov. Embora seguindo as idéias de Marx e Engels, o partido dividiu-se em duas tendências: a dos *bolcheviques*²³, liderados por Lênin e defensores da formação de um partido combativo; e a dos *mencheviques*²⁴, chefiados por Martov, que pretendia um partido de atuação moderada, inclusive com alianças a partidos sem idéias socialistas, ou seja, alianças com a política de conciliação de classes denunciada por Lênin na II Internacional²⁵ como uma corrente oportunista que teve sua maior representação com Ernest Bernstein no Partido Social-Democrata Alemão, o mais aberto representante do revisionismo de direita²⁶.

²⁰ Tzarista ou Czarismo, regime semifeudal monárquico e ditatorial dos Tzares (imperadores) que dominou por séculos a Rússia, até ser derrubado pela Revolução de Fevereiro de 1917 (MORENO, p. 267, 2003).

²¹ Os eslavófilos afirmavam singularidade do passado nacional russo, resistindo à penetração de idéias do Ocidente, que consideravam “decadente e nas garras de um racionalismo materialista”; dotados de fervor místico, ligados à igreja oficial, acabaram por identificar-se com o Tzarismo, fazendo a propaganda do Pan-Eslavismo que justificava uma política expansionista nos Bálcãs (ENCICLOPÉDIA Delta Larousse, 1969, p. 1658-1659).

²² Os ocidentalistas consideravam a cultura ocidental européia como superior, desejando difundir-las na Rússia; acreditavam na Ciência, no governo constitucional, nos valores liberais e eram contra a servidão (Idem., ibidem, p. 1659).

²³ Partido que dirigiu a Revolução Russa de 1917. Surge em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, quando o partido dividiu-se em duas alas, a revolucionária – bolchevique, que significa maioria, em russo -, dirigida por Lênin, e a reformista – mencheviques, minoria (MORENO, p. 265, 2003).

²⁴ Ala reformista da social-democracia russa. Tiveram uma política contra-revolucionária durante a Revolução Russa de 1917. Defendiam que a Rússia ainda deveria atravessar uma longa etapa de desenvolvimento capitalista e, por isso, após a Revolução de Fevereiro, entregaram o poder à burguesia visando à instauração de uma república parlamentar burguesa (MORENO, p. 264, 2003).

²⁵ Organização de partidos nacionais da social democracia e partidos operários, unindo tanto reformistas como revolucionários. Teve papel fundamental na organização política e sindical de trabalhadores e também na conquista de seus direitos econômicos e políticos, principalmente na Europa. Seu papel progressista terminou em 1914, quando a maioria de seus partidos traiu a classe operária ao apoiar seus respectivos governos e burguesias nacionais na entrada na 1ª Guerra Mundial (Idem. Ibidem, p. 264).

²⁶ Corrente política contrária a idéias revolucionárias preconizadas por Marx, Engels, Lênin e Trotsky em suas práticas teóricas.

Segundo Lênin:

Pronunciava-se contra a doutrina de revolução socialista e a ditadura do proletariado, declarando como única tarefa do movimento operário a luta por reformas, pela melhoria da situação econômica dos operários no quadro da sociedade capitalista. Altamente contraditório as idéias marxistas, de luta e tomada de poder pelo proletariado (LÊNIN, 1983, p. 56).

Comparemos os fabianos ingleses com os kautskistas²⁷ alemães. Eis o que escrevia acerca de um dos primeiros marxistas revolucionários, Friedrich Engels, em 18 de janeiro de 1893: “[...] um bando de ambiciosos que têm um entendimento suficiente para verem a inevitabilidade do revolucionamento mundial, mas para quem é, no entanto, impossível confiar este trabalho gigantesco ao proletariado imaturo. Medo da revolução é seu princípio fundamental” (1994, p. 79). O conteúdo político dos kautskistas e a colaboração das classes, a renúncia da ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia, sendo a última, continuação direta da política liberal inglesa²⁸.

Outra organização foi o Partido Socialista Revolucionário²⁹, que também se dividiu em duas tendências. Uma delas seguia as idéias de Miguel Bakunin, anarquista russo, partidário de táticas violentas para destruir o regime czarista, não desprezando o recurso de promover atentados contra o *Tzar*, ministros, governadores etc.

No entanto, a tática de violência é contrária ao marxismo revolucionário, pois a base do Estado capitalista não são os ministros de governo, que não pode ser eliminada junto com eles. Assim, não se pode libertar da opressão e das injustiças com o simples assassinato de determinados ministros ou a explosão de determinados exércitos ou quaisquer outros alvos. É necessário arrancar as raízes do próprio sistema capitalista. A única força capaz disso é a força coletiva da massa trabalhadora. “Uma greve, mesmo de dimensões modestas, tem consequências sociais – o fortalecimento da autoconfiança dos trabalhadores, o crescimento de um sindicato e, não raro, até mesmo uma melhoria nas técnicas de produção” (TROTSKY, 1992, p. 98).

²⁷ Seguidores das idéias reformistas de Karl Kautsky um dos mais ferrenhos opositores da ditadura do proletariado como uma corrente conservadora e traidora que emergiu na II internacional.

²⁸ De forma sucinta, caracteriza-se por uma política sócio-econômica que acreditava na não intervenção do Estado na economia.

²⁹ Anarquistas russos que tinham como tática a ruptura direta com o sistema, ou seja, não acreditavam em acompanhar o movimento histórico. Agiam de forma isolada, se afastando das massas, pois não acreditavam no proletariado como classe dirigente da revolução.

O Partido *Kadet*, reunia elementos da burguesia e de alguns setores da nobreza. Era composta por defensores da ideologia liberal com a pretensão de instalar na Rússia um sistema de governo semelhante ao da Inglaterra, uma Monarquia Constitucional. O Estado czarista julgou então, em 1865, ter chegado ao máximo das concessões possíveis e adotou a norma de absolutismo paternal³⁰. Porém, uma parte das classes esclarecidas reclamou por reformas políticas e sociais. Eram os “nihilistas”, intelectuais que queriam reconstituir tudo novamente, ou seja, políticos que não acreditavam em nada produzido pelo homem, mas acreditavam na natureza e no estado de espírito das coisas. Também na mocidade culta se desenvolveu um socialismo místico, importado do Ocidente e feito de grande piedade do povo, sendo um apelo religioso de salvação, redenção e benevolência.

2.1.2 AS IDÉIAS REFORMISTAS E REVOLUCIONÁRIAS DA I E II INTERNACIONAL

A II internacional, fundada em 1890, começou onde tinha acabado a I internacional³¹ de 1864, que constituiu um passo qualitativo em frente. A tarefa histórica da I internacional foi estabelecer os princípios fundamentais, o programa, a estratégia e a tática marxista revolucionária em escala internacional.

De todas as formas, na sua concepção, a I internacional não era uma internacional marxista, mas uma organização extremamente heterogênea, composta por sindicalistas, reformistas britânicos, proudhonistas³² franceses, italianos, anarquistas³³ e outros do estilo.

Combinando a firmeza de princípios com uma grande flexibilidade tática, Marx e Engels, gradualmente, ganharam a maioria dos debates nas plenárias da internacional. Numa carta a Engels, Marx explicava que tinham que usar de extremo tato, especialmente na hora de

³⁰ Modelo propagandístico adotado pelo regime czarista que incutia a idéia de que o *Tzar* era o “pai de toda a Rússia”. Muito semelhante ao fenômeno de massas chamado de populismo, uma forma de enganar a população com apelos religiosos e fraternais associado ao nacionalismo burguês.

³¹ Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), posteriormente conhecida como I internacional. Foi fundada em 28 de setembro de 1864 numa assembléia pública em Saint Martin’s Hall de Long Acre, Londres, na qual se elegeu um comitê provisório integrado por Karl Marx. Em 1872, o Congresso de Haia transferiu o Conselho Geral da AIT para os Estados Unidos, e nesse país ela subsistiu até o congresso de Filadélfia, em 1876 (MARX; ENGELS, p. 31, 2001)

³² Adeptos de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), escritor e economista francês, um dos fundadores do anarquismo. Marx e Engels lutaram contra as tentativas dos proudhonianos de imporem seus princípios à Internacional. Em 1847, respondendo ao livro *Filosofia da Miséria*, de Proudhon (1846), Marx criticou duramente a doutrina proudhoniana em “*A Miséria da Filosofia*” (MARX; ENGELS, p. 31, 2001).

³³ Corrente política de pensamento que acredita numa revolução “espontânea” das massas, ou seja, com a ausência do proletariado. A principal idéia dos anarquistas é a de que nenhum homem tem o direito de mandar em outro homem, ou seja, não acreditam na ditadura do proletariado, mas na “revolução espontânea” das massas diretamente para o comunismo sem a sua etapa intermediária que é o socialismo.

combater os preconceitos dos reformistas britânicos. Numa frase, resume a atitude dos marxistas no seu trabalho e nas organizações operárias reformistas: “[...] os operários devem levar ao extremo as propostas dos democratas, que, como é natural, não agirão como revolucionários, mas como simples reformistas” (MARX; ENGELS, 2001, p.93).

No Congresso de Londres, em 1903, duas tendências se enfrentaram. Os reformistas de direita defendendo as mudanças dentro da constitucionalidade democrática, e do outro lado, os socialistas revolucionários, que acreditavam na ruptura do sistema que só seria levada a cabo numa tomada de poder pelos trabalhadores organizados e conscientizados para a luta de classes, segundo os moldes do marxismo revolucionário, preconizado por Marx e Engels. No entanto, não acreditavam na ditadura do proletariado³⁴ como etapa intermediária para a passagem para o socialismo.

A I internacional conseguiu assentar as bases teóricas para uma genuína Internacional revolucionária. Mas, nunca foi uma autêntica Internacional de massas. A derrota da Comuna de Paris³⁵ teve um efeito desorientador sobre as débeis forças da I internacional que entrou em crise, agravada pelas intrigas dos bakunistas (anarquistas). Para evitar que a internacional caísse nas mãos dos bakunistas, Marx e Engels primeiro trasladaram a sede da Internacional para os Estados Unidos e, depois, decidiram dissolvê-la em 1872, apesar de continuarem a defender os princípios do internacionalismo proletário. Durante certo período, Marx e Engels estiveram sem atuação numa organização que fosse representativa dos trabalhadores internacionalmente.

A II internacional começou por ser uma “internacional de massas” que uniu e organizou milhares de trabalhadores com partidos e sindicatos de massas na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Estados Unidos e muitos outros países que sofreram o processo de industrialização capitalista. Além disso, pelo menos em palavras, defenderam os princípios do marxismo revolucionário. Com isto o futuro do socialismo parecia estar garantido.

O drama da II internacional de 1890 foi o de ter-se formado num longo período de auge capitalista, entre 1871-1914, e de uma grande difusão do pensamento clássico da social democracia. Este fato deixou a sua marca na mentalidade do setor dirigente dos partidos e sindicatos social-democratas.

³⁴ Idéia de Marx e Engels em elevar o proletariado à classe dirigente de uma nação, ou seja, seriam os mandatários – no caso os trabalhadores do campo e da cidade – da política social e econômica.

³⁵ Primeiro governo operário da História, formado em Paris, na França, em 1871. A comuna sobreviveu por 72 dias, até ser esmagada por tropas leais à burguesia e à nobreza. Sua breve existência trouxe os primeiros ensinamentos sobre as formas de organização de um Estado operário (MORENO, p. 275, 2003).

Nahuel Moreno comenta o assunto:

Sobre a base de um longo período de crescimento econômico foi possível para o capitalismo fazer concessões à classe operária ou, mais concretamente, à sua camada superior. Os sindicatos aumentaram sua força em crescimento de massas, mas não de quadros revolucionários treinados (1992, p. 23).

Em geral, foi um período de reformas, e não de revoluções, havendo algumas exceções, como foi o caso da Revolução Russa de 1905. Este não foi o caráter histórico geral de época. Apesar de formalmente aderirem à idéia do socialismo, na prática, os dirigentes social-democratas na França, Alemanha, Grã-Bretanha e noutros países estavam a aplicar políticas reformistas de concessão e conciliação de classes. Isso foi materializado rapidamente por Bernstein na sua famosa metáfora: “O movimento é tudo. O objetivo final não é nada” (MORENO, 1992, p.36).

Antes de 1914, Lênin, Trotsky, Liebknecht e Rosa de Luxemburgo eram social-democratas³⁶. Na realidade, estavam a conduzir uma luta por uma política marxista revolucionária dentro da II internacional. Contudo, o único que realmente entendeu o papel do partido revolucionário foi Lênin. Mesmo Trotsky, apesar de sua correta apreciação das perspectivas para a revolução russa, estava confundindo sobre este aspecto até 1917 fazendo uma autocrítica de seu posicionamento após 1905 que o levará, inclusive a reler e escrever a idéia da revolução permanente.

A essa altura, é bom lembrar que a primeira revolução russa em 1905 irrompe pouco mais de meio século após a época das revoluções burguesas na Europa e trinta e cinco anos depois da insurreição da Comuna de Paris. A Europa já havia perdido o hábito das revoluções. A Rússia as desconhecia completamente. Todos os problemas de revolução se formulavam em novos termos. É fácil compreender que a revolução que se aproximava representava então para nós uma massa de elementos desconhecidos ou duvidosos. As fórmulas de todos os grupos não passavam, em suma, de hipóteses de trabalho, é preciso ser totalmente incapaz de fazer um prognóstico histórico e compreender seus métodos para considerar, hoje, as avaliações e análises de 1905 como se eles datassem de ontem. Não raro digo a mim mesmo e freqüentemente repito aos meus amigos: sem dúvida nos meus prognósticos de 1905 houve grandes lacunas muito fáceis de perceber, agora, após o fato consumado. Por ventura, todos os meus críticos os previram melhor do que eu e com maior alcance? Não tendo tido oportunidade de reler meus antigos trabalhos, admitia, antecipadamente, que eles continham falhas muito graves e importantes do que na realidade apresentavam. Disso me convenci, em 1928, durante meu exílio em Alma-Ata, onde o repouso político forçado me deu tempo necessário para reler e anotar meus velhos escritos consagrados ao problema da revolução permanente (TROTSKY, 1979, p. 22).

³⁶ A social-democracia preconizava – a princípio – a luta por condições justas de vida, sem alterar o caráter de classe do Estado. No entanto, os partidos marxistas, neste momento, ainda são embrionários. Mas, com o desenvolvimento do conhecimento da lógica dialética, começa a haver divisões fracionais dentro da social-democracia – em especial os espartaquistas da social-democracia alemã, que lutaram internamente dentro dos princípios e das teses marxistas contra o pensamento reformista de época.

Na Alemanha, Rosa de Luxemburgo era uma destacada revolucionária que tentava combater a política reformista da direção do Partido Social Democrata Alemão, em que ela dava maior ênfase ao movimento espontâneo de classe e da greve geral. Ela entendia melhor o papel de Kautsky e da chamada “esquerda” alemã - na realidade centristas -, principalmente porque os podia ver mais de perto.

Lênin, no primeiro momento, tinha ilusões com relação a Kautsky e definia-se a si mesmo como um “Kautsky ortodoxo” praticamente até a 1ª Guerra Imperialista Mundializada, mas, no manifesto do Congresso da Basileia em 1912³⁷, que se refere à guerra capitalista imperialista mundializada, e que foi adotado por todos os partidos socialistas do mundo, que avaliaram a situação histórica concreta da guerra. Os reformistas liderados por Kautsky, foram duramente criticados por Lênin, no manifesto³⁸, ele via em seu conteúdo, as contradições históricas necessárias para um “Ascenso revolucionário” da classe trabalhadora mundial.

Nele não há nem uma única palavrinha sobre a defesa da pátria, nem sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra defensiva, nem uma palavra sobre tudo que afirmam agora aos quatro ventos os oportunistas e os Kautskistas da Alemanha e da quádrupla Entente. O manifesto não podia falar disso, dado que aquilo que ele diz exclui absolutamente qualquer emprego desses conceitos. Ele indica de maneira absoluta e concreta uma série de conflitos econômicos e políticos que preparam essa guerra durante decênios, que se tinham revelado plenamente em 1912 e provocaram a guerra de 1914. O manifesto recorda o conflito russo-austriaco a propósito da “hegemonia dos Bálcãs”, o conflito entre a Inglaterra, a França e a Alemanha (entre todos estes países!) a propósito da sua política da conquista da “Ásia Menor”, o conflito austro-italiano a propósito da aspiração ao domínio na Albânia, etc. O manifesto define numa palavra todos esses conflitos no terreno do “imperialismo capitalista”. Desse modo, o manifesto reconhece com toda a clareza o caráter espoliador, imperialista, reacionário, escravista desta guerra, isto é, o caráter que transforma a admissibilidade da defesa da pátria numa insensatez do ponto de vista teórico e num absurdo do ponto de vista prático. Está em curso uma luta dos grandes tubarões para devorar “pátrias” estrangeiras (LÊNIN, 1916, p. 12).

Na idéia de Lênin, jamais haveria espaço, num partido marxista revolucionário, que tivesse como prática política a conciliação ou concessão de classes, pois esta seria a derrocada dos trabalhadores em sua luta pela ruptura com a classe economicamente dominante. A esse respeito, no discurso de Lênin na sessão do Comitê do Partido em Petrogrado, a 14 de novembro de 1917, é ainda mais significativo. Discutia-se a questão do acordo com os *mencheviques* e socialistas revolucionários. Os partidos dessa aliança tentaram, embora muito timidamente, fazer uma alusão ao caráter do marxismo revolucionário.

³⁷ Ver no anexo A dessa pesquisa o texto: “*O oportunismo e a falência da II Internacional*” de Lênin, publicada na Revista Vorboten nº1 de janeiro de 1916, sobre o congresso da Basileia de 1912.

³⁸ Idem., ibidem.

E que respondeu Lênin?: “Acordo? Mas, nem posso tomar isso a sério, Trotsky já declarou, há muito tempo, que nenhum acordo é possível. Trotsky o compreendeu e, desde então, não houve melhor bolchevique que ele” (LÊNIN 1980, p. 28).

Assim, Lênin forjou as bases para uma política dedicada exclusivamente na luta pela emancipação do proletariado mundial, projetando criar sistematicamente um partido marxista firme e consciente, até o ponto extremo da cisão em 1912, dois anos antes da cisão da II internacional. Não obstante, durante um longo período de quase dez anos, os *bolcheviques* e os *mencheviques* atuaram como duas frações de um mesmo partido, ou seja, o Partido Social Democrata Russo fundado em 1898, que desde sua legalidade em 1905, era o partido de massas do proletariado russo.

Analisando o contexto geral de época, pode-se dizer que foi o auge do capitalismo na Rússia. Depois da Revolução Francesa de 1789³⁹, pode-se dizer que, em todo o mundo, já começa a ser dominante não só a produção capitalista – que já havia se desenvolvido há trezentos anos – mas, também, o Estado capitalista. “Entra-se numa época não revolucionária, em que a estrutura social capitalista e seu Estado não freiam, e sim desenvolvem aceleradamente as forças produtivas, enriquecendo toda a sociedade de consumo” (MORENO, 1989, p. 8).

O desenvolvimento da produção é colossal. Nos países capitalistas avançados se produz uma imensa acumulação de capitais e, a partir de 1880, se produz o salto fantástico, das forças produtivas⁴⁰.

Já no final do século XIX e princípio do século XX formaram-se nos países capitalistas desenvolvidos gigantescos grupos monopolistas, enormes impérios do carvão, do petróleo, do aço, etc. Na indústria metalúrgica dos Estados Unidos imperam cinco monopólios, os maiores dos quais são o Truste de Aço e a Bethlehem Steel Corporation. Na indústria petrolífera predomina um dos maiores trustes do mundo: a EXXON; o consórcio Du Pont de Nemours controla a indústria química; a General Electric Company, a indústria de material elétrico, dominando na produção de automóveis as companhias General Motors, Ford Motor e Chrysler. Na Alemanha, a indústria química é dominante pelos sucessores do consórcio I.G. Farbenindustrie; a de construções mecânicas, pelos consórcios Mannesmann e Klockner; os trustes Flick, Thyssen e outros controlam a produção de aço. Na Inglaterra dominam nos diversos ramos da produção: o consórcio metalúrgico da indústria de guerra Vickers, o trust químico Imperial Chemical Industries e o monopólio do petróleo Royal Dutch-Shell (LÊNIN, 1983, p. 31).

Esse período de auge prepara, também, a decadência do sistema capitalista em especial a Rússia. Como produtos dessa tremenda acumulação de capitais surgem os monopó-

³⁹ Revolução burguesa que rompeu com o regime feudal na França.

⁴⁰ É o conjunto de máquinas, ferramentas e operários que constituem todo o processo produtivo e suas relações entre o homem e a natureza.

lios⁴¹ e o imperialismo⁴². Ramos inteiros da produção industrial se concentram nas mãos de poucos proprietários e começam a substituir a burguesia clássica, com centenas de empresas competindo livremente entre si.

Os grandes monopólios têm igualmente o predomínio das finanças e do comércio, etc. Nos Estados Unidos, por exemplo, uns quatro poderosos grupos financeiros têm imensa influência na economia do país e, em grande parte decidem sua política; são os Morgan, Rockefeller, Du Pont, Mellon e outros. Aparecem também monopólios internacionais, quer dizer, uniões dos capitalistas de vários países. Semelhante união formou-se, por exemplo, na indústria petrolífera. Sete companhias petrolíferas, chamadas de “sete irmãs”, concentram em suas mãos quase toda a produção e a venda do petróleo e dos seus derivados no mundo capitalista (LÊNIN, 1983, p. 33).

Torna-se dominante o capital financeiro, que é a fusão do capital bancário com o industrial, de modo que as fronteiras nacionais ficam estreitas para esses imensos monopólios cujo objetivo é exportar esses capitais aos países atrasados. Para continuar a crescer, o imperialismo necessitou precisamente disso: o domínio do capital financeiro e monopolista que invade todo o planeta.

2.1.3 O “ENSAIO GERAL” DE 1905: O PARTIDO *BOLCHEVIQUE* E OS *SOVIETS*

Na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), de caráter imperialista burguês, pela disputa da Coreia e da Manchúria, teve como uma das conseqüências históricas a Revolução Russa de 1905. Foi o resultado das derrotas russas frente ao Japão, no auge de grave depressão econômica, o que resultou em grande descontentamento das diversas camadas sociais contra o tzarismo. O governo russo era incapaz de solucionar os problemas socioeconômicos, que tendiam a se agravar quando o império entrava em guerra, fornecendo aos liberais, pertencentes à burguesia em ascensão, a ocasião para manifestar seu descontentamento. Como prova de “boa vontade”, o *Tzar* permitiu aos *zemstvos* a realização de um congresso em novembro de 1904, que exigiu o fim do arbitrário regime policial e a melhoria do regime eleitoral.

No começo de janeiro de 1905, cerca de 200.000 pessoas, lideradas pelo padre Georgi Gapon, que apoiava as idéias liberais, se dirigiram ao Palácio de Inverno em São Petersburgo, para entregar uma petição ao *Tzar* Nicolau II. Esse documento continha as seguintes exigências: formação de uma assembléia constituinte, a redução do dia de trabalho para oito horas e a criação de um salário mínimo diário para todos os trabalhadores.

⁴¹ Política econômica baseada na apropriação de um determinado segmento da cadeia produtiva.

⁴² Termo usado por Lênin para uma política de exploração entre países: “desenvolvidos e subdesenvolvidos”, ou seja, exploradores e explorados.

Os manifestantes que se concentraram nas ruas estavam desarmados e mostravam-se ordeiros, muitos deles inclusive cantavam hinos, transportavam ícones e faziam coro: “Deus Salve o *Tzar*”. Mas uma série de greves organizadas pelo Partido Social Democrata Russo, ligado a II internacional, tornou o clima social tenso, não havendo ainda um pensamento de tomada de poder pelos trabalhadores de forma concreta, ou seja, na luta direta contra os opressores como expõe Trotsky (1979) sobre a questão das escolhas políticas frente as táticas empregadas.

No entanto, em política, entende-se por tática, por analogia com a ciência da guerra, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II internacional, limitando-se à concepção da tática social-democrática. E não era por acaso: a social-democracia tinha uma tática parlamentar, sindical, municipal, cooperativa, etc. A questão da combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da I internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo interregno, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto, enormes vantagens aos sociais-democratas revolucionários russos, quer dizer, aos bolcheviques (p. 21).

A manifestação pacífica foi reprimida violentamente pelas tropas *cossacas*⁴³. Tal episódio ficou conhecido na história como o “Domingo sangrento”, no qual mais de quinhentos mortos e feridos tombaram na luta. A fuzilaria do domingo sangrento matou a confiança do povo russo em seu *Tzar*, desencadeando uma onda de greves e manifestações que foram duramente reprimidas. Em meio a esta situação, o *Tzar* foi obrigado a capitular, em setembro de 1905, pondo fim à Guerra Russo-Japonesa e sujeitando-se a entregar ao Japão a parte setentrional da Ilha de Sacalina, a península de Liaotung e a Coréia.

No mês seguinte, o *Tzar* lançou o “Manifesto de Outubro”⁴⁴, prometendo ao povo russo a instauração de uma monarquia constitucional e parlamentar. Com o manifesto, iniciou-se em muitas cidades uma nova forma de organização popular: os *Soviets*⁴⁵, ativando a participação de operários e camponeses, demonstrando o alto grau de organização dos trabalhadores russos.

⁴³ Tropas de elite fiéis ao regime czarista. Usadas para reprimir os trabalhadores e proteger o czarismo.

⁴⁴ Documento feito pelo *Tzar* prometendo reformas – conjunturais e não estruturais – na política aplicada pelo regime e sua camarilha exploradora.

⁴⁵ Soviets ou conselho foi organizado a partir de um comitê geral de greves, destinado a servir de órgão coordenador entre várias fábricas paralisadas. Os delegados eram eleitos em assembleias de suas fábricas, cada um deles representando, em média, 500 homens e mulheres. O Conselho Geral ou Soviets funcionava como uma direção central do movimento. A partir da experiência pioneira de São Petersburgo, os Soviets se espalharam para outros núcleos industriais. Os trabalhadores criaram seu próprio organismo de representação, negando que outras instituições ou partidos fossem expressão de sua vontade. O governo foi obrigado a reconhecer a autoridade dos Soviets, devido à sua representatividade junto aos trabalhadores organizados devido a seu controle sobre o funcionamento dos serviços essenciais (TROTSKY, 2000, p. 82).

Uma das promessas do *Tzar*, que foi a formação do parlamento (*Duma*)⁴⁶, saiu realmente do papel. Porém, era muito tarde para as outras promessas, pois uma greve geral foi disseminada, seguida de atentados terroristas promovida pelos anarquistas. Só em 1906 os parlamentares se reuniram. Entretanto, o *Tzar* enviou decretos que o colocavam acima da *Duma*. Nesse mesmo ano, reacenderam-se as esperanças da “população explorada” de ver suas reivindicações atendidas. Porém, essas esperanças começaram a ser frustradas com o estabelecimento do voto indireto para os camponeses e trabalhadores urbanos e com a interferência do *Tzar* na definição de poderes e atribuições da assembléia. Sendo assim, a *Duma* foi eleita por um hábil sistema destinado a assegurar a preponderância aos elementos sociais mais “seguros”, que apoiavam uma continuação do modelo político e econômico vigente, e aos elementos nacionais menos “inquietantes” defensores de uma Monarquia Parlamentar.

O Conselho do Império, cuja metade seria formada daí por diante por membros eleitos pelos *zemstvos* que deveriam assumir o papel de câmara alta, recebeu largas atribuições legislativas e o direito de fiscalização em matéria administrativa. Por sua vez, o soberano conservava o privilégio de aceitar ou recusar as decisões das assembléias. “O imperador de todas as russias é monarca autocrata e ilimitado. O próprio Deus determina que o seu poder supremo seja obedecido, tanto por consciência como por temor” (LÊNIN apud KOCHAM, 1983, p. 68). O *Tzar* Nicolau II não tinha apenas uma consciência⁴⁷ aparente da significação do novo regime; a autocracia equivalia para ele a um princípio religioso inviolável, sendo que as duas primeiras *Dumas* foram logo dissolvidas. Tomaram-se medidas visando torná-las mais “prudentes”. Nota-se, de forma geral, uma imensa fraqueza da burguesia russa, uma vez que a maior parte das terras estava sob controle da nobreza e o grande capital industrial estava nas mãos de estrangeiros. E a partir do desenvolvimento da industrialização, as pequenas empresas foram progressivamente eliminadas e os capitalistas russos tiveram de se contentar com o

⁴⁶ Instituição representativa que o governo tzarista russo foi obrigado a convocar depois da revolução de 1905. Não tinha nenhum poder efetivo e as eleições excluíam a maior parte dos camponeses e operários do direito de voto. De 1906 a 1917 houve somente quatro Dumas (MORENO, p. 267, 2003).

⁴⁷ Segundo Marx a questão da consciência vai além do aspecto teórico. “A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica” (MARX, 1999, p. 12.). Gostaria de ressaltar que Marx não via na teoria a força transformadora da História sem que os homens e mulheres se comprometessem como sujeitos históricos, conscientes de seu papel na sociedade, de acordo com sua classe social, onde se travaria a luta entre as classes. Sobre a questão da escolástica faço um esclarecimento sobre o termo. A escolástica é a filosofia cristã que se desenvolve desde o século IX, tem o seu apogeu no século XII e começo do século XIV, quando entra em decadência. Seria uma aliança entre a razão e a fé, sendo um apelo ao princípio da autoridade sobre os humildes em consultar os intérpretes autorizados pela igreja católica. No entanto, a partir do século XI, com o renascimento urbano, começam a surgir ameaças de ruptura com a igreja, principalmente com o surgimento das universidades na Europa, como focos de fermentação cultural e acalorados debates. Tomás de Aquino afirma o seguinte: “Aquilo que a verdade descobrir não pode contrariar os livros sagrados, quer do Antigo quer do Novo Testamento” (Santo Tomás de Aquino, *Súmula contra os gentios*. Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 70.)

controle de empresas pequenas e médias, sem possibilidade de concorrência com as estrangeiras.

A pequena burguesia não encontrava derivativos nas profissões liberais e nos cargos administrativos, sendo essa via social cada vez mais obstruída, embora a partir de 1908 o governo tivesse feito um grande esforço para aumentar a escolarização e modernizar a estrutura administrativa (KOCHAM, 1983, p. 103).

Grande parte dos elementos burgueses voltava-se para o liberalismo no sentido do estabelecimento de um regime constitucional, mas a própria estrutura política do regime czarista impossibilitava a existência de uma oposição moderada, nos moldes burgueses.

A guerra russo-japonesa abalou o czarismo. Utilizando o movimento de massas como alavanca, a burguesia liberal abalou a Monarquia devido a sua oposição. Os operários organizavam-se independentemente da burguesia, opondo-se mesmo a ela em soviets, aparecidos pela primeira vez. A classe camponesa, numa extensão imensa do território, levantava-se para a conquista das terras. Assim como os camponeses, alguns efetivos revolucionários, no Exército, se voltavam para os soviets que, no momento em que o impulso revolucionário era mais forte, disputaram abertamente o poder à Monarquia. Entretanto, todas as forças revolucionárias manifestavam-se pela primeira vez, carecendo de experiência e sem confiança em si mesma. Os liberais afastaram-se ostensivamente da revolução logo se tornou evidente não ser suficiente apenas abalar o trono, mas que seria necessário derrubá-lo (TROTSKY, 1979, p. 31).

Além disso, a retomada do poder com orientação absolutista, com apoio da Igreja Ortodoxa, renovou a idéia do proletariado russo de que só as melhorias no sistema não bastavam, e que se fazia necessário tomar efetivamente o poder, contudo, pergunta-se: conquistar o poder, e dá-lo para quem? Nem mesmo proeminentes marxistas revolucionários, como era o caso de Trotsky, ainda não tinham ciência da força transformadora do homem, em 1905, mas tinham consciência de que era preciso lutar contra o reformismo⁴⁸ e o oportunismo⁴⁹, que eram e são as bases ideológicas contra-revolucionárias.

Desde outubro de 1902, pelo menos, isto é, desde a época da minha primeira fuga para o estrangeiro, me considerei discípulo de Lênin no que me concernia ao papel decisivo da transformação agrária do destino da nossa revolução burguesa. Ao contrário do que rezam as lendas absurdas dos últimos anos, estava tão perfeitamente convencido de que a revolução araria e, por conseguinte, a revolução democrática, só podia realizar-se no curso da luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses. Opunha-me, porém, a fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, e por achar que tinha o defeito de deixar sem resposta a pergunta: A qual dessas duas classes pertencerá à ditadura re-

⁴⁸ Acreditam em melhorias para a classe trabalhadora através de concessões dada pela burguesia, traindo o desenvolvimento do processo de conscientização da classe trabalhadora que tem em suas mãos a tarefa histórica de elevar-se a classe dirigente de uma revolução social que destrua o sistema econômico-social vigente e dê as bases para a construção do socialismo internacionalmente.

⁴⁹ Segundo Lênin: “O oportunista caracteriza-se por extrair da realidade alguns poucos elementos, superdimensioná-los e acreditar que são toda a realidade, isolando essa falsa consciência – geralmente exagerando-a -, e formula toda ou quase toda sua política acomodando-se a ela” (LÊNIN, 1992, p. 78). Dessa forma, o oportunista passa a combater somente a burguesia, deixando de lado a denúncia sobre os partidos operários reformistas contra-revolucionários e seu governo.

al? Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas as revoluções passadas, a partir da reforma alemã do século XVI e mais cedo ainda, os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhe, muitas vezes, alcançar a vitória. Assim também, considerava eu que, em nossa revolução burguesa retardada, os camponeses, no momento supremo da luta, podiam prestar um auxílio análogo ao proletariado e ajuda-lo a tomar o poder. Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa – só podia realizar de fato suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrarem em suas mãos a ditadura revolucionária. Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de qualquer coisa, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado. Em outras palavras, a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardada. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou seja, empreender o rumo das medidas socialistas (TROTSKY, 1979, p. 16).

Pelo exposto, eles só foram perceber esta força revolucionária e renovadora do homem quando notaram a capacidade do operariado e do campesinato de mobilização e organização, na Revolução de Outubro de 1917, dando sinais de uma situação pré-revolucionária⁵⁰ a exemplo dos *Soviets* em 1917.

Anos de revolução (1905-1907). Todas as classes agem abertamente. Todas as concepções programáticas e táticas são comprovadas através da ação de massas. Luta grevista sem precedentes no mundo inteiro por sua amplitude e dureza. Transformação da greve econômica em greve política e da greve política a insurreição. Comprovação prática das relações existentes entre o proletariado dirigente e os camponeses dirigidos, vacilantes e instáveis. Nascimento, no processo espontâneo da luta, da forma soviética de organização. As discussões de então sobre o papel dos soviets são uma antecipação da grande luta de 1917-1920. A sucessão das formas de luta parlamentares e não parlamentares, da tática de boicote ao parlamento e de participação no mesmo, e das formas legais e ilegais de luta, assim como suas relações recíprocas e as ligações existentes entre elas, distinguem-se por uma assombrosa riqueza de conteúdo. Do ponto de vista do aprendizado dos fundamentos da ciência política – pelas massas e os chefes, pelas massas e os partidos - cada mês desse período equivale a um ano de desenvolvimento <<pacífico>> e <<constitucional>>. Sem o <<ensaio geral>> de 1905, a vitória da Revolução de Outubro de 1917 teria sido impossível (TROTSKY, 1979, p. 18).

Assim, a revolução de 1905 serviu para que se tomasse consciência das posições políticas e se conhecessem quais eram as forças populares, que posteriormente iriam se enfrentar na 1ª Guerra Imperialista Mundializada de 1914.

O período da Monarquia Constitucional, no qual o *Tzar* estava tentando desempenhar seu papel de reformador da Rússia para ao mundo Ocidental, foi marcado pelas lutas

⁵⁰ Conceito que busca caracterizar a correlação de forças entre as classes em luta num certo período. No entanto, “[...] existem quatro condições para tal situação: 1) A crise total, econômica e política da burguesia e do Estado; 2) A esquerdização da pequena-burguesia ou classe média; 3) A vontade revolucionária da classe operária; 4) A existência de um partido marxista revolucionário que tenha influência de massas, que queira tomar o poder e lute com tudo para fazê-lo, não se aliando ou aceitando concessões da burguesia e que tenha como dirigente a classe operária e camponesa” (TROTSKY, 1992, p. 59).

pelo poder na *Duma*, entre as diversas tendências políticas que se apresentavam naquele momento. No entanto, algumas tendências começavam a se figurar no quadro político do parlamento russo. Lênin faz uma análise pragmática dessa situação política do seguinte modo:

Com uma luta encarniçada de concepções programáticas e táticas, os representantes das três classes fundamentais, das três correntes políticas principais - a liberal - burguesa, a democrático-pequeno-burguesa (encoberta pelos rótulos de "social-democrática" e "social-revolucionária") e a proletária revolucionária - prenunciam e preparam a futura luta aberta de classes. Todas as questões motivaram a luta armada das massas em 1905-1907 e em 1917-1920 podem (e devem) ser encontradas, em forma embrionária, na imprensa daquela época. Naturalmente, entre essas tendências três tendências principais existem todas as formações intermediárias, transitórias, híbridas que se queira. Em termos mais exatos: na luta entre órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras (LÊNIN, 1980, p. 17).

Os grupos que refletem as principais tendências são os *mencheviques*, que apoiavam as reformas constitucionais da *Duma*, e os *bolcheviques* que disputavam o poder da *Duma* para denunciar, no próprio seio do parlamento, as posições dos reformadores constitucionais, apoiados ideologicamente por Plékhanov. A lógica do marxismo tradicional (de Plékhanov) ensinava uma lição muito adversa à da ditadura do proletariado.

Se, num dado país, o capitalismo não alcançou a etapa mais elevada em que entra em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, é absurdo incitar os trabalhadores da cidade e do campo e os camponeses pobres a derrubá-lo, e não menos absurdo é incitá-los a tomar o poder" (PLÉKHANOV apud MORENO, 1989, p. 36).

As greves constantes e o clima político desfavorável fizeram com que o *Tzar Nicolau II* cedesse às pressões tanto da burguesia liberal como da nobreza parasitária. Independentemente da tendência política de época, houve certo consenso de idéias que delimitavam o posicionamento destas; ou melhor, a revolução democrático-burguesa⁵¹ aos moldes da Monarquia Constitucional e que possibilitasse uma abertura política gradual e lenta ou a própria derrubada do Estado czarista. Essas posições ficam mais claras a partir da 1ª Guerra Imperialista Mundializada; os democratas e republicanos buscavam um posicionamento dos dirigentes de época na construção de uma proposta que pudesse, de certa forma, amenizar as lutas internas pelo poder da *Duma*. Assim, as posições começam a ficar mais claras e a disputa política muito mais acirrada, principalmente com a chegada da guerra na Rússia, que impulsiona o proletariado russo para o "esforço de guerra"⁵².

⁵¹ Mudança no regime político e não no regime econômico. Ou seja, não destrói a propriedade privada dos modos de produção, mas muda o caráter político do regime com algumas concessões aos trabalhadores. Como por exemplo: o sufrágio universal, liberdades políticas etc... - desde que não mude o regime econômico.

⁵² Termo usado pelo regime czarista pedindo apoio da população para defender a Rússia com o seu "sacrifício" apelando ao nacionalismo burguês.

Nos anos de ascenso, entre 1910-1914, fica explícita a tentativa do *Tzar* de manter a ordem estabelecida, após a repressão aos operários auríferos na cidade de Lena, em 1912, pelas tropas do exército, na qual foram metralhados vários trabalhadores russos. Após este fato, passaram a apoiar os *bolcheviques*. Neste momento, o movimento revolucionário deu um salto para seu “Ascenso revolucionário”, no que diz respeito à consciência de que não haveria mudanças sem ruptura com o sistema, ficando patente a necessidade de organizar um partido de vanguarda proletário no interior dos *Soviets* de deputados operários.

2.1.4 A ENTRADA DA RÚSSIA NA 1ª GUERRA IMPERIALISTA MUNDIALIZADA

Os problemas internos da Rússia foram deixados de lado, quando a Alemanha declarou guerra à Rússia em 1914, mas, no mesmo ano, o exército russo foi mobilizado, visto que a Áustria declarara guerra à Sérvia; ao mesmo tempo; o *Tzar* interferiu do modo mais insistente possível, junto à Alemanha, no sentido de evitar a guerra geral. Com um número superior a 160 milhões de súditos, o *Tzar* Nicolau II não teve dificuldades em reunir um exército com mais de 12 milhões de homens, que combateu os alemães e austríacos.

Ao mesmo tempo, a Rússia, na qualidade de grande potência, não podia abster-se de participar da guerra dos países capitalistas mais adiantados, da mesma forma como não lhe fora possível, durante época precedente dispensar a instalação em suas terras de usinas, fábricas, ferrovias, assim com adquirir fuzis de tiro rápido e aviões. Frequentemente, entre os historiadores russos da nova escola, surgem discussões com o fim de investigar até que ponto a Rússia Tzarista estava amadurecida para a política imperialista moderna; mas, constantemente, estas controvérsias recaem em escolástica, porquanto se considera a Rússia, no plano internacional. Ora, a Rússia não passou de elo de um sistema (TROTSKY, 1979, p. 34).

Contudo, transportar tal massa humana, organizá-la em unidades eficientes de combate, armá-la e abastecê-la a partir das incipientes indústrias russas e fornecer-lhe alimentos, foram problemas extremamente complexos para o *Tzar* e seus conselheiros retrógrados. Dos aliados da Rússia no Ocidente, como era o caso da Grã-Bretanha e da França, também em dificuldades, pouco auxílio se podia esperar.

Meses após a declaração de guerra, as tropas russas já estavam na defensiva. Os exércitos russos empreenderam ataques desesperados, apenas para serem repelidos pelo inimigo entrincheirado, cuja superioridade em poder de artilharia e habilidade tática mais do que compensava a sua desvantagem numérica. No entanto, o entusiasmo patriótico inicial arrefe-

ceu quando o povo começou a compreender que a guerra de trincheiras seria mais longa e penosa para ser suportada por uma economia e um exército já em grandes dificuldades.

A derrota de 1915 desvendou de modo eloqüente as taras do regime, a corrupção e a incapacidade das classes dirigentes da aristocracia e da alta burguesia. A opinião pública, de que a *Duma* e as assembleias provinciais se fizeram intérpretes, via mais precisamente a gravidade da crise do que os meios de sua solução; exigia, porém, a presença de novos elementos na administração; ora, o *Tzar* e a *tzarina* estavam firmemente e misticamente convencidos de que representavam o único meio de salvação; Nicolau II, para consternação geral, assumiu o comando do exército e instalou-se no quartel-general; a imperatriz Alexandra permaneceu em Petrogrado, para governar pessoalmente e “salvar” a autocracia, confiante na alma russa e na inspiração celestial; onde o símbolo do regime era Rasputin, símbolo realmente, e mais instrumento que fator responsável (LÉNIN, 1980, p. 50).

Em segundo plano, a burguesia russa tentou tirar proveito dessa situação caótica, forçando o *Tzar* a fazer uma mudança no ministério para que ela pudesse participar do setor administrativo. Contudo, o ministério, com a participação da burguesia, teve vida curta, pois Nicolau II, influenciado pelo monge Rasputin, logo voltou atrás, dissolvendo a *Duma* e assumindo o controle geral das forças armadas. Diante disso, a burguesia aproveitou a oportunidade e começou a fazer oposição ao *Tzar*. Para entender o que Gregori Rasputin representava para a família real russa, temos que, antes de tudo, conhecer a mentalidade da família real.

O *Tzar* Nicolau II, homem de vontade débil e sem vivacidade de espírito, era dominado por sua mulher, Alexandra. De aparência régia, profundamente religiosa a *Tzarina* tinha uma ambição suprema: passar o domínio total do Império para seu filho hemofílico, o *Tzarevitch*, príncipe herdeiro (KOCHAM, 1983, p. 62).

Quando a 1ª Guerra Imperialista Mundializada começou, a influência de Rasputin sobre a *Tzarina*⁵³, e através dessa sobre o *Tzar*, era extremamente significativa. Mais tarde, em 1916, Rasputin foi assassinado por alguns aristocratas que se sentiam ultrajados com essa forte influência na mentalidade religiosa da *Tzarina*.

O esforço de guerra, canalizando todos os recursos para a indústria bélica, representava um verdadeiro desastre para a massa trabalhadora. Além disso, a convocação militar obrigatória paralisou a agricultura em consequência da falta de mão de obra. As indústrias não diretamente ligadas ao setor bélico acabaram fechando, o setor financeiro sofreu grandes prejuízos com a desvalorização da moeda e houve a necessidade de obtenção de novos empréstimos do exterior. Ao mesmo tempo, crescia o descontentamento popular e tornavam-se mais ativas as massas operárias e os extratos mais baixos da população urbana. Foram causas imediatas do amplo movimento grevista que se desenvolveu em 1916. Temos a degradação brusca das condições de vida e o cansaço devido à continuação da guerra.

Nos últimos meses de 1916, a Rússia estava à beira de um colapso total. A crise alimentar, o rigoroso racionamento e ainda as derrotas do exército frente aos Impérios Centrais europeus⁵⁴ fizeram explodir o descontentamento do proletariado numa nova onda de greves e passeatas.

Na atmosfera da crise política e econômica, a abstenção do trabalho assumiu um caráter político cada vez mais nítido: sensivelmente, aumentou o número de greves políticas, que no final do ano de 1916 começaram a se transformar em demonstrações de rua e choques com o aparelho repressivo estatal. Além disto, o descontentamento se manifestava nas forças armadas russas. A política “moderada” do governo czarista perdera seu próprio terreno operativo antes mesmo de poder se afirmar. Os acontecimentos conduziram a uma situação revolucionária.

Segundo Trotsky, uma situação pré-revolucionária reunia três condições, que considerava “premissas” ou “pré-requisitos” para um outubro russo: crise e confusão da classe dominante; radicalização da pequena-burguesia – fator ao qual dava uma importância enorme, disposição revolucionária do proletariado. Existia uma situação revolucionária quando as três condições se somavam a uma quarta, de caráter subjetivo: a existência de um partido proletário revolucionário com influência de massas (TROTSKY apud MORENO, 1992, p. 107).

Esse cataclismo, no qual milhões de pessoas morreram e enormes massas das forças produtivas foram destruídas, foi a manifestação clara de que o capitalismo tinha começado a frear o desenvolvimento das forças produtivas.

Grossmann sustenta a tese de que a tendência à crise e à derrocada do capitalismo somente pode ser explicada com base na teoria marxiana do valor; argumentando que a lei do valor domina todo o processo econômico capitalista, ele concluiu que, assim como a dinâmica e as tendências evolutivas daquele processo somente podem ser entendidas com base na lei do valor, também o fim inevitável do capitalismo deve ser explicado a partir da mesma lei. Grossmann liga a teoria das crises à lei do valor por meio da lei de acumulação: a teoria marxiana da derrocada “constitui um pressuposto necessário para a compreensão da teoria marxiana das crises, com a qual se acham estreitamente entrelaçadas. A solução de ambos os problemas é dada pela lei marxiana da acumulação, que resume a idéia central de O capital, de Marx, ao mesmo tempo em que se fundamenta a lei do valor”. A teoria marxiana da crise segue as dificuldades da valorização do capital que resultam da tendência intrínseca do processo da acumulação à queda da taxa de lucro (GROSSMANN apud OHLWEILER, 1985, p. 183).

O aparecimento dos monopólios já tinha demonstrado, de forma deformada, que a propriedade privada capitalista não funcionava mais.

Assim, as forças produtivas não continuariam crescendo com o caos que provocaram centenas ou milhares de burgueses competindo entre si num mesmo ramo de produção. Para avançar a fim de tentar superar esta situação era necessário introduzir alguma planifica-

⁵³ Esposa do *Tzar* e rainha do trono russo.

⁵⁴ Países com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e sua conseqüente exploração.

ção⁵⁵, pelo menos por ramo e produção. A exportação de capitais demonstrava que as fronteiras nacionais também asfixiavam as forças produtivas, que não podiam avançar, ficando, assim, limitadas à sua nação de origem e necessitando desenvolver-se em todo o planeta.

A guerra de 1914-1918 foi uma guerra de rapina entre os monopólios imperialistas para controlar o mercado mundial. Foi a demonstração mais clara de que a humanidade não podia avançar mais, não podia mais se desenvolver suas forças produtivas se não rompesse a camisa de força da propriedade privada e as fronteiras nacionais e instaurasse uma economia mundial e planificada. Porém a burguesia não podia fazer isso porque significaria destruir-se a si mesma, terminado com o que a caracteriza como classe social: ser proprietária dos bens de produção e basear-se na existência de nações com fronteiras e estados bem definidos (MORENO, 1989, p. 49).

Então, ficaram expostas as agudas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas dentro da “camisa de força da propriedade privada capitalista e imperialista”, por um lado, e as fronteiras nacionais por outro. E não somente estas, mas todas as contradições capitalistas decorrentes da feroz concorrência entre os monopólios e anarquia da produção⁵⁶ surgem com a guerra, da qual, na realidade, são causas.

Essa época é da revolução operária e socialista porque a guerra se convertera num fenômeno permanente de miséria das massas, provocada pelo freio ao desenvolvimento das forças produtivas. Com isso, a nova classe progressiva, a classe operária, faz sua primeira revolução na Rússia em 1917. No entanto, seus reflexos são enormes para a classe trabalhadora mundial em sua luta emancipadora contra o capitalismo e seus mecanismos de dominação de classe⁵⁷.

⁵⁵ Organização da forças produtivas de forma racional e estudada de acordo com as necessidades humanas e não do mercado capitalista. Definido assim por Marx: “*De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades*”. (MARX; ENGELS 2001, p.36).

⁵⁶ “*Segundo Marx, em seu livro O Capital, a anarquia na produção se caracteriza pela falta de planejamento das forças produtivas e dos meios empregados para a sua obtenção*” (MARX apud TROTSKY, 2000, p. 56.)

⁵⁷ O marxismo aponta para o Estado como a instituição que controla e luta para manter sua hegemonia de classe. No entanto, para se manter o Estado utiliza-se de alguns mecanismos de dominação, repressão e alienação: aparelho repressivo estatal, aparelho judiciário, aparelho legislativo, aparelho de propaganda e cultura. Para entender de forma didática ler o livro: “*Sociologia Crítica alternativa de mudança*” de Pedrinho A. Guareschi que se encontra nas referências desta pesquisa.

2.2 O ASCENSO DE FEVEREIRO: OS PREPARATIVOS PARA A REVOLUÇÃO BURGUESA

No ano que antecedeu a Revolução Burguesa de Fevereiro cresceu o descontentamento da população em relação à participação da Rússia na 1ª Guerra Imperialista Mundializada. As greves e passeatas pedindo “paz, pão e terra” e a participação de várias guarnições militares, que se negaram a seguir as ordens do *Tzar* de atirar nos manifestantes, agitavam os principais centros industrializados russos.

No plano político, a oposição cresceu na assembléia da *Duma*. O *Tzar* Nicolau II assumiu o comando militar, abandonando o governo e permitindo que o grupo burocrático se fechasse em torno da *Tzarina*. Esta vivia sobre a influência de Rasputin, místico e charlatão, com enorme poder na corte. A oposição acentuou-se com as sucessivas deposições dos ministros.

O tzarismo começa a perder a sua força política. Por outro lado, as contradições históricas se acentuavam ao máximo, principalmente com os soldados voltando da guerra, já que as denúncias de corrupção e morticínio de soldados russos pela falta de habilidade dos seus generais eram constantemente divulgadas pelos jornais e folhetins revolucionários. Novas assembléias da *Duma* limitaram-se a criticar o governo, pois sua composição burguesa não tinha a força política necessária para articular o movimento que se agigantava.

Em fevereiro de 1917, as mulheres da cidade, ao verificarem que os padeiros estavam a pedir preços mais elevados pelo pão, começaram a se manifestar contra o regime político. Centenas de trabalhadores das minas e das fábricas, agitando bandeiras vermelhas, marcharam pelas ruas com as mulheres, pedindo auxílio e o termo da guerra⁵⁸.

A tropa de choque do *Tzar* e as cavalarias *coçacos* cavalgaram por entre a multidão, brandindo bastões e chicotes para dispersar os manifestantes, cuja insatisfação e a falta de perspectiva perante o governo tzarista arrefeceram os ânimos dos repressores.

Cerca de 200.000 trabalhadores foram às ruas e os *coçacos*, ultrajados pelo morticínio de seus camaradas na frente de batalha e pelo sofrimento do povo na pátria, recusaram-se sequer a um simulacro de ação. Quando uma pequena unidade de tropas leais ao exército disparou contra a multidão ainda em tumulto, outros soldados amotinaram-se nos quartéis, em toda a cidade de Petrogrado, e se uniram aos manifestantes, sendo que os oficiais que tentavam deter os amotinados eram abatidos a tiros pelos referidos soldados.

⁵⁸ Pedindo alimento e a saída da Rússia da 1ª Guerra Imperialista Mundializada.

O *Tzar* deu ordem para que a *Duma* fosse dissolvida, mas os seus membros, habitualmente complacentes com o regime czarista, recusaram-se a dispersar e constituíram um comitê executivo provisório que exigiu poderes para restabelecer a ordem numa tentativa desesperada de constituir, não o regime czarista, e sim, um governo de caráter parlamentar-monárquico.

[...] as primeiras horas da vitória, quando novo poder revolucionário se constituía com rapidez extraordinária e força irresistível, os socialistas que se achavam à frente do Soviet olhavam com inquietação em derredor procurando um verdadeiro “patrão”. Consideravam muito natural que o poder passasse para a burguesia. Aqui se forma o principal nó político do novo regime: por um lado, o fio conduz à sala do executivo de operários e soldados; por outro se alcança o centro dos partidos burgueses (TROTSKY, 1979, p. 49).

A revolução não se limitava a Petrogrado, mas se espalhou por toda a Rússia. O *Tzar* ainda tentou uma manobra política; abdicando do trono em favor de seu irmão o Grão-Duque Miguel, que não aceitou a incumbência. Então, o governo do *Tzar* caiu, mas dois poderes, de fato, constituíram-se: a *Duma* e os *Soviets*.

A junta executiva da *Duma* entabulou negociações com os *Soviets* de Petrogrado. Ficou constituído o Governo Provisório⁵⁹ sob a presidência do Príncipe Lvov, de pensamento liberal. Entretanto, formaram-se *Soviets* em todas as grandes cidades e, na Ucrânia, a Assembléia Nacional reuniu-se em Kiev; desagregava-se o império dos tzares. Nicolau II aceitou os conselhos da *Duma* e abdicou da república, que foi, de fato, instaurada. Contudo, logo se destacou Kerensky, convertido em homem forte do governo.

2.2.1 O GOVERNO PROVISÓRIO E OS *SOVIETS*

O período de Fevereiro a Outubro de 1917 caracterizou-se pela dualidade de poderes⁶⁰ entre o Governo Provisório e os *Soviets*, constituídos pelas seguintes tendências: o *Kadet*, partido da burguesia e da nobreza liberal, tornado um reduto do conservadorismo – favorável à continuação da guerra, adiando quaisquer modificações sociais e econômicas; os

⁵⁹ Refere-se ao governo de frente popular, que genericamente consiste na união de vários partidos e suas tendências na prática da conciliação de classes. Foi formado na Rússia após a Revolução de Fevereiro de 1917. Os mencheviques e social-revolucionários compreendiam uma coligação entre a burguesia liberal e os reformistas. Entre fevereiro e outubro, houve três governos provisórios; o último, encabeçado por Kerensky, foi derrubado pelos bolcheviques (MORENO, p. 263, 2003).

⁶⁰ Dualidade ou poder dual que ocorre em algumas situações revolucionárias, quando o proletariado revolucionário ou mesmo o campesinato constroem órgãos de poder político que passam a exercer no conjunto da sociedade, ou em parte do território de um país, contra o Estado burguês. Coexistem durante esse período (que tende a ser breve) dois poderes em conflito na mesma sociedade: o poder estatal burguês versus o poder operário camponês (Idem., Ibidem, p. 265).

*bolcheviques*⁶¹, que defendiam o confisco das grandes propriedades, o controle dos operários da indústria e, acima de tudo, a paz imediata com a Alemanha; os *mencheviques*⁶² e socialistas revolucionários⁶³, que, embora contrários à guerra, não admitiam a derrota da Rússia - em outras questões permaneciam divididos e indecisos, perdendo substância política.

No entanto, é importante frisar que houve um conjunto de fatores históricos que se desenvolveram pelo avanço das massas e sua organização em *Soviets*. Essa organização de caráter operário-militar foi o amálgama da Revolução Democrática Burguesa de Fevereiro⁶⁴ como um fenômeno histórico, organizado e executado pela classe operária, foi uma tentativa de romper com o sistema feudal e superá-lo para o modo capitalista de produção.

A revolução russa dava origem, assim, a uma constelação social e política de forças mais que original, que podia caber nos esquemas tradicionais da revolução democrática burguesa. A queda do velho regime, que encarnara anteriormente a sociedade russa, trouxe à luz um nítido dualismo de relações - na superfície, apareceram estruturas insuficientemente consolidadas e enraizadas de uma sociedade moderna burguesa, situada em seu todo num "oceano de povo" que viviam em condições muito variadas, e em geral, de modo ou de outro, extremamente atrasadas (NOVACK, 1988, p. 45).

O setor mais avançado do movimento operário estava enfraquecido. Eram muitos os elementos ativos absorvidos pelo esforço de guerra. Já os camponeses, armados e organizados, tornaram-se um componente essencial do movimento popular urbano, que se manifestava como nunca, ante as influências de idéias, em um ambiente "atrasado" em relação as suas forças produtivas, e como os líderes *bolcheviques* foram presos ou exilados, os operários não estavam presentes no governo. Em consequência disso, o poder ficou com os *Soviets* de Petrogrado, que, sem suas principais lideranças, ficaram sem direção (de uma política de vanguarda revolucionária). Acordos foram fechados com a burguesia, representada pelos chamados socialistas moderados (*mencheviques*), liderados por Kerensky, que assume o governo com a tarefa de implantar um parlamento aos moldes das repúblicas capitalistas de época.

⁶¹ Partido que dirigiu a Revolução Russa de 1917. Surge em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, quando o partido se divide em duas alas: a revolucionária - bolchevique, que significa maioria, em russo; a reformista - menchevique, que significa minoria em russo (Idem., Ibidem, p. 265).

⁶² Ala reformista da social-democracia russa. Teve uma política contra-revolucionária durante a Revolução Russa de 1917. Defendia que a Rússia ainda deveria atravessar uma longa etapa de desenvolvimento capitalista e, por isso, após a Revolução de Fevereiro, entregou o poder à burguesia visando à instauração de uma república parlamentar burguesa (Idem., Ibidem, p. 269).

⁶³ Anarquistas russos que tinham como tática a ruptura direta com o sistema, ou seja, não acreditavam em acompanhar o movimento histórico. Agiam de forma isolada, se afastando das massas, pois, não acreditavam no proletariado como classe dirigente da revolução.

⁶⁴ Termo definido por Lênin como um "*avanço nas relações políticas*" não sendo uma revolução econômica, pois não expropriou a burguesia de suas fábricas e nem os latifundiários de suas terras. Apenas mudou o caráter do Estado e seu conteúdo político. Também não alterou os laços de dominação da propriedade privada dos modos de produção do campo e da cidade, mantendo-os intactos até a Revolução de Outubro que veremos mais à frente.

As idéias dos mencheviques, que também influenciavam a posição dos socialistas revolucionários nos soviets, continuavam a ser fortemente tributárias na concepção tradicional da revolução russa. Partindo do justo pressuposto de que a Rússia era a potência mundial mais atrasada, os mencheviques pensavam que toda a experiência socialista significaria infalivelmente uma aventura temerária: os socialistas não podiam constituir um governo, sob pena de serem condenados a realizar um programa burguês; à burguesia, pois, cabia a função dirigente no campo econômico, tanto mais que ela dispunha das elites intelectuais do país; a política deveria respeitar essa realidade; era tarefa dos socialistas levarem à esquerda um governo burguês e garantir aos estratos populares as melhores condições de organização para a ação política, para afirmação das reivindicações sociais. Sempre de acordo com os mencheviques, os soviets, justamente porque e enquanto órgãos do movimento popular representavam, sobretudo seu componente urbano, sem representar, contudo todos os estratos decisivos da população, nem mesmo todos os estratos populares. Assim um governo dos soviets seria um governo de minoria organizada, e provocaria uma guerra civil sangrenta, que por sua vez sepultaria inelutavelmente as conquistas da revolução (TROTSKY, 1979, p. 88).

O governo padecia, contudo, dos compromissos e ligações que sua base de apoio possuía com os aliados da 1ª Guerra Imperialista Mundializada. Assim, o Governo Provisório manteve os acordos com os países em guerra, levando a Rússia a um desgaste político perante as massas.

Mas a palavra e a ação, ao tempo do regime de fevereiro, tal qual a carne e o espírito de qualquer cristão devoto, achava-se em conflito incessante. Os órgãos de representação, adequadamente selecionados, preocupavam-se mais em proteger os chefes de empresas, contra os caprichos de um poder governamental oscilante e vacilante, do que em tratar de refrear os interesses particulares (TROTSKY, 1979, p. 88).

De qualquer forma, o governo buscou responder às reivindicações populares (paz, pão, terra e autonomia para as nacionalidades não russas e controle operário sobre a produção). O governo prometeu convocar uma Assembléia Constituinte, que atenderia as reivindicações e, ao mesmo tempo, procuraria atrair para si os líderes dos *Soviets*.

Já os *mencheviques*, devido aos seus interesses nacionalistas e favoráveis à industrialização bélica, defenderam a permanência da Rússia no conflito mundial e a continuidade da política externa capitalista que financiava a guerra, promovida pelos países ligados à Tríplice Entente⁶⁵.

Diante da manobra política dos mencheviques, o líder *bolchevique* Lênin, exilado em Zurique (Suíça), voltou à Rússia lançando as *Teses de Abril*. Nesse programa político eram propostas a formação de uma república de *Soviets*, a nacionalização dos bancos e propriedades privadas e a saída imediata da Rússia da guerra.

⁶⁵ Países formadores de um bloco militar – Inglaterra, Bélgica, França, Império Russo, Sérvia, Romênia, Grécia e Portugal. Tinham intenção de barrar o avanço das forças produtivas formadas pelas potências centrais: Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Otomano.

As circunstâncias do retorno de Lênin a Petrogrado, no começo de abril de 1917, representam um capítulo importante na história da revolução russa. O dirigente *bolchevique* retornou ao país com firme decisão de fazer valer sua concepção da linha do partido. Os membros tiveram a oportunidade de constatar que as suas idéias não correspondiam às de Lênin. Então, escolheram o caminho da expressão aberta de opiniões.

A originalidade do atual momento na Rússia consiste na passagem da primeira fase da revolução, que deu o poder à burguesia em razão do grau insuficiente de consciência e de organização do proletariado, à segunda fase, que deve dar o poder ao proletariado e aos extratos camponeses pobres (LÊNIN, 1999, p. 52.).

A questão não era a mudança de governo; tratava-se de trocar o regime desde seus fundamentos. Refletia-se em Lênin o dualismo da revolução russa: o novo Governo Revolucionário apoiado nos *Soviets* não poderia mais ser um governo no quadro de uma Revolução Democrático-Burguesa. Ao mesmo tempo, a estrutura dos *Soviets* se adequava ao objetivo da instauração de um governo proletário e dos camponeses.

“Nossa tarefa imediata não é a instauração do socialismo, mas, por ora somente a passagem da produção social e da repartição dos produtos para controle dos *Soviets* dos deputados operários” (LÊNIN, 1986, p. 65). E Trotsky (1979) faz alusão a esta idéia:

Logo após a chegada do exílio, Kamenev, Stálin e Muranov em Petrogrado, eles publicam artigos no jornal Pravda não assinados, que se aproximavam, por seu conteúdo, da posição da esquerda não-bolchevique do soviets da capital. Em 18 de março, o mesmo Kamenev interveio numa reunião do comitê bolchevique Petrogradense e apresentou uma precisa plataforma política: o insucesso do partido não se deve a uma política classista errada, mas sim ao fato de que as massas não compreendem o partido. Considerar contra-revolucionário o governo significa apelar por sua derrubada. O fato, porém, é que não estamos maduros para a ditadura do proletariado, não conseguiremos manter o poder. Este momento virá, mas por enquanto não é o caso de antecipar o tempo, ainda mais que o candidato ao poder é o soviets, no qual temos escassa influência. Deve-se lutar contra o governo com um slogan por negociações de paz imediata, obrigando-o a apresentar propostas precisas neste sentido (p. 36).

A política de Lênin e Trotsky foi analisar e denunciar o caráter capitalista do Governo Provisório, chamando seu partido a enfrentar a consciência das massas. “Nada nos resta a não ser explicar pacientemente, perseverantemente, sistematicamente... Enquanto estivermos em minoria, faremos um trabalho de crítica, a fim de libertar as massas da impostura” (LÊNIN, 1986, p. 73). Começa a se criar um discurso público com divisão de dois lados: de um lado o governo de Frente popular e de outro a proposta de um Estado operário.

Este foi o primeiro passo para derrubar o Governo Provisório e impor em seu lugar um Estado operário, conduzindo as massas contra o governo de frente popular. Em maio, Trotsky chegou a Petrogrado do seu exílio na América do Norte.

Em junho, os *bolcheviques* promoveram manifestações de repúdio ao Governo Provisório sob o lema “*Todo o poder aos Soviets*”. Em contrapartida, Trotsky recrutava uma milícia revolucionária em Petrogrado, a chamada Guarda Vermelha, tentando conscientizar as massas para a possível luta, não pelo simples voluntarismo, mas procurando levar as massas à necessidade imperiosa de se preparar para a contra-revolução.

2.2.2 AS JORNADAS DE JULHO: A CONTRA REVOLUÇÃO BURGUESA ACUSA LÊNIN DE SER UM AGENTE ALEMÃO

O Governo Provisório, atendendo a uma exigência dos aliados, ordenou uma ofensiva militar russa contra as forças alemãs, mas o avanço, iniciado em meados de junho, logo se transformou em retirada. Ocorreram muitas deserções. A tentativa do Governo Provisório de, por meio de uma ação militar, recuperar algum prestígio havia fracassado, já que o ambiente em Petrogrado era cada vez mais tempestuoso. Os operários e soldados ficavam cada vez mais insatisfeitos com a continuidade da guerra, a alta do custo de vida e os cartões de racionamento.

Em julho, Petrogrado foi palco de uma tentativa de insurreição, mais ou menos espontânea. Milhares de trabalhadores e soldados armados tomaram a cidade, destacando a participação de 20 mil marinheiros da base naval de Kronstadt. Os manifestantes marchavam carregando bandeiras com palavras de ordem *bolchevique* exigindo: “*Todo o poder aos Soviets*”.

Um movimento, sem objetivos claros e sem lideranças expressivas, que foi perdendo o seu ímpeto inicial. À medida que os soldados, marinheiros e operários frustrados retornavam para os seus quartéis e fábricas, os setores mais conservadores puderam passar para a ofensiva. Naquele período, o Partido Bolchevique era um grupo relativamente marginal. Onde não havia condições históricas e objetivas dos Soviets de operários e camponeses de tomar o poder em suas mãos por muito tempo. A questão da atitude da revolução socialista do proletariado em relação ao Estado adquire, pois, uma significação não somente política prática, mas assume também um caráter de urgente atualidade, porque se trata de levar as massas a compreenderem o que deverão fazer para libertar-se, no futuro, do jugo do capital (LÊNIN, 1999, p.136).

O ataque *bolchevique* é dirigido particularmente contra os acordos com a burguesia, segundo os quais o desenvolvimento da democracia abriria novas possibilidades de transformação do caráter do Estado e a república parlamentar democrática seria a forma de Estado em que o proletariado poderia assegurar seu poder.

Para tentar enfraquecer o Partido *Bolchevique*, o ministério da justiça do Governo Provisório acusou Lênin de estar a serviço do Estado-Maior da Alemanha. Documentos falsos apareceram, incriminando o líder *bolchevique*.

O Partido *Bolchevique* foi colocado na ilegalidade, tendo vários de seus membros sido feitos prisioneiros, sendo Trotsky um deles. Lênin, temendo ser fuzilado, refugiou-se na vizinha Finlândia.

O agravamento da situação desencadeou uma união das forças contra-revolucionárias. A conspiração envolveu o Governo Provisório e os países da Tríplice Entente. O objetivo comum era a instauração de um governo forte, que restabelecesse a ordem na retaguarda, restaurasse a disciplina no Exército e garantisse o prosseguimento da guerra.

Ainda em julho, Kerensky foi nomeado oficialmente primeiro-ministro, e agiu rapidamente no sentido de formar uma coligação dos partidos socialistas radicais e moderados. Como concessão à legalidade, ordenou que se pusesse um fim às ocupações ilegais de terras. Ao mesmo tempo, esperando enfraquecer os *Soviets* de Petrogrado por meio do isolamento, mandou transferir o seu quartel-general.

O general Kornilov tornou-se a grande esperança dos monarquistas, dos liberais e das potências aliadas, que viam em seu governo a única saída para manter os compromissos assumidos pelo governo tzarista e estabelecer os laços com os países capitalistas e seus aliados.

2.2.3 A DIREITA CONSERVADORA MONÁRQUICA E A CONTRA-REVOLUÇÃO DO EXÉRCITO BURGUESES EM CRISE

No final de agosto, Kornilov, comandante-em-chefe das Forças Armadas nomeado por Kerensky, representava a burguesia conservadora, o Partido *Kadet* e a alta oficialidade do Exército. Kornilov, rebelando-se contra o Governo Provisório, iniciou um golpe militar em Petrogrado, lançando um ultimato que exigia a proclamação da lei marcial com a demissão do ministério e a formação de um novo governo encabeçado por ele próprio. Assim, deslocou suas tropas em direção a Petrogrado, onde pretendia derrubar o Governo Provisório e pôr fim aos *Soviets*.

Contra essa ameaça, Kerensky entregou armas aos trabalhadores para que pudessem combater as tropas de Kornilov. Em Petrogrado, os *Soviets* organizaram a resistência ao golpe de Estado. Os operários mobilizaram-se às pressas. As tropas golpistas se aproximaram

da capital, mas a não-adesão das guarnições que defendiam a cidade e a deserção dos soldados que acompanhavam Kornilov definiram a situação.

No transcurso da revolução russa ocorre, pela primeira vez na história – com exceção da repressão à comuna de Paris de 1848 –, um golpe contra-revolucionário de tipo burguês, capitalista. Houve quem opinasse que o golpe de Kornilov era pró-tzarista, a serviço dos latifundiários feudais. Trotsky polemizou contra eles, insistindo em que era um golpe claramente pró-capitalista e contra-revolucionário, não pró-feudal. Esse golpe, que não triunfou, prenuncia futuros golpes da contra-revolução burguesa que mais tarde, desgraçadamente, triunfaram: o de Mussolini, Chiang Kai Chek, Hitler e Franco. Com Kornilov surge, pois um novo tipo de contra-revolução: a contra-revolução fascista burguesa, não feudal (MORENO, 2003, p. 38).

A tentativa malograda do golpe do General Kornilov desmoralizou a cúpula do Exército. Sua derrota provocou uma mudança radical nas relações políticas. As forças conservadoras e liberais ficaram bastante enfraquecidas. Assistiu-se a uma forte retomada da consciência dos trabalhadores que se opunham ao golpe de Estado.

Os *bolcheviques*, que haviam se armado durante o levante de Kornilov, não desejavam devolver as armas aos arsenais. Acusavam os generais de tzaristas e de desejarem fazer guerra contra o povo russo. A popularidade do Partido *Bolchevique* começou novamente a crescer, e seus membros tornaram-se grandes beneficiários do sentimento anti-kornilovista.

O golpe militar de Kornilov é derrotado pela mobilização da classe operária e de todos os partidos que reivindicavam pertencer à classe trabalhadora. Assim, os *bolcheviques* mudam sua tática, pois até então centravam todos seus esforços contra Kerensky e sustentavam que os *Soviets* deviriam tomar o poder.

Porém, quando do ataque de Kornilov, os *bolcheviques* definiram que esse golpe seria o grande perigo contra-revolucionário e chamaram à unidade todos os partidos operários e populares e, em primeiro lugar, o próprio Kerensky.

No entanto, os *bolcheviques* passam a um segundo plano: depois de conseguirem evitar o golpe, voltam a atacar Kerensky e o denunciam de ser incapaz de pôr em prática as reivindicações populares, apelando para medidas anticapitalistas.

2.3 O ASCENSO DE OUTUBRO: A ÉPOCA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL

Em agosto, os *bolcheviques* conseguiram aprovar no *Soviets* de Petrogrado uma resolução baseada em seu programa, exigindo a entrega do poder ao proletariado. Pressionado, o Governo Provisório foi obrigado a libertar os principais líderes *bolcheviques*. Em setembro, o comando do *Soviets* de Petrogrado ficou com maioria *bolchevique*. Trotsky assumiu a presidência, anunciando, imediatamente, o rompimento do *Soviets* da capital com o governo de Kerensky. Logo depois, em nome do *Soviets* de Petrogrado, exigiu a convocação imediata de um congresso dos *Soviets* de toda a Rússia.

A reviravolta se espalhou. Os *Soviets*, mesmo os das aldeias mais distantes, começaram a aprovar as resoluções dos *bolcheviques* ou dos partidos socialistas mais radicais – anarquistas e niilistas –, afastando-se das posições mais conciliadoras em relação ao Governo Provisório. Da Finlândia, onde estava foragido, Lênin escrevia para o Comitê Central do Partido *Bolchevique*, dando instruções para sabotar o governo por todos os meios possíveis. Contra a opinião da maioria dos dirigentes de seu partido, Lênin insistia na necessidade de organizar-se um levante armado. “O governo hesita. É preciso pôr-lhe um limite a todo o custo! A temporização na ação representa a morte” (LÊNIN, 1999, p. 147).

Em outubro, o *Soviets* de Petrogrado aprovou a formação do Comitê Militar Revolucionário composto pela guarnição da capital, que acatava as decisões dos deputados operários dos *Soviets* de toda a Rússia. Alguns dias depois, o *Soviets* formado por soldados de Petrogrado aprovou a resolução de transferir toda a autoridade para o Comitê Militar Revolucionário.

Kerensky, cada vez mais isolado politicamente, ordenou medidas contra o Comitê Militar Revolucionário, tais como: proibição de circulação dos jornais *bolcheviques* e a transferência de tropas leais à capital. No entanto, suas ordens não foram cumpridas.

Acontece, então, uma nova e brusca virada no desenvolvimento da revolução. A direita política tentou a instauração de uma ditadura do General Kornilov, chefe do estado-maior até então, com o objetivo de esmagar definitivamente à esquerda e os *Soviets*, mas as posições da direita estavam enfraquecidas de tal forma que não poderiam utilizar os soldados, caso ignorasse o Comitê Militar Revolucionário.

A direita perdeu sua base mais importante de poder, representada por parte do corpo dos oficiais superiores do exército. Os liberais, politicamente isolados, terminaram fora do governo. Assistia-se a uma forte retomada do radicalismo popular, e os *Soviets* voltaram a

ser fator decisivo na situação política. Ao mesmo tempo, havia crescido entre eles, de modo vigoroso, a influência dos *bolcheviques*, que conquistaram a maioria do *Soviets* em Petrogrado e em Moscou. Além disso, gozavam do apoio da base naval de Kronstadt, das unidades militares da Finlândia, e de ampla parcela do exército na frente de batalha.

Enquanto a formação de um novo governo, ainda dirigido por Kerensky, revelava a debilidade e a incapacidade de escolhas seguras por parte dos socialistas moderados – revisionistas e reformistas de direita - novas possibilidades para os *bolcheviques* começavam a ser delineadas devido, também, ao descontentamento crescente dos grupos de esquerda do Partido Socialista Revolucionário e do Partido *Menchevique*.

2.3.1 AS DISCUSSÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PARTIDO *BOLCHEVIQUE* FRENTE AOS *SOVIETS*

Na metade de setembro, Lênin propôs um compromisso com os partidos, baseado em dois pontos: todo o poder aos *Soviets*; formação de um governo de socialistas revolucionários e de mencheviques responsáveis diante dos *Soviets*. Trotsky se associou à proposta de Lênin, conquistando a maioria dos organismos dirigentes *bolcheviques*.

O plano dos bolcheviques consistia em obter mudanças a seu favor na composição dos *Soviets* à medida que fossem convocados os congressos regionais que concluiriam com um novo congresso pan-russo. Os órgãos centrais dos *Soviets*, apesar de dominados por mencheviques e socialistas revolucionários, cederam à pressão dos bolcheviques; ficou decidido que o congresso pan-russo se realizaria na metade de outubro (TROTSKY, 1979, p. 71).

Mas, logo se complicou a situação entre os próprios *bolcheviques*, devido à formação de uma forte ala de direita que apelava para as orientações do partido no período anterior ao retorno de Lênin à Rússia, e sustentava que o país não estava maduro para uma revolução socialista.

Na carta sobre o momento presente, subscrita por Kamenev e Zinoviev, a posição da direita demarca-se o mais completamente possível, revelando suas motivações. Escrita em 11 de outubro – quer dizer, duas semanas antes do golpe de força -, e enviada às principais organizações do partido, esta carta insurge-se categoricamente contra a posição do Comitê Central do Partido Bolchevique a respeito da insurreição armada. Precavendo o partido contra uma subestimação das forças do inimigo – na realidade, eles que subestimavam monstruosamente as forças da revolução, chegando até a negar a existência de estado de espírito combativo das massas – isto duas semanas antes de 25 de outubro! Os seus autores declaram: “Estamos profundamente convencidos de que proclamar nesta altura a insurreição armada é pôr em jogo,

não só a sorte de nosso partido, mas também a da revolução russa e internacional” (TROTSKY, 1979, p. 69-70).

Os riscos implícitos nesta orientação, e o medo de perder a oportunidade oferecida por uma situação favorável quanto à correlação de forças, levaram Lênin bruscamente para a esquerda. No fim de setembro, Lênin enviou ao Comitê Central do Partido *Bolchevique* duas cartas: “*Os Bolcheviques Devem Tomar o Poder*” e “*Marxismo a Insurreição*”.

As propostas nelas contidas tinham uma importância capital. O problema não era somente relativo à data da tomada do poder por parte dos *bolcheviques*. O II Congresso dos *Soviets* deveria se reunir em 20 de outubro, em Petrogrado. Depois de acaloradas discussões, a data foi mudada para 24 de outubro.

Tomar o poder antes daquela reunião provocaria dúvidas, naturalmente, a propósito da função dos *Soviets*. Mas, para Lênin, tratava-se também disto. Expressara-se, de resto com clareza suficiente. Em suas cartas, não tinha escrito: os *Soviets* devem tomar o poder; ao contrário, atribuíra essa tarefa ao partido. A razão era evidente: o poder dos *Soviets*, na concepção da época, não era a mesma coisa que “poder ilimitado” dos *bolcheviques*; significava governo de todos os principais partidos representantes naqueles organismos e, portanto, também dos *mencheviques* e dos *socialistas revolucionários* (TROTSKY, 1992, p.89).

Assim, Lênin justificava sua ação em relação à data da tomada do poder, pois a intenção dele era ter no congresso o máximo de representantes possíveis.

Dia 23 de outubro será cedo demais. É necessário que a insurreição encontre apoio em toda a Rússia e no dia 23 nem todos os delegados do Congresso dos *Soviets* em Petrogrado estarão presentes. Por outro lado, já no dia 25 será tarde demais. Com o congresso funcionando, será muito difícil, diante de uma grande assembléia constituída, tomarmos decisões rápidas e decisivas. É no dia 24 que devemos agir. Para que no instante da abertura do Congresso possamos dizer a seus delegados: Aqui está o poder! O que vocês querem fazer com ele! (LÊNIN, 1980, p. 129).

Uma luta interna se desencadeou no partido. Se for verdade que a maioria do Comitê Central *Bolchevique*, com Trotsky à frente, afastava-se gradualmente da direita, o fato é que não se mostrava excessiva disposição para acolher os argumentos de Lênin, continuando a considerar que uma insurreição dos *bolcheviques*, não consagrada pelo Congresso dos *Soviets*, não encontraria necessário apoio no país. Lênin atacou duramente a direita *bolchevique* e a própria maioria do comitê central, até que esta, não querendo prolongar e agravar uma situação de conflito com Lênin, decidiu tentar um compromisso, pedindo-lhe que renunciasse à clandestinidade e voltasse a Petrogrado.

Em outubro de 1917, o Comitê Central do Partido *Bolchevique*, o primeiro do qual participou Lênin, decidiu que a situação política estava perfeitamente madura para a

transferência do poder. Sobre a questão da insurreição, foi decidido que toda a atividade do partido deveria ser voltada para sua rápida realização.

A tradição atribui à resolução então aprovada uma importância decisiva para a vitória da posição leniniana. Mas a realidade das coisas foi substancialmente mais complexa. Lênin conseguiu separar, com uma linha divisória suficientemente nítida, os pontos de vista da maioria do Comitê Central dos Soviets daqueles da direita bolchevique; esta manifestou sua posição, que se transferiu em parte também para fora do partido, provocando um novo agravamento da situação interna (TROTSKY, 1979, p. 122).

A polêmica eclodiu nas páginas da imprensa *bolchevique*. A maioria, porém, impôs a interrupção da luta interna e dedicou sua atenção para garantir o já próximo Congresso dos *Soviets*.

Com efeito, o quadro político dos acontecimentos já estava estabelecido: nos Congressos Regionais dos *Soviets*, vencia a posição *bolchevique* em favor da tomada do poder por parte dos *Soviets*; faltava pouco para o II Congresso Pan-Russo dos *Soviets*, em que se delinaria uma maioria de delegados *bolcheviques*.

Qualquer levante *bolchevique* naquela conjuntura se confundiria com a autoridade dos *Soviets*. Devido à política do grupo majoritário do Comitê Central do Partido *Bolchevique*, nada mudaria a situação.

Os socialistas moderados hesitavam em desafiar a autoridade do eminente Congresso dos Soviets - aos quais continuavam fortemente ligados -, e se opunham à ameaça de intervenção das forças armadas contra os bolcheviques, já que de tal repressão poderia derivar uma contra-revolução aberta. Assim, tornava-se praticamente impossível defender o governo (TROTSKY, 1978, p. 147).

Durante a noite do dia 24, os pontos estratégicos da cidade foram ocupados, praticamente sem nenhuma resistência, a não ser o Palácio de Inverno, sede do Governo Provisório. Mas a resistência das unidades governamentais não era decidida e nem forte e, na noite, no final de outubro, o Palácio de Inverno foi tomado de assalto e a maioria dos ministros, presos. Agora o poder na capital estava nas mãos dos *Soviets* da cidade e, por seu intermédio, dos *bolcheviques*.

Os oficiais que se negaram a obedecer às ordens foram presos pelos seus próprios soldados. A fortaleza de São Pedro e Paulo, que possuía enorme arsenal à sua disposição e que era uma das principais guarnições da capital, passou para o lado *bolchevique*, depois que Trotsky conseguiu convencer seus soldados a alinharem-se com os *Soviets*. O grande número de armas existentes na fortaleza permitiu equipar os 20 mil membros da Guarda Vermelha, guarnição formada por operários e que vinha sendo treinada desde o golpe do General Kornilov.

No entanto, as discussões no II Congresso Pan-Russo se acirraram. As posições reformistas e liberais não obtiveram força para conter o desenrolar dos fatos históricos que eram direcionados pelo Partido *Bolchevique* e que a essa altura já tinha grande maioria e apoio dos trabalhadores. As posições se tornaram tão claras para os deputados operários dos *Soviets*, que foi quase impossível qualquer oposição aos *bolcheviques*, liderados por Lênin e Trotsky.

Já na abertura, houve vários choques com os mencheviques e os socialistas revolucionários; mas, na sessão plenária, prevaleceram os bolcheviques, e se formou um governo dirigido por Lênin e o exercito de soldados operários liderados por Trotsky, que adotaram rapidamente decretos sobre a terra e sobre a paz, obtendo assim uma sólida base política e desencadeando no país uma vasta onda de revolução popular, que deságua na expropriação dos latifúndios e de outras grandes propriedades, na ocupação e, por fim, na estatização de bancos, fábricas e empresas, no desmantelamento completo do velho exército. Fracassaram, antes mesmo de conquistar qualquer relevância, as tentativas de organizar a resistência armada à revolução, realizada logo depois da derrubada do Governo Provisório. Com a passagem do poder aos Soviets, apresentava-se a questão da formação de um governo com os representantes dos outros partidos. Enquanto a ala direta bolchevique defendia a doação de responsabilidades governamentais por parte destas formações, os socialistas moderados decidiram adiar sua resposta até a reunião da Assembléia Constituinte. Ao mesmo tempo em que se reacendia a luta no Partido Bolchevique, a posição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários fez com que prevalecessem Lênin e Trotsky, os quais recusavam em princípio a coalizão com os socialistas moderados e tinha consigo a maioria dos dirigentes bolcheviques. Ficava assim decidido também o caráter do poder soviético, que não se desenvolvia – segundo as linhas leninianas de O Estado e a Revolução – como governo democrático num Estado de massas operárias e dos outros trabalhadores em seu conjunto, mas sim como governo do Partido Bolchevique realizado por meio dos Soviets. Esta realidade não se alterou nem mesmo com a coalizão subsequente entre bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda, que governou até junho de 1918 (TROTSKY, 1979, p. 154).

A Revolução de Outubro teve êxito. A vitória levou os *bolcheviques* ao centro da atenção mundial. A autoridade da concepção revolucionária leniniana e da *práxis* dos *bolcheviques*, até então conhecidas superficialmente, começaram a crescer rapidamente em uma vitória histórica importante do movimento socialista internacional. Isso ocorreu justamente por conta da vontade popular e do êxito da ação revolucionária.

2.3.2 O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

A contribuição principal do pensamento socialista, em específico do pensamento *bolchevique*, para os dois ascensos revolucionários na Rússia, foi o fato de que pela primeira vez na História, um país muito atrasado tecnologicamente superou um modelo monárquico, passando por uma república democrático-burguesa e logo em seguida se transformou no Esta-

do de caráter socialista feito pelas massas e direcionado por um partido de vanguarda revolucionário que esteve centrado na esfera da teoria e tática política do socialismo científico.

Hoje, sem dúvida, quase todo mundo já compreende que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas sequer dois meses e meio, não fosse a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, de nosso Partido, não fosse o total incondicional apoio da massa da classe operária, isto é, tudo que ela tem de consciente, honrado, abnegado, influente e capaz de conduzir ou trazer consigo as camadas atrasadas (LÊNIN, 1980, p. 13).

Ao contrário da Revolução Burguesa de Fevereiro, a Revolução de Outubro transformou o Estado burguês em um Estado operário, apoiado pelos camponeses, soldados e operários. Diferente de Fevereiro, que foi uma revolução política, Outubro é uma revolução social que de qualquer forma, como toda revolução social, a de Outubro, também é uma revolução política, porque inaugurou um novo tipo de regime, isto é, as instituições que governam foram totalmente modificadas. Até Outubro, governavam os partidos burgueses que se apoiavam no exército burguês em crise.

Também, a partir de Outubro, desapareceram o exército e a polícia da burguesia. Os partidos burgueses deixam de governar. Uma instituição ultrademocrática começou a dirigir o Estado e organizava o conjunto dos explorados: os *Soviets* de operários, camponeses e soldados. À frente destes novos organismos ou instituições do Estado, se coloca o Partido *Bolchevique*, que era um partido revolucionário, internacionalista e, também, profundamente democrático, no qual se discutia tudo através de tendências, fração ou individualmente, e, praticamente, nada se votava por unanimidade. Lênin define as discussões e deliberações nas decisões do Partido *Bolchevique*: “Total liberdade na discussão, total unidade na ação” (LÊNIN, 1980, p. 32). Com isso, Lênin queria dizer que deveria haver a discussão. No entanto, a decisão devia ser acatada por todos, após a deliberação e aprovação de uma proposta discutida da base à direção e não em um movimento inverso.

O Ascenso revolucionário de Outubro é um fenômeno histórico, que tem continuidade em um pós-outubro com a guerra civil contra-revolucionária encabeçada pelas potências envolvidas na primeira guerra imperialista mundializada, que foi o prolongamento e a concretização do primeiro Estado Operário Socialista. Abrindo, “pela primeira vez na História, uma revolução da maioria da população, dirigida por uma classe internacional, contra a exploração capitalista e contra toda exploração” (MORENO, 2003, p.35). E a época dos primeiros ventos revolucionários da “*revolução operária e socialista*” (op. cit., p. 35) para as diversas revoluções posteriores que têm reflexos e desdobramentos históricos para todos os povos oprimidos pelo capitalismo até o momento atual.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

“... a palavra com seu tema intacto, a palavra penetrada por uma apreciação social segura e categórica, a palavra que realmente significa e é responsável por aquilo que diz”.

(Mikhail Bakhtin, teórico russo).

É quase impossível não perceber a imensa influência que exercem as ponderações de Mikhail Bakhtin nos mais variados temas sobre a linguagem humana, quando compreendida não apenas como forma de difusão, mas, principalmente, como propiciadora de interações sociais em suas diferentes expressões ideológicas.

As idéias de Bakhtin sobre o papel da consciência individual e da palavra na formação das ideologias apresentam um leque de reflexões no sentido de provocar a nossa compreensão sobre a importância dos processos de interação dos grupos sociais numa dada “cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras” (BAKHTIN, 1997, p. 34). Assim, as mais variadas significações só vêm a tona no processo de interação entre os indivíduos de consciência para outra em escala infinita.

A linguagem se amplia e desenvolve-se através de meios cada vez mais diversificados. São abundantes as condições de produção do discurso. O livro didático de história não se abstrai a essas condições. O mesmo se dá com professor de história, cujo discurso também surge a partir de condições próprias. Os discursos variam de acordo com o lugar social dos alunos e a visão de mundo do professor de história. Professor e aluno são ao mesmo tempo enunciante e receptor, isto é, participam de um tipo de mediação que possibilita a relação dialógica. No entanto, é preciso que haja acesso dos alunos ao livro didático. Quando as escolhas sociais do enunciante do livro didático são apreendidas, se dá, ao mesmo tempo, a assimilação e a refração de acordo com o lugar social dos receptores, ou seja, alunos e também professores. Cabe a estes últimos abrirem uma variedade de versões que proporcionem o permanente conflito de idéias e verdades.

A aprendizagem permeia toda a existência do homem e o professor não está excluído desse processo. Portanto cabe ao professor deixar seus preconceitos – resultante do conflito de classe social -, e abandonar a relação de domínio que tem sobre seus alunos para que ambos possam chegar ao estabelecimento de novas relações, aprendendo mutuamente e discutindo com criticidade os problemas de seu tempo e espaço. Para que a prática educativa não se torne vazia da realidade deve representar é

necessário que o aluno desenvolva a sua consciência crítica (MARTINS, 1990, p. 10).

O fato de ter uma linguagem pronta para o consumo evidencia que o livro didático de história tem motivações ideológicas próprias das sociedades classistas. Entretanto, são tais motivações que lhe dão sentido. Do mesmo modo, o meio social não teria sentido se estivesse desprovido de motivações ideológicas diversas.

Uma teoria do discurso compreende a língua não como um sistema fechado e imutável, mas sim como um processo que se modifica de acordo com a situação concreta imediata. E não só isso: o discurso emerge em um dado contexto social que determina seu comprometimento ideológico. É nesse ponto, quando a palavra é arrebatada por um tipo de discurso contundentemente ideológico, que o seu aspecto polissêmico encontra-se diminuído, ou seja, as concepções de grupo social determinadas por uma dada ideologia se estreitam até se configurarem em “verdades” próprias que são materializadas nas práticas discursivas.

Percebemos, então, que todo e qualquer aspecto ideológico pode passar pela palavra. Por outro lado, independente da especificidade sónica da ideologia constituída, a palavra é o principal ponto de apoio da constituição da consciência dos homens.

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material semiótico da vida interior, da consciência* (discurso interior). Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo, sem expressão externa (BAKHTIN, 1997, p. 37).

A palavra funciona como tal ainda que, como explica Bakhtin, o material lingüístico, enquanto palavra interiorizada, não se encontre em um estado bem acabado, mas se manifeste por meio do que ele chama de impressões globais da enunciação, ou seja: “Essas unidades do discurso interior, que poderiam ser chamadas impressões globais de enunciações” (BAKHTIN, 1997, p. 63) que leva a noção de discurso. Bakhtin diz que o discurso reflete e refrata a realidade social na sua totalidade e, portanto, no indivíduo. “O que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*” (idem., ibidem, p. 46). A gama de signos, traduzida em interesses sociais e de classe, se refrata a partir de um determinado grupo social.

Esse processo se dá no campo da linguagem, como em sociedade, de forma desigual, contraditória e combinada. De certa forma, as combinações dos signos contraditórios são reflexos e refração das vozes que evocam determinados discursos que são entendidos de forma desigual pelos indivíduos. Em sua busca de compreender os conteúdos das vozes (em seus *ditos e não-ditos*), os indivíduos não percebem os silenciamentos contidos no interior do discurso. Isso se mostra fundamental para o entendimento dos posicionamentos ideológicos a partir dos discursos. Logo, o processo dialético da linguagem confere “ao signo ideológico um caráter intangível e acima dos interesses de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (idem., *ibidem*, 1997, p. 47). Em situações sociais excepcionais, os signos se tornam mais nítidos.

Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser em épocas de grande comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo o signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio interior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 1997, p. 47).

A passagem anterior oferece um bom exemplo de como Bakhtin encara a relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. Para ele a infra-estrutura é a base material, a forma real de vida econômica estabelecida pelos indivíduos produtores, ao passo que a superestrutura compreende categorias impostas pelos sistemas ideológicos. Afinal, o signo ideológico permeia a consciência individual, o Ser. Esse reflexo do signo ideológico seria a formação ideológica, a maneira de apreender a materialidade por meio da linguagem. Aliada, pois, às determinações sociais, a língua se configura em discurso. Por meio dele, o signo ideológico se refrata, se dissemina.

Refração é comunicar e não é nunca um processo neutro. A refração afasta-se da concepção de neutralidade da comunicação, como uma simples explicação imparcial de um fato, por meio da qual o interlocutor absorveria também imparcialmente e passivamente a informação: “E é *refração* quando acionada na interação social, completando, assim, esse movimento paradoxal e contraditório que se instala com a produção do discurso” (VOESE, 2004, p. 67). No processo comunicativo, na interação verbal, importam mais a opinião, a postura de quem transmite, a subjetividade e o juízo de valor do que a forma como se transmite: “o discurso, apoiado na materialidade lingüística, assume a função de, como ‘máquina’ produtora de sentidos, garantir, através da generalização, a reprodução e, com a atividade dos indivíduos com e sobre os sentidos genéricos, a transformação” (op. cit.: 62).

Portanto, a questão da imparcialidade de um “discurso neutro” não encontra nenhuma sustentação. É no choque entre discursos, choque entre ideologias, que se percebe também os comprometimentos do signo. Bakhtin (1997) expõe isso muito bem. “Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras” (p.47).

Em suma, cabe dizer que todo o discurso reflete (ou não) a realidade social e, ao mesmo tempo, refrata essa realidade num processo de retorno do que foi dito. E isso implica em interação social. E toda interação social, por colocar em cena idéias e interesses, é ideologicamente determinada. Partiremos da concepção de ideologia dada por Marx e Engels (1999) que diz que:

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que os seres conscientes, e o ser dos homens é seu processo de vida real (p. 36-37).

A ideologia nada mais é, na perspectiva marxista, do que o uso da atividade do pensamento, via discurso, como um processo de reprodução e superação “na escolha das alternativas a serem objetivadas em cada momento histórico” (LESSA, Mimeo. S./d.:24), a partir de diferentes modos de se perceber a realidade circundante ajudando constantemente o ser humano em seus posicionamentos “frente aos grandes problemas de cada época, bem como frente aos pequenos e passageiros dilemas da vida cotidiana. [...] esse conjunto de idéias é denominado ideologia” (idem., ibidem, p. 24). Com essa concepção a ideologia não é alguma coisa que estaria ocultando o real, pois não há um real neutro. O ideológico é uma dimensão necessária de todos os discursos.

Por outro lado, Marx e Engels vão um pouco além ao tratar da constituição ideológica burguesa. No que se refere à classe burguesa, especificamente, a ideologia seria a ilusão da consciência de que as ações humanas resultam de decisões livres e soberanas sem vínculo com a realidade social. Como a classe burguesa é aquela que vem dominando, as formas de controle social são as mais diversificadas e podem, em determinados momentos históricos, encobrir provisoriamente a realidade vivida pelos seres humanos socialmente. De qualquer maneira, o indivíduo refrata a sua realidade mesmo que a ideologia burguesa tente delirar as diferenças que são próprias da hierarquização social das sociedades classistas. Voese (2004)

discorre sobre a idéia de ideologia (exposta anteriormente por Lessa (Mimeo. S./d.:24)) percebendo que é

[...] nessa concepção de ideologia (que difere da falsa consciência) que as idéias-chave, entendidas como referências, têm uma função positiva porque, sem elas, o grupo ficaria sem rumo e se esfacelaria rapidamente, o que, de outra maneira, explica que o discurso, como mediação da atividade vital dos homens, se constitui na observância desse projeto de sociabilidade, de modo que, conforme Bakhtin (1986), toda palavra carrega um índice de valor, produto das atividades avaliativas que os indivíduos dos grupos realizam, apoiados nas referências-chave, ou seja, a ideologia (VOESE, 2004, p. 55).

Em consonância com Bakhtin (1997) a ideologia é compreendida como um espaço de contradição e mediação e não de assujeitamento à realidade em que o “produto ideológico faz parte de uma realidade (natural e social)... ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (p. 31). Os signos, ainda, segundo Bakhtin (1997), são, enfim, os mecanismos geradores de significado. São, conseqüentemente, portadores de ideologia, por isso ele diz que: “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (p. 31).

Para Heller (1972 p. XI) não há condições de o indivíduo se abstrair da realidade objetiva que, ao contrário do estruturalismo busca uma visão de mundo que não engessa o indivíduo a determinações que são distintamente em contraponto “ao historicismo subjetivista (que dissolve as objetivações humanas em sua gênese social imediata) quanto às versões “estruturalistas” do marxismo (que substituem a dimensão ontológico-social por um epistemologismo formalista e anti-histórico)”.

Em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já “feito”, numa estrutura consuetudinária já “feita”. Deve assimilar estes usos, do mesmo modo como assimila o trabalho. Desse modo, toma posse da história humana, “ingressa” na história, e esse é o marco em que o homem consegue se orientar (HELLER, 1972, p. 88).

Isto não quer dizer que a atividade consciente só produz representações sígnicas e que os seres humanos apenas refletem uma determinada realidade social. Pelo contrário, a consciência poderá produzir diferentes formas de significação na medida em que sua atividade estiver diretamente relacionada com a prática social na qual se desenvolve a existência dos seres humanos. Portanto, a consciência pode refratar a realidade social na elaboração de críticas ao que está estabelecido (provisoriamente) pelos seres humanos (via discurso).

3.1 ORIENTAÇÕES PARA UMA ANÁLISE

Para Bakhtin (1997), a palavra, além de constituir o signo ideológico por excelência no estabelecimento e manutenção das relações sociais, é também um meio para formação social, pois o autor percebe que a “consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (p.34). Em consonância com o teórico russo, pode-se afirmar que qualquer reflexão em torno do texto didático de história só ganha importância se a linguagem for considerada em sua perspectiva prática (objetiva), ou seja, como um meio para a manutenção e reprodução de valores sociais.

A necessidade de compreender o enunciado de um texto remete à impossibilidade de estudar o enunciado fora de sua produção sócio-histórica. Deve-se reunir aquilo que já foi dito a seu respeito como reflexo e aquilo que ele próprio é capaz de dizer ou refratar. Desse modo, podemos dizer que o homem apreende por intermédio do discurso. É então preciso que se estude o enunciado em seus muitos outros dizeres, ou melhor, dentro de sua formação histórico-social-ideológica.

É pelo fato de o indivíduo intervir e as vozes dos outros serem heterogêneas que o discurso é sempre um ir e vir, incompleto. Assim sendo, fica difícil marcar os limites de um discurso de determinado enunciante, visto que, não se sabe exatamente onde começa e, muito menos onde termina a atividade humana. Todavia, por estarem inacabados, os discursos evoluem, pois, desse modo, os indivíduos coletivamente podem superar ou até manter uma etapa histórica e fazer da sua atividade um processo de mediação do desenvolvimento das relações sociais e de produção.

Essa forma de perceber o discurso aumenta o leque de possibilidades ao passo que eleva a noção de totalidade sem se abstrair da realidade concreta. Assim, se abstrairmos do discurso apenas o sua estrutura, o discurso fica limitado ao que se diz. Entretanto, se buscarmos as motivações para o por que se diz e o como se diz, evidenciaremos a significação do enunciado em seus *ditos* e *não-ditos*, ou seja, quando falamos de um determinado tema por vezes não temos em mente que o que se diz não pode ser compreendido sem se evidenciar o seu significado naquilo que não está dito. Isto ocorre quando não se questiona aquilo que é dito. Então, não se percebe as implicações ideológicas contidas no texto em seus silenciamentos. Para tal tarefa se fez necessário buscar a compreensão do discurso através da apreensão das relações dialógicas entre os enunciados. É a isso Bakhtin (1992) chama de *cotejo*: “Toda

palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros textos”. (p.404).

O cotejo – ou correlação de enunciados – é orientação metodológica que se origina da valorização do outro, ou seja, o outro, a alteridade, passa a se caracterizar como reflexo, refração e construto da produção de conhecimentos pelos seres humanos e não uma mera reprodução sem refratar a realidade circundante, ou seja, as condições de produção “que remete a noções como história, ideologia, práticas sociais, heterogeneidade, interdiscursividade etc.” (VOESE, 1997, p. 9) envolvidas no processo discursivo. Em conformidade com o que se diz, é quase que impossível dizer sem se envolver com o que se diz, pois isso remete a uma atitude responsiva que se desenvolve na “compreensão da língua e a compreensão do enunciado (que envolve *responsividade* e, por conseguinte, juízo de valor)” (BAKHTIN, 2003, p. 328). Vale ressaltar que isso acontece por parte de quem diz. Desse modo, diz Bakhtin (2003, p. 271-272).

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente **responsiva** (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriedade: o ouvinte se torna falante. A **compreensão passiva** do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente **responsiva** real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. É claro que nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a **compreensão ativamente responsiva** do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comando entendido aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como **compreensão responsiva silenciosa** (alguns gêneros discursivos forma concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente responde nos discursos subsequentes ou no comportamento dos ouvintes (*grifos nossos*).

Para podermos compreender um texto devemos, segundo Bakhtin (1992), “cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (no meu contexto, no contexto contemporâneo, no contexto futuro)” (p. 404). Essa é a dialética que se configura no diálogo⁶⁶ para, assim, voltar ao que foi dito numa forma mais profunda da contextualização, pois qualquer “texto só vive em contato com outro texto (contexto)” (idem., ibidem, p. 404). No cotejo “é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo” (idem., ibidem, p. 404). Não obstante, o contato entre os enunciados não é visto por Bakhtin (op. cit., p. 401) como uma simples oposição entre os recortes mas, uma forma de perceber o que se diz, como se diz e por que se diz isso e não aquilo.

⁶⁶ É preciso, para impedir equívocos teóricos sérios, distinguir entre *dialogia* e *diálogo*: o discurso mantém uma relação de dialogia com outros discursos, mas o diálogo só pode ocorrer entre indivíduos, nunca entre textos, exatamente porque o diálogo pressupõe ações que não podem ser realizadas por textos (VOESE, 2004, p. 111)

Salientamos que se trata do **contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto** (e não entre texto e contexto), entre os elementos abstratos desse texto (entre os *signos* dentro do texto), e que é **indispensável somente para a primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido)**. Por trás desse contato, **há o contato de pessoas e não de coisas**. Assim que convertermos o diálogo num texto compacto, ou seja, assim que **apagarmos a distinção das vozes** (a alternância dos sujeitos falantes) – o que é em princípio possível (a dialética monológica de Hegel) - , o sentido profundo (infinito) desaparecerá (teremos batido no fundo, ficaremos em ponto morto). (*grifos nossos*). (p. 404-405)

Dessa forma, no primeiro momento, o analista deve tentar contemplar o que está dito, sem se deslocar do texto. Deve-se buscar o que um texto diz pelas suas marcas evidenciando, posteriormente, através do cotejo, os possíveis silenciamentos que podem ou não ser perceptíveis numa primeira leitura. Esses silenciamentos poderão ser objeto de uma análise mais apurada numa leitura, não apenas contrastiva, mas compreensiva do texto. Segundo Voese (2004), o discurso apresenta formas de significação que podem possibilitar o aproveitamento da “noção de cotejo para construir dois pares de procedimento de análise” (p.112)

[...]:1. em **relação ao dito, localizar** diferenças e contradições do texto em **relação ao que os outros dizem do mesmo tema**, tomando-as como pistas de **silenciamentos** de hierarquizações e homogeneizações de **ordem ideológica**; 2. em relação ao **modo de dizer: 2.1 descrever** pistas de polifonia que **caracteriza** o discurso; **2.2 interpretar as escolhas** do enunciante como pistas de **seu lugar na enunciação**; **2.3** localizar pistas dos **atos dos interlocutores** no plano dos **juízos de valor a que o texto conduz**, ou seja, **entender o juízo de valor** como elemento necessário da cognição dialógica, já que “[...] compreender sem julgar é impossível” (BAKHTIN, 1992: 382); **2.4** analisar a discursividade do texto, o que envolve **justificar as descrições e as interpretações realizadas** (*grifos nossos*).

Assim, podemos dispor da noção de cotejo como maneira de se poder compreender o que não está dito, interpretando as ideologias num dado enunciado “após saber que o enunciante *diz isso e não aquilo*, dirige-se ao *modo de enunciação*, ou seja, como *o dito é dito*” (idem.,ibidem, p. 112). Analisar o que um texto diz e outro não diz facilita a compreensão das significações possíveis do que se diz levando em conta que o que se diz pode ser interpretado das mais variadas formas e depende basicamente do “lugar social” de quem diz.

A distribuição, pois, dos papéis sociais de acordo com os *lugares sociais* que os indivíduos ocupam, corresponde a uma hierarquização que concretiza uma diferenciação quanto ao valor e à importância do que se diz em cada instância social, ou seja, há valores de papéis sociais que se agregam às falas, unindo-as com maior ou menor força para produzir efeitos de poder. E se nos enunciados, então, transitam, também, valores sociais dessa ordem, pode-se argüir que, se muitas vezes o que se diz pode levar a julgamentos e punições, não é porque houve insucesso no processo de comunicação. Ao contrário: é por que houve sucesso e compreendeu-se muito bem o que foi dito para poder condenar o que, segundo valores sociais, não poderia ter sido dito (VOESE, 2004, p. 38).

Em resumo: utilizamos o cotejo entre as versões e que consiste em dois momentos: o descritivo/interpretativo e o compreensivo. No primeiro estão ausentes os juízos de valor, enquanto o segundo envolve considerações e julgamentos do analista do discurso frente aos posicionamentos ideológicos detectados. Isto é: no primeiro momento, em que se descreve, buscamos analisar o que se diz no discurso sem abandonar o texto. Posteriormente, buscamos a maneira como se diz o que está dito. Nessa fase, o que se perseguiu foi a idéia de lugar social de quem diz. Em seguida, com o cotejo de textos, atingiu-se o segundo momento: o compreensivo. Nessa fase, comentamos as diferenças entre os discursos na tentativa de localizar o que um texto silencia do outro e vice-versa. Revelam-se, então, os *ditos* e *não-ditos* entre os discursos. A tarefa seguinte foi tentar apontar as possíveis razões ideológicas para o que está silenciado. Nesse ponto, iniciamos a construção de juízos de valor e julgamentos e partimos para a análise dos efeitos do silenciamento de sentidos.

3.2 AS VERSÕES DOS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS

Os livros didáticos de história, quando se referem a determinados fatos, em especial aos que têm fortes cores ideológicas e evidentes conflitos de lugares sociais como os “Ascensos de Fevereiro e Outubro”, conseguem, por força do discurso, deixar a seu lugar social ou ideologia.

3.2.1 AS VERSÕES DO ASCENSO DE FEVEREIRO

Os critérios utilizados para o corpus da análise basearam-se na *práxis* escolar no contato com os recortes dos textos didáticos que impulsionaram em compreender o comprometimento dos autores sobre as versões históricas, pois partimos do pressuposto que não há fatos (que se caracterizam em “verdades”) há versões dos fatos.

As escolhas dos protagonistas e marxistas revolucionários sobre o tema foram selecionadas de acordo com o critério histórico das mesmas etapas para que não se fizesse análises descompromissadas com o contexto que foram ditas, portanto, em seu bojo foram realizados para construir o cotejo de versões, resultante da hipótese de que há produção de sentidos

comprometidas e marcadas ideologicamente especialmente quanto à relação das forças de classe, pois no sentido o analista revela as condições de produção do discurso.

3.2.1.1 O que dizem os livros didáticos

No livro didático de história *Cotidiano e Mentalidades no R1* está dito que:

Quando o governo foi **derrubado**, em março de 1917, os socialistas se encontravam divididos, participaram da formação dos principais *soviets*, **mas não tiveram condições políticas de articular a constituição do novo governo**, o que foi **feito pela burguesia** (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 81) (*grifos nossos*).

Do que se diz, se percebe que na derrubada do governo os *Soviets* não tiveram condições de articular o novo governo, o que, segundo o texto, foi feito pela burguesia. Entretanto, no texto, a expressão foi “derrubado” adianta que havia um “vazio de poder”; “falta de liderança”; “falta de credibilidade no proletariado”; “falta de organização política”. O recorte diz também que o novo governo “foi feito pela burguesia”. Dessa forma, a classe protagonista da derrubada do governo foi a “burguesia”. Podendo-se, assim, alistar os seguintes ditos do enunciado:

1. o governo foi “derrubado”;
2. os “socialistas se encontravam divididos”;
3. os “soviets não tiveram condições” de organizar o “novo governo”;
4. esta “articulação não se deu por questões” políticas;
5. a “burguesia” foi a classe que fez e organizou o “novo governo”.

No livro didático *História Martins* o **R2** diz que:

“Liderados por Lênin, os *bolcheviques* propunham a **derrubada violenta** da monarquia russa. Os *mencheviques*, contudo, queriam **chegar ao comunismo** através de um **processo lento de reformas**” (FERREIRA, 1997, p. 15) (*grifos nossos*).

No texto, se diz que os *bolcheviques* queriam uma mudança violenta e os *mencheviques* queriam uma mudança gradual e sem violência. Entretanto, no texto, a expressão “derrubada violenta” adianta que os *bolcheviques* eram “extremistas”; “violentos”; “irresponsáveis”; “contrários à paz”; “não aceitavam outras opiniões”. Por outro lado, os *mencheviques* eram “ordeiros”; “democráticos”; “humanistas”; “não violentos”; “responsáveis”; “pacientes”. A onde, podemos perceber os seguintes ditos:

1. Lênin era o articulador, que os *bolcheviques* foram “liderados”;

2. os *bolcheviques* “liderados por Lênin” queriam a “derrubada violenta” do tzarismo russo;

3. os *mencheviques* eram comunistas;

4. os *mencheviques* eram “reformistas” e os *bolcheviques* “eram violentos”.

No livro didático de história *Caminhos das Civilizações* em **R3** está posto que:

Mencheviques, bolcheviques e o Partido Kadet percebiam a **fraqueza** do governo provisório e **disputavam o poder**. Bolcheviques (em julho) e kadets (em setembro) **tentaram** chegar ao **poder através de golpes, contidos pelo governo** (MORAES, 1993, p. 289) (*grifos nossos*).

No recorte, o autor do texto didático refere-se à luta pelo poder entre os partidos e a forma como se desenvolveram quando diz que em virtude da “fraqueza do governo provisório”, houve uma luta entre os partidos que “disputavam o poder”, afirmando que a forma usada para se chegar ao “poder” era o “golpe”, que foram “contidos pelo governo”, e entre os partidos que “disputavam o poder” os únicos que seguiam essa orientação política de “golpe” eram o Partido *Bolchevique* e o *Kadet*. De acordo com o que o texto didático diz, podemos assinalar os seguintes ditos:

1. havia uma luta pelo poder entre os três partidos envolvidos no processo que “disputavam o poder”;

2. essa luta se desenvolveu em virtude da “fraqueza” do governo provisório;

3. para se chegar ao poder os *bolcheviques* e *kadets* tiveram uma orientação política voltada para o “golpe”;

4. o Partido *Menchevique* não seguiu a orientação política de “golpe”, já que o autor do texto didático só faz referências as *bolcheviques* e *kadets*.

3.2.1.2 Os ditos dos protagonistas

Para o cotejo com os recortes do livro didático, selecionamos as vozes daqueles que participaram do Ascenso: Lênin e Trotsky. No livro de Lênin *Teses de Abril* o **R4** fala que:

Não precisamos de nenhuma **república parlamentar**. **Não precisamos** de nenhum **governo além** do **Soviets de Delegados de Trabalhadores, Soldados e Camponeses** (LENIN, p. 36, 1990) (*grifos nossos*).

R4 diz que o Partido *Bolchevique* negava a república parlamentar e qualquer forma de governo, aceitando apenas o *Soviets* de Delegados de Trabalhadores, Soldados e Camponeses. Vale-se da negativa “não precisamos” e elege com o termo “além” que somente os “*Soviets*” poderiam governar. Mas, no texto, as expressões “não precisamos” e “além” remete a dizer que: “qualquer governo seria ilegítimo”; “o único tipo de poder governamental que deveria existir seria do *Soviets*”. Assim, o texto diz que a única alternativa seria o *Soviets* e que a classe social que deveria protagonizar a continuidade do “Ascenso de Fevereiro” seria a dos trabalhadores, soldados e camponeses. E, assim, listam-se os seguintes ditos:

1. não se aceita a “república parlamentar” como projeto de sociabilidade;
2. que nenhuma forma de governo seria aceita pelos *bolcheviques* “além” dos *soviets*;
3. só os “trabalhadores, soldados e camponeses” seriam a forma de expressão de um projeto social que poderia ser legítimo.

No livro de Trotsky *Lições de Outubro* o **R5** expõe que:

[...] as primeiras horas da vitória, quando novo poder revolucionário se constituía com rapidez extraordinária e força irresistível, os **socialistas que se achavam à frente do Soviets olhavam com inquietação em redor procurando um verdadeiro “patrão”**. Consideravam muito **natural que o poder passasse para a burguesia**. Aqui se forma o principal nó político do novo regime: **por um lado, o fio conduz à sala do executivo de operários e soldados; por outro se alcança o centro dos partidos burgueses** (TROTSKY, 1979, p. 49) (*grifos nossos*).

O recorte faz menção de que nas “primeiras horas da vitória” a consolidação do governo foi de forma “rápida e irresistível” e que “os socialistas” que se encontravam “à frente dos soviets” percebiam que havia uma “inquietação” pois, procuravam “um verdadeiro patrão”, e que, por outro lado, “consideravam natural” que a força política se concentrasse na “burguesia” formando, segundo o recorte, uma contradição: “por um lado” havia o caminho que “conduz à sala do executivo de operários e soldados” “por outro” levava para o “centro dos partidos burgueses”. Assim, podemos retirar alguns ditos do texto:

1. os próprios socialistas ainda tinham dúvidas sobre sua liderança;
2. seria “natural” que o poder fosse para as mãos da burguesia;
3. por um lado o poder poderia ir para as mãos dos trabalhadores
4. poderia também ir o poder “ao centro dos partidos burgueses”.

No livro de Lênin *Que fazer?* O **R6** diz que:

[...] os verdadeiros marxistas revolucionários, **representados pelo partido bolchevique**, devem **usar** o parlamento burguês para **denunciar** e **vigiar** qualquer ato que atente **contra as lutas dos trabalhadores internacionais** e principalmente do **povo russo** (LÊNIN, 1986, p. 29) (*grifos nossos*).

Através do que se diz podemos evidenciar qual o pensamento do protagonista e sua concepção de partido e atuação quando diz que:

1. o partido *bolchevique* “representa os verdadeiros marxistas revolucionários”;
2. o parlamento deve ser usado como cenário de uma luta parcial e não como finalidade última da luta revolucionária;
3. estando o parlamento no campo burguês o Partido *Bolchevique* seria o defensor dos interesses do povo “denunciando e vigiando” os “atos”, ou melhor, os posicionamentos políticos no interior do parlamento burguês.

No livro de Trotsky *Lições de Outubro* **R7** fala que:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não se **restringe com nenhuma forma de dominação de classe**, que **não se detêm no estágio democrático** e, sim, passa para **medidas socialistas** e a **guerra contra a reação exterior**, uma revolução na qual **cada etapa está contida em germe na etapa precedente**, e **só termina com a liquidação total da sociedade de classes** (TROTSKY, 1979, p. 22) (*grifos nossos*).

Este recorte diz que nenhuma revolução se “restringe” a qualquer “forma de dominação de classe” e também não se interrompe “no estágio democrático”. Passa para “medidas socialistas” e que concomitantemente há “guerra da reação exterior”. A outra fase que está “contida” na “etapa precedente” se realiza em suas ações com a “liquidação total da sociedade de classes”. Podemos, então, extrair os seguintes ditos da frase de Trotsky:

1. não há revolução se esta se “restringe” a qualquer “forma de dominação de classe”;
2. o “estágio democrático” é uma etapa que se segue para outra a partir de “medidas socialistas”, para se preparar para outra etapa que é a “guerra à reação exterior”;
3. cada etapa é uma escolha que reflete as etapas anteriores que por sua vez, vão gerar uma “etapa precedente”;
4. os reflexos de determinadas escolhas só cessam “com a liquidação total da sociedade de classes”.

No mesmo livro de Trotsky citado anteriormente, no **R8** está dito que:

Partindo do **justo pressuposto** de que a Rússia era a **potência mundial mais atrasada**, os mencheviques pensavam que toda a experiência socialista significaria infalivelmente uma **aventura temerária**: os socialistas não podiam constituir um governo, sob pena de serem **condenados a realizar um programa burguês**; à burguesia, pois, cabia a função dirigente no campo econômico, tanto que ela dispunha das elites intelectuais do país; apolítica que deveria respeitar essa realidade; era tarefa dos socialistas **levarem** à esquerda um governo burguês e **garantir** aos estratos populares as **melhores condições** de organização para a ação política, para **afirmação** das reivindicações sociais. (TROTSKY, 1979, p. 88) (*grifos nossos*).

O recorte acima diz que os *mencheviques* estavam com “justo pressuposto” em conceber a Rússia como atrasada. Entretanto, para os *mencheviques* “a experiência socialista significaria infalivelmente uma aventura temerária” e através dessa realidade os *bolcheviques* estavam “condenados a realizar um programa burguês”. E deveriam os *bolcheviques*, na visão dos *mencheviques*, “garantir aos extratos populares as melhores condições de organização... para afirmação das reivindicações sociais”. Os ditos são que:

1. os *mencheviques* estavam certos em seu “justo pressuposto” no que tange ser a Rússia “a potência mundial mais atrasada”;
2. os *mencheviques* acreditavam que qualquer experiência “socialista” seria uma “aventura temerária”;
3. os socialistas que fossem para o governo “seriam condenados a realizar um programa burguês”;
4. os socialistas deveriam levar “à esquerda um governo burguês”;
5. deveriam, assim, “garantir” maior margem de manobra para “garantir” aos trabalhadores “melhores condições” para se organizarem com políticas de “afirmação das reivindicações populares”.

No livro de Lênin *O Estado e a Revolução*, o **R9** diz:

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da **significação do papel do Estado** foi posta em toda a sua amplitude, posta praticamente, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas-revolucionários e **todos os mencheviques, sem exceção**, caíram, imediata e completamente, **na teoria burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado"**. Inúmeras **resoluções e artigos** desses políticos estão **profundamente impregnados dessa teoria burguesa e oportunista da "conciliação"**. Essa **democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender** que o Estado seja o **órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)**. A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os **nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas**, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas **democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista** (LÊNIN, p. 6, 1983) (*grifos nossos*).

Diz-se no texto que a “significação do papel do Estado” foi colocada em discussão e que “todos os mencheviques sem exceção” seriam fadados a ceder perante a “teoria burgue-

sa da conciliação” entre as classes que foram escritas em “inúmeras resoluções e artigos” dos políticos apóstolos da conciliação e que essa política era “oportunista”, sendo que esta teoria não contempla a idéia de que o caráter de classe o “Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)”. E que os “mencheviques e socialistas revolucionários” não eram “socialistas” mas, tinham “uma fraseologia aproximadamente socialista”. No texto, se pode extrair os seguintes ditos:

1. que “todos os mencheviques, sem exceção” seguiam a mesma orientação política;
2. e que essa orientação política se pautava na “teoria burguesa da “conciliação” das classes pelo Estado”;
3. os *mencheviques* eram “incapazes de compreender” que o “Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)”;
4. os “*mencheviques* não” eram “socialistas” e que tinham uma “fraseologia aproximadamente socialista”.

3.2.1.3 Os ditos de alguns marxistas revolucionários

No livro *Teses para atualização do Programa de Transição* do revolucionário latino-americano Nahuel Moreno o **R10** diz:

Toda revolução tipo Fevereiro, por ser uma revolução operária e popular, dá origem a órgãos de poder diferentes dos órgãos da burguesia (estado, exército, polícia). Ou seja, toda revolução de fevereiro leva inevitavelmente, nas etapas prévias a sua vitória e imediatamente depois, a um duplo poder. Ou seja, origina o desenvolvimento de um pólo de poder operário e popular (MORENO, p. 108, 1992) (grifos nossos).

O texto diz que a Revolução de Fevereiro foi conduzida por uma frente operária e popular que se diferencia dos órgãos instituídos que foram derrubados gerando um duplo poder operário e popular. Constatam-se os seguintes ditos:

1. que a Revolução de Fevereiro é obra dos trabalhadores em geral;
2. que origina órgãos diferentes do governo derrubado;
3. que gera um único duplo poder de representação popular;

4. que o governo se diferencia do regime, ou seja, o governo e a classe que comanda e o regime são as instituições do Estado.

No livro do historiador e marxista revolucionário Valério Arcary *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista* o **R11** expõe que:

É muito comum que se **associe revolução a um processo violento ou até sangrento**, em que milhares de vidas foram sacrificadas. Esse mito é, no entanto, infundado. Com frequência, **confundi-se a violência da contra-revolução com a obra da revolução**. Esses **preconceitos políticos** são **recorrentes** e não devem subestimados pelos estudiosos do tema que têm, nesse terreno, uma **responsabilidade** diante daqueles historicamente desinformados. **Onde existiu injustiça, existiu violência**. Luta de classes e violência são aspectos da vida social que mantêm entre si uma relação complexa. Todas as **sociedades divididas em classes foram violentas**, mesmo quando estavam atravessando uma fase não-revolucionária de sua história. Muito ao contrário do que presume o senso comum, **uma longa paz social não constitui uma vantagem relativa para uma sociedade realizar mudanças indolores**. Um **atraso histórico das mudanças econômico-sociais**, além de **condenar sociedades à estagnação**, favorece, invariavelmente, uma **maior violência das forças reacionárias**, ou mesmo a **desagregação social** que **alimentará**, por sua vez, **patamares mais elevados do que se poderia denominar a violência “cega, surda e muda”** de setores das massas (ARCARY, p. 34-35, 2004) (*grifos nossos*).

O texto diz que é muito comum que se associem “violência da contra-revolução com a obra da revolução” sendo uma das formas de “preconceitos políticos” sobre os ditames da revolução que são “recorrentes”, que os intelectuais têm “uma responsabilidade” com as pessoas que só conhecem a versão contrária à revolução e, ao mesmo tempo, segundo texto, sempre onde houve “injustiça, existiu violência” já, que as “sociedades divididas em classes foram violentas” e que “uma longa paz social não constitui uma vantagem relativa para uma sociedade realizar mudanças indolores”. Daí que todo “atraso histórico das mudanças econômico-sociais” invariavelmente “condena as sociedades à estagnação” levando, assim, a “maior violência das forças reacionárias” e infalivelmente à “desagregação social” que “alimentará” níveis ou “patamares mais elevados de violência cega, muda e surda” das camadas mais exploradas das massas. A partir do que o enunciado diz podemos listar os seguintes ditos do texto:

1. há uma recorrente idéia de que quando se fala em revolução se fala em violência, ou seja, só quando há revolução haverá violência;
2. a idéia de que a revolução é um processo violento é um “mito infundado”;
3. há uma distorção ou “preconceito político” pelo qual a revolução é responsável pela violência e não a contra-revolução;
4. a injustiça, historicamente falando, invariavelmente gera violência;
5. uma sociedade estratificada socialmente é um gerador de violência social;

7. as sociedades de classes têm o seu “germe” da ação violenta das camadas mais exploradas de uma sociedade de classes;

8. uma “longa paz social” não é sinal de que a sociedade está satisfeita com suas escolhas, ou seja, não confundir “paz social” com passividade;

9. que todo o retrocesso econômico pode fazer com que forças que estavam em estado de estagnação se levantem com veemência levando a uma “desagregação social” e até a “patamares mais elevados” de violência.

No livro de Nahuel Moreno *As revoluções do século XX*, no **R12** está posto que:

Os bolcheviques mudam sua tática. Até então, vinham **centrando** todos os seus **ataques** contra **Kerensky** e colocando que **devia ser derrotado** e que os **Soviets deviam tomar o poder**. Quando Kornilov ataca, porém, **definem que esse golpe é o grande perigo contra-revolucionário** e **chamam à unidade** de todos os partidos operários e populares, em **primeiro lugar** o próprio **Kerensky**, para **combater**, de **armas na mão**, a contra-revolução de Kornilov. **Passam a um segundo plano os ataques a Kerensky. Deixam de exigir sua derrubada de forma imediata**, como tinham feito até então. **Agora, denunciam Kerensky porque é incapaz de fazer uma luta revolucionária conseqüente**, apelando para medidas anticapitalistas audazes, de transição, para derrotar Kornilov (MORENO, 2003, p. 48-49) (*grifos nossos*).

O texto fala que os *bolcheviques* “mudam sua tática” que “até então” vinham “centrando” em “ataques” a “Kerensky” e que os “Soviets deviam tomar o poder”. Ao passo que definem o golpe do general Kornilov um “grande perigo contra-revolucionário e chamam a unidade todos os partidos” e Kerensky (que representava o Governo Provisório) para lutar contra o golpe e ao mesmo tempo o denunciam por ser “incapaz de fazer uma luta revolucionária conseqüente”. Assim, podemos listar os seguintes ditos:

1. no primeiro momento o Partido *Bolchevique* “vinha centrando todos os seus ataques” ao governo provisório (representado por Kerensky);

2. quando o golpe de Kornilov é eminente os *bolcheviques* fazem um chamado à unidade para defender o governo provisório;

3. ao mesmo tempo diziam que os *Soviets* “deviam tomar o poder”;

4. os *bolcheviques* não defendem o governo de Kerensky, mas não querem um “golpe” que seria um retrocesso do Ascenso de Fevereiro;

5. o governo provisório era “incapaz de uma luta conseqüente” contra o “golpe”.

No livro *Os governos de frente popular na História*, do mesmo autor, no recorte anterior, o **R13**, fala que:

Kadet – sigla do Partido Democrata Constitucionalista, e o **principal** partido da **burguesia liberal monárquica** russa. Encabeçou o **primeiro governo provisório** e **participou** do segundo em **coligação com os mencheviques** e **socialistas revolucionários**. Após a vitória de Outubro, **organizaram** a guerra civil **contra** a poder soviético (MORENO, 2003, p. 279) (*grifos nossos*).

Nesse texto o autor diz que o Partido *Kadet* pertencia a uma camada da classe dominante que era contrária à continuação do regime de Fevereiro, pois apoiava-se em idéias liberais e monárquicas e participou dos dois governos provisórios em coligação com partidos reformistas. Então, percebem-se no enunciado os seguintes ditos:

1. os partidários do Partido *Kadet* eram democratas, pois se pautavam na constituição ou na lei e na ordem;
2. este partido tinha como pano de fundo o apoio da “burguesia liberal monárquica”;
3. participou dos dois governos provisórios, sendo que no “segundo em coligação com os mencheviques e socialistas revolucionários”;
4. os *kadets* “organizaram” a luta contra o Ascenso de Outubro.

No **R14**, da obra anterior, está dito que:

No transcurso da Revolução Russa, ocorre, pela primeira vez na História (com única exceção da repressão à Comuna de Paris), **um golpe contra-revolucionário de tipo burguês, capitalista**. Houve quem opinasse que o golpe de Kornilov era **pró-czarista**, a serviço dos latifundiários feudais. Trotsky **polemizou contra eles, insistindo** em que era um golpe claramente **pró-capitalista e contra-revolucionário, não pró-feudal**. Esse **golpe, que não triunfou, prenuncia futuros golpes da contra-revolução burguesa**, que mais tarde, desgraçadamente, triunfaram: o de Mussolini, Chiang Kai-shek, Hitler e Franco (MORENO, p. 48, 2003) (*grifos nossos*).

O enunciado aponta alguns ditos de que na revolução Russa só houve, “pela primeira vez na história do século XX”, “um” tipo de “golpe contra-revolucionário de tipo burguês, capitalista”; que inclusive havia posicionamentos de que “o golpe de Kornilov” fosse “pró-czarista”, e que um dos protagonistas (Trotsky) foi contrário a esta posição e “polemizou contra eles”, e ainda, que insistiu que era um tipo de golpe “claramente pró-capitalista e contra-revolucionário e não pró-feudal”, e que o “golpe” foi o prenúncio de outros golpes ao longo da história do século XX”. No texto podemos listar os seguintes ditos:

1. houve “um golpe contra-revolucionário”;
2. esse “golpe” tinha um caráter de classe “burguês e capitalista”;
3. havia divergências sobre qual o tipo de “golpe”;

4. um dos protagonistas “polemizou” e “insistiu” que o “golpe” não era “pró-czarista”;
5. o “golpe” era “pró-capitalista e contra-revolucionário, não pró-feudal”;
6. este “golpe” não teve êxito.

3.2.1.4 O que uns textos dizem e outros não dizem

Talvez um leitor pouco atento não perceba que quando o autor do **R1** (livro didático) diz que “só a burguesia tinha condições de articular o novo governo” está afirmando também que os trabalhadores não tinham consciência de sua situação, e apenas a burguesia teria a capacidade de governar. No entanto, no cotejo com o **R4** (Lênin) se diz que “nenhum governo seria legítimo” se não fosse composto por “Soviets de Delegados de Trabalhadores, Soldados e Camponeses”. O **R4** não diz que a “republica parlamentar” seria a escolha feita pelos *bolcheviques*, mas, também, não menciona que a continuidade do governo (provisório) fosse a alternativa para se chegar ao “comunismo”, e que apoiariam os “*soviets*” que era constituído pelas camadas mais exploradas da população russa. Em contrapartida, **R1** não diz que para se “derrubar” um “governo”, historicamente falando, não há precedente confirmando que um governo possa ser derrubado sem que os sujeitos sociais queiram fazê-lo.

No cotejo entre o **R1** (livro didático) e o **R4** (Lênin) pode-se evidenciar que o que está silenciado em um discurso pode vir muito evidente em um outro. Na apreensão de discursos que se opõem entre si, percebemos as vozes silenciadas em cada um deles. Assim, no cotejo entre o **R1** e o **R4** podemos retirar os seguintes *não-ditos* em **R1**, onde se estabelece que os trabalhadores não tinham “capacidade”; “competência”; “inteligência”; “organização”; “liderança” para governar; que a burguesia tinha a “capacidade”; “inteligência”; “iniciativa”; “organização”; “responsabilidade” para governar. E nos textos cotejados encontramos, também, os seguintes *não-ditos* em **R4**:

1. que nenhum tipo de governo parlamentar seria dos trabalhadores;
2. que o governo parlamentar se formava numa composição burguesa e seria oposição aos *Soviets*;
1. que a continuidade do processo revolucionário deveria ser obra apenas dos trabalhadores;
2. que o *Soviets* deveria ser o governo.

Continuando o cotejo iremos encontrar no **R10** (Moreno): “a Revolução de Fevereiro foi obra dos trabalhadores em geral” e que ao mesmo tempo “origina órgãos diferentes dos governos derrubados” gerando “um único poder de representação popular” fazendo, assim, a definição de como seria a diferenciação de governo como “a classe que comanda” e o “regime” as instituições do Estado. Mas o **R10** não diz que o Ascenso de Fevereiro foi obra da burguesia e que a mesma foi a classe dirigente da revolução, e que não se diferencia governo e regime. Quando o autor do **R1** diz que “o proletariado não tinha força política para a condução do novo governo” evidenciam-se pistas para os seguintes silenciamentos, não se revelando que:

1. a classe protagonista da revolução política de Fevereiro foi o proletariado;
2. na formação do novo governo não havia, por parte da burguesia, a intenção de voltar ao regime czarista;
3. se pretendia fazer a transição de um regime monárquico para uma república parlamentar;

4. a burguesia só poderia ter “força política” se tivesse apoio popular.

Justapondo **R1**, **R4** e **R10** evidenciam-se os seguintes *não-ditos*:

1. ao perceber qual a intenção da burguesia, Lênin conclama a população a manter os *Soviets*;
2. não se acredita em qualquer tipo de governo que não altere o regime;
3. através do poder dual, protagonizado pelos *Soviets*, os operários, soldados e camponeses deveriam governar a Rússia;
4. na brevidade da situação a população deveria manter e defender os *Soviets* aproveitando o momento de aceitação das propostas dos *bolcheviques* pela população;
5. mesmo com a rapidez dos acontecimentos, a população percebia a necessidade de buscar uma outra forma de governo para além do czarismo;
6. ainda faltava um elemento subjetivo de grande importância: o partido.

Então, podemos perceber que **R1** (livro didático) não diz que quando o governo foi “derrubado”, os ditos “socialistas” estavam divididos em *bolcheviques* e *mencheviques*. Também não diz que os *bolcheviques* não defendiam a manutenção do regime parlamentar, pois acreditavam no método revolucionário, enquanto os *mencheviques* só acreditavam no parlamento como único espaço de luta. No cotejo com **R10** (Moreno) se evidencia que a revolução “tipo Fevereiro” era de caráter “popular” e em justaposição a **R4** (Lênin) se expõe o lugar social do interlocutor no enunciado quando não diz ou defende a “república parlamentar” e sim o “soviets”, que tinha expressão popular e de massas.

Outro ponto que foi silenciado por **R1** é a questão do partido. No cotejo entre **R1**, **R4** e **R10** não se fala em **R1** da necessidade histórica que existe para que se objetive uma revolução “tipo Fevereiro” em que, segundo **R10**, se desenvolve um “duplo poder” originando um “pólo de poder operário e popular” e não um partido. Assim, **R10** e **R4** não dizem que não é o partido, seja qual for, que faz a revolução, mas **R10** diz que são os trabalhadores, quando explicita que a “revolução tipo Fevereiro” é “uma revolução operária e popular”, evidenciando que são os trabalhadores e a população que estão envolvidos no processo revolucionário que fazem a revolução.

Já em **R2** (livro didático) não se diz que os *bolcheviques* pautavam (de acordo com **R8** (Trotsky)) suas lutas dentro dos marcos do “regime parlamentar” e de “nenhum governo” que não fosse a escolha ou projeto social feito pelos *bolcheviques* “além” do “Soviets de Delegados de Trabalhadores, Soldados e Camponeses”, ou seja, uma nova forma de organização popular diferente de outros órgãos de poder.

No **R8** não se diz que os *bolcheviques* viam o socialismo como uma “aventura temerária” e que seria o campo de luta o “parlamento” para que se pudesse “garantir” à população “melhores condições” com o intuito de buscar uma base de “afirmação” das escolhas “sociais”. No cotejo dos textos do protagonista (**R8**) e do texto didático (**R2**), partindo do que dizem os enunciadores, listamos alguns silenciamentos:

1. os *bolcheviques* deveriam “garantir” os anseios dos trabalhadores dentro dos marcos do regime democrático-burguês, se limitando à luta dentro do campo parlamentar;
2. o socialismo seria uma “aventura” efêmera se os *bolcheviques* tentassem de imediato tomar o poder;
3. que deveria haver colaboração entre as classes como “afirmação” dando, assim, “melhores” formas de “organização” de políticas compensatórias reivindicáveis nos marcos do regime;
4. os *bolcheviques* direcionassem todas as suas lutas para as reivindicações parlamentares e não para os *Soviets*;
5. a democracia burguesa representaria todos os segmentos sociais.

Para enfatizar o que diz o **R2** (livro didático), foi selecionado o **R11** (Arcary) para o cotejo, que pode sugerir um outro viés. No **R11** não se diz que a revolução é um processo violento mas, que “confunde-se a violência da contra-revolução com a obra da revolução” como também não se diz que os intelectuais estão isentos de sua responsabilidade social “diante daqueles historicamente desinformados”. Não se diz, ainda, que na história da humanidade as sociedades não foram violentas por serem “sociedades divididas em classes” e que o “atraso histórico” não condena a sociedade à “violência das forças reacionárias”. Veremos as

diferenças nos discursos e seus comprometimentos ideológicos dos textos do cotejo. Pode-se perceber, pois, os seguintes *não-ditos* que os:

1. *mencheviques* não eram violentos;
2. *bolcheviques* queriam chegar ao poder através da violência;
3. *mencheviques* queriam a pacificação e a democracia;
4. *bolcheviques* queriam tomar o poder para o partido e não para o povo;
5. haveria paz se os *bolcheviques* não tomassem o poder através da violência;
6. *mencheviques* eram a favor do diálogo e os *bolcheviques* não aceitavam dialogar.

7. que a revolução gera violência;

No cotejo entre o **R8** (Trotsky) e o **R11** pode-se apontar que:

1. o fato de a Rússia ser a “potência mundial mais atrasada” não tem relação com a violência na revolução;

2. os *mencheviques* se valiam de “preconceitos políticos” para fazer valer a idéia de que o socialismo seria “uma aventura temerária” e concomitantemente “um processo violento”;

3. não seria o campo de atuação dos *bolcheviques* a luta pelo espaço político dentro dos marcos de “um programa burguês”.

No cotejo entre o **R2**, **R8** e **R11**, encontramos os seguintes silenciamentos em **R2**:

1. há uma idéia recorrente de que toda revolução gera violência independente de quem a conduz;

2. esta violência não é obra da revolução, mas parte do processo contra-revolucionário;

3. o partido não faz a revolução sem que os sujeitos sociais envolvidos no processo queiram fazê-lo;

4. o parlamento não seria o espaço de luta dos *bolcheviques*, mas dos *mencheviques*, o parlamento;

5. o partido, como diz o nome, era parte do processo revolucionário e não fez a revolução isoladamente;

6. a “desagregação social” é consequência da “estagnação” e do “atraso histórico” em manter o regime classista;

8. o que alimenta “patamares mais elevados” da dita “violência cega, muda e surda” é o “atraso econômico-social” e não a revolução.

No **R3** (livro didático) não se diz que a “fraqueza” do Governo Provisório não se deu pela “disputa de poder” mas, de acordo com **R9** (Lênin), não se buscava a “significação

do papel do Estado”. **R3** não diferencia regime político e Estado. Ao mesmo tempo, **R3** não diz que (indo de encontro a **R14** (Moreno)) só houve “um golpe” apoiado por parte do Partido *Kadet*, cujos participantes estavam “coligados com *mencheviques* e socialistas revolucionários”.

No **R9** não se diz que os *bolcheviques* não faziam diferença entre Estado e regime político e que os *mencheviques* e socialistas revolucionários eram a favor do fim do Estado, mas se pautaram na “teoria burguesa da conciliação das classes pelo Estado”. **R9** não diz que as classes podem conciliar-se como diz o **R3** quando afirma que: “Mencheviques, bolcheviques e o Partido *Kadet*” estavam no mesmo campo político; quando diz que todos eles perceberam a “fraqueza” do governo provisório. Não diz também que os *mencheviques*, segundo o **R9**, “não são socialistas”, mas que eram “democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista”. Não se diz que houve mais de “um golpe” e que a luta de idéias que se travou foi “polemizada” por um dos protagonistas (Trotsky) sem evidenciar que esse “golpe” não era “claramente pró-feudal”, mas “pró-capitalista”.

No **R12** (Moreno) não se diz que os *bolcheviques* estavam dispostos a continuar os “ataques contra Kerensky”, pois “definem” que o golpe de Kornilov representava um “perigo contra-revolucionário”. Por outro lado, não se diz que os *bolcheviques* participaram do “golpe” como se lê em **R3** em que está posto que os *bolcheviques* “tentaram chegar ao poder através de golpes”. Ainda: **R13** (Moreno) e **R14** (Moreno) não dizem que houve “golpes” que foram “contidos pelo governo”, mas que os *bolcheviques* “chamaram à unidade todos os partidos” e “primeiramente Kerensky” como representante do Governo Provisório a defender o seu governo. No cotejo entre **R3** (livro didático), **R9** (Lênin), **R12** (Moreno), **R13** (idem) e **R14** (idem) se podem listar os seguintes silenciamentos:

1. no cotejo entre **R3** e **R9** a “disputa pelo poder” não se limitava ao campo parlamentar, mas se concentrava (de acordo com **R9**) na representação popular - via *soviets*;
2. não havia por parte dos *bolcheviques* a intenção de se dar um “golpe”, segundo afirma o **R3**, mas buscar a não “conciliação entre as classes” sem realizar a mesma prática enunciada por **R9** de “conciliação entre as classes por intermédio do Estado”;
3. ao contrário dos *mencheviques*, os *bolcheviques* não tinham uma “fraseologia aproximadamente socialista”, pois, segundo **R9**, os *mencheviques* não acreditavam na chegada ao poder pela vontade popular, mas pela via parlamentar;

No cotejo entre **R3**, **R9** e **R12** listamos os seguintes *não-ditos* do **R3**:

1. segundo **R9** os *bolcheviques* “centravam seus ataques a Kerensky”, mas não se diz que queriam “derrubar o governo através de golpes”;

2. de acordo com **R3** os *bolcheviques* tentaram o golpe, entretanto, não se diz que os mesmos, segundo **R9** e **R12**, chamaram a “unidade de todos os partidos” para combater o “golpe de Kornilov”;

3. em **R3**, “os golpes” foram “contidos pelo governo provisório”, mas não se diz que segundo **R12** foi a “unidade dos partidos” que conteve “o golpe” (não os “dois” golpes que diz **R3**) e, em contrapartida, não se diz em **R3** que o “golpe” não foi contido pelo Governo Provisório, mas pela população organizada pela “unidade dos partidos”;

No cotejo entre **R3**, **R9**, **R12**, **R13** e **R14** podem ser listados os seguintes silenciamentos do **R3**:

1. o Partido *Kadet* fez parte da primeira e da segunda composição do Governo Provisório, como diz o **R13**, em coligação com os *mencheviques* e socialistas revolucionários e que estes, segundo **R14**, não acreditaram que o “golpe” “era pró-capitalista”;

2. os *bolcheviques*, segundo o que diz **R13** e **R14**, não tinham como prática o “golpe”, como menciona **R3**. Considerando **R9**, o **R3** não diz ou deixa de dizer que o Partido *Bolchevique* não apoiava a relação entre Estado e regime político como se fossem unos, mas faziam a diferenciação, e que, como afirma **R12**, ajudaram a conter o golpe de Kornilov;

3. o Partido *Kadet* não apoiou o golpe, segundo **R9**, **R12**, **R13** e **R14**; mas, o governo provisório de composição parlamentar;

4. que os partidos *Kadet*, e parte dos *mencheviques* e socialistas revolucionários apoiaram a contra-revolução no pós-outubro (guerra civil) de acordo com o que diz **R12**, **R13** e **R14** (de Moreno).

3.2.2 AS VERSÕES DO ASCENSO DE OUTUBRO

Seguiremos a mesma forma de organização dos textos que foram analisados no Ascenso de Fevereiro com o intuito de que haja uma conformidade e seguimento do método de análise do discurso que está sendo empregado. Essas formas de apreensão do discurso se tornam mais nítidas quando buscamos ir além do que se diz, indo de encontro a outras formas de dizer que podem nos remeter a uma diversidade de idéias.

3.2.2.1 O que dizem os livros didáticos

Os mesmos livros didáticos que foram objeto do cotejo do Ascenso de Fevereiro também abordam o Ascenso de Outubro. Assim, buscamos enfatizar a diferença entre os Ascensos Revolucionários, pois tratam de etapas históricas distintas dentro da mesma época.

No livro didático *Cotidiano e Mentalidades* o **R15** mostra que:

[...] os bolcheviques **determinaram** o **controle** da imprensa, a **perseguição** e a **execução** dos **críticos** do novo regime (DREGUER; TOLEDO, 1995, p. 81) (*grifos nossos*).

Nesse recorte se diz que houve uma “determinação” por parte dos *bolcheviques* em manter o “controle” dos meios de comunicação (imprensa e rádio) e concomitantemente a “perseguição” e “execução” de qualquer “crítico” contrário ao “novo regime”. Isso nos leva a dizer que eram os *bolcheviques*: “ditatoriais”; “extremistas”; “antidemocráticos”; tinham o “poder” através do “terrorismo”; não poderia haver pensamento contrário etc... Podemos assim, buscar no enunciado os seguintes ditos:

1. os *bolcheviques* tinham o “poder” de controlar os meios de comunicação disponíveis naquela época;
2. qualquer pessoa que fosse contrária às idéias dos *bolcheviques* foi alvo de “perseguição” e poderia ser executada pelos *bolcheviques*;
3. não poderia haver pensamento “contrário” ao dos *bolcheviques*;
4. os *bolcheviques* eram “extremistas”, “ditatoriais” e “antidemocráticos”.

No livro didático *História Martins* o **R16** se diz que:

Os camponeses **recusavam-se a aceitar** as fazendas **coletivas**, propostas pelo governo. **Queriam** propriedades individuais. O **governo** teve que **usar a força** (FERREIRA, 1997, p. 18) (*grifos nossos*).

No enunciado se diz que o campesinato se recusava em aceitar a coletivização da produção do campo “proposta pelo governo”, pois queriam “propriedades individuais”, e para tal tarefa o “governo” teve que “usar a força”. O que está dito nos leva a dizer que os camponeses não queriam trabalhar juntos em fazendas “coletivas” que foram “propostas pelo governo”. Eles queriam “propriedades individuais”, então, o “governo” teve que usar de “força” para fazer valer sua proposta. Assim, podemos dizer que o enunciado lista os seguintes ditos:

1. não havia uma aceitação por parte do campesinato que se recusava a “aceitar” a coletivização da propriedade;
2. que os camponeses “queriam” trabalhar em propriedades individuais;

3. que o “governo” valeu-se da “força”.

No livro didático *Caminhos das Civilizações* o **R17** diz: [...] os **bolcheviques iniciaram** a revolução em Petrogrado, **tomando** os edifícios públicos e **fábricas** (MORAES, 1993, p. 290) (*grifos nossos*).

O recorte diz que a revolução foi “iniciada” pelos *bolcheviques* que “tomaram” edificações públicas e as “fábricas”. Dessa forma, podemos extrair os seguintes ditos do texto:

1. foi o Partido *Bolchevique* que “iniciou” a revolução;
2. os *bolcheviques* “tomaram” prédios e “fábricas” em Petrogrado;
3. os *bolcheviques* se apropriaram de edificações.

3.2.2.2 Os ditos dos protagonistas

No livro *A História da Revolução Russa* o **R18** explicita que:

Uma prisão política, **não é um caso** de vingança: ela é **ditada**... pelas **considerações racionais**. O governo... **deve comparecer** diante de um **tribunal** antes de tudo pela ligação incontestável que mantinha com Kornilov. Os ministros socialistas **ficaram apenas** em prisão domiciliar. Seria mais simples e mais exato dizer que a **captura** do velho governo **era ditada** pelas **necessidades** de uma luta que ainda **não tinha terminado**. Tratava-se de **decapitar** o campo inimigo e **não** de punir os erros precedentes (TROTSKY, p. 957, 1978) (*grifos nossos*).

O enunciado diz que a prisão “não é um caso” de vingança, que é “ditada” por “considerações racionais” e que o governo deveria “comparecer” a um “tribunal” e, em contrapartida o ministério ficou composto por socialistas que “ficaram apenas” em regime de prisão domiciliar. A “captura” do antigo governo “era ditada” por “necessidades” de um conflito que “não tinha terminado” e cujo propósito era “decapitar” o antigo governo e “não” a punição dos erros posteriores. Assim, podemos listar os seguintes ditos do texto:

1. a prisão política não era de ordem vingativa;
2. o que ditava a prisão era a racionalidade da situação;
3. os prisioneiros políticos deveriam ser julgados pelo tribunal;
4. enquanto aguardavam o processo os inimigos do novo regime ficaram em prisão domiciliar;
5. as prisões eram ditadas pela necessidade de um conflito que não tinha chegado ao seu fim;
6. não havia a vontade de se punir os erros precedentes, mas neutralizar o velho governo que tinha ajudado na tentativa de golpe preconizada por Kornilov.

No livro *A Revolução Russa: a natureza de classe da URSS*, o **R19** fala que:

Assim era o partido em 1917. Enquanto a “opinião pública” oficial e as toneladas de papel da imprensa intelectual o desprezavam, o partido **orientava-se** segundo o **curso** do movimento de massas. A formidável alavanca que esse partido manejava firmemente **introduzia-se nas fábricas e nos regimentos**. As massas camponesas **voltavam-se** cada vez mais para ele. Se entende por nação **não os privilegiados**, mas a maioria do povo, isto é, os **operários e os camponeses**, então o bolchevismo transformou-se no decorrer do ano de 1917 no partido russo verdadeiramente nacional (TROTSKY, p. 27, 1989) (*grifos nossos*).

No enunciado se verifica que o Partido *Bolchevique* “orientava-se” seguindo o “curso” da população e que “introduzia-se nas fábricas e nos regimentos” e os camponeses “voltavam-se” para o partido que por sua vez via a idéia de “nação” a partir das massas exploradas, “isto é, operários e camponeses”. Pelo que se diz no texto, podemos extrair os seguintes ditos:

1. o Partido *Bolchevique* “orientava-se” de acordo com o “curso” da mentalidade do povo;
2. a influência do partido se manifestava e “introduzia-se nas fábricas e regimentos”;
4. os camponeses “voltavam-se” para o partido;
5. o partido se pautava na noção de “nação” a partir da visão dos “não privilegiados” das massas “operárias e camponesas”.

No livro *A História da Revolução Russa* o **R20** diz:

Os camponeses **querem** guardar para **êles** a pequena propriedade, fixar uma norma igualitária... **proceder**, periodicamente, os novos nivelamentos” escrevia Lênin em agosto. “Pois bem, que **assim seja!**”. Sobre esses pontos nenhum socialista razoável **ficara em desacordo** com os camponeses pobres (LÊNIN apud TROTSKY, p. 970, 1978) (*grifos nossos*).

O trecho diz que os camponeses “querem” ter pequenas propriedades e que se “procedeu” a igualdade de condições e que não se “ficará em desacordo” (por parte dos socialistas) com o campesinato. Dessa forma, se podem apontar os seguintes ditos no texto:

1. os camponeses queriam terras individuais;
2. o partido iria proceder de acordo com os anseios do campesinato;
3. não haveria desacordo entre os socialistas com os camponeses pobres.

No livro *A Revolução Russa: a natureza de classe da URSS* o **R21** está dito que:

O exército – despertada a consciência revolucionária – **negava-se** a lutar pelos objetivos do imperialismo, que lhe eram **estranhos**. Sem **atender** às exortações “democráticas”, o campesinato **expulsou** os proprietários latifundiários (TROTSKY, p. 26, 1989) (*grifos nossos*).

O enunciado diz que o exército se “negava” a lutar para o imperialismo, cujos objetivos eram “estranhos” ao exército, que não “atendiam” os anseios “democráticos” e, conseqüentemente, o campesinato “expulsou” e expropriou os latifundiários. Podemos, então, listar os seguintes ditos do recorte:

1. as forças armadas se negavam a lutar pelos objetivos do imperialismo;
2. não havia, por parte da população, intenção de atender os anseios democráticos;
3. os camponeses expulsaram os donos de terras (latifundiários).

3.2.2.3 Os ditos de alguns marxistas revolucionários

No livro *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*, o **R22** diz que:

A disposição revolucionária só amadurece, no entanto, quando as classes exploradas **esgotaram** todas as **outras** vias possíveis para se **defenderem**. Em condições normais, a consciência social das massas populares é sempre um amálgama complexo de idéias e valores que **resultam** tanto da pressão da cultura e visão do mundo das classes dominantes quanto do conhecimento que nasce de sua própria localização social e experiência prática. Opiniões e conceitos contraditórios **convivem** em conflito permanente: a resignação moral alterna-se com a radicalização sindical, apatia política dá lugar à intensa militância. Todo tipo de heterogeneidades se manifesta. Experiências de lutas desiguais e diferentes práticas coletivas traduzem-se em divisões políticas e disputas de projetos. Nenhuma classe social explorada **pode** ser homogênea a ponto de encontrar representação em **um** só partido ou aceitar **uma** só liderança (ARCARY, p. 30, 200) (*grifos nossos*).

No enunciado se diz que só há um amadurecimento da consciência de classe quando se “esgotaram” as “outras” alternativas para se “defenderem”, e que a idéia de valores resulta da pressão material e cultural de acordo com a mentalidade da classe que mantém o poder que convive (a classe) em constante conflito, e que nenhuma classe social que é explorada “pode ser homogênea”, com “um” partido e “uma” liderança apenas. Então, podemos dizer que:

1. a escolha (pela revolução) é feita quando se esgotaram todas as outras vias, dos mais explorados, para se defenderem;
2. a pressão cultural existe como resultado da classe que domina;
3. as idéias convivem em permanente conflito da heterogeneidade social;
4. não há condições de haver uma só liderança ou representação numa sociedade.

No livro *A lei do desenvolvimento desigual e combinado* do filósofo e marxista americano George Novack, o **R23** mostra que:

A recente história da Rússia dá o exemplo mais extraordinário desta conversão de um inconveniente histórico num privilégio. No início do século XX, a Rússia era, entre as grandes nações da Europa, a mais atrasada. Este atraso abarcava todos os extratos, desde o campesinato até a dinastia absolutista dos Romanov. O povo russo e as suas nacionalidades oprimidas sofriam, ambos, as misérias do feudalismo decadente e do atraso do desenvolvimento burguês na Rússia. Contudo, quando chegou o momento da solução revolucionária destes **problemas acumulados**, esse **atraso demonstrou suas vantagens** em muitos terrenos. Primeiro, o czarismo estava **totalmente separado** das massas. Segundo, a burguesia era **muito fraca** para tomar o poder em seu próprio nome e mantê-lo. Terceiro, o campesinato, ao **receber satisfações** por parte da burguesia, foi **obrigado** a virar-se para a classe operária **em busca de direção**. Quarto, a classe operária **não tinha formas** de atividades petrificadas ou sindicatos pelegos e burocracias políticas que a fizessem **retroceder** (NOVACK, p. 68, 1988) (*grifos nossos*).

No recorte se diz que havia um “atraso” histórico que fazia com que houvesse “problemas acumulados”. Esse mesmo “atraso demonstrou suas vantagens” em muitas áreas. O tzarismo se encontrava “totalmente separado” da população em geral, pois a burguesia se mostrava “muito fraca” para ser a classe dirigente. Mesmo com a tentativa da burguesia em fazer com que o campesinato continuasse a “receber satisfações”. Em contrapartida, o campesinato não teve alternativa e foi “obrigado” a se voltar para a classe operária “em busca de direção”, pois a classe operária não tinha como retroceder perante a revolução. Partindo do que se diz, podemos apontar alguns ditos do enunciante no enunciado:

1. havia um atraso histórico que fez com que houvesse “problemas acumulados”;
2. o atraso histórico trouxe “vantagens” para o avanço do processo revolucionário;
3. o tzarismo não tinha relação com as massas, pois estava “totalmente separado” delas;
4. a burguesia se encontrava “muito fraca” para ser a classe protagonista da revolução;
5. quem protagonizou a revolução foram os operários, soldados e camponeses organizados nos *Soviets* e pelo partido;
6. o campesinato não mais se contentava em “receber satisfações” da burguesia e do tzarismo;

7. o campesinato percebeu a necessidade de uma “direção” e se voltou para a classe operária;

8. a classe operária era menos suscetível a “retroceder” que o campesinato.

3.2.2.4 O que uns textos dizem e outros não dizem

O cotejo dos ditos de diferentes lugares sociais, ou seja, dos autores dos livros didáticos, dos protagonistas e dos marxistas revolucionários possibilita buscar pistas para os silenciamentos que todo discurso instala por força da determinação ideológica. Assim, o **R15** (livro didático) diz que “os bolcheviques tinham o poder de controlar os meios de comunicação”, mas segundo o **R19** (Trotsky) o Partido *Bolchevique* “orientava-se” de acordo com “curso” da mentalidade e que a “imprensa intelectual desprezava” o partido. E quando **R15** diz que qualquer pessoa que fosse contrária às idéias dos *bolcheviques* era alvo de “perseguição” e que poderia ser executada, por outro lado, em **R18** (Trotsky) a prisão política não era de ordem “vingativa”; a prisão era “ditada” de acordo com o que se declara que na “racionalidade da situação”: os prisioneiros políticos deveriam ser julgados por um “tribunal” e não havia vontade de punir os “erros precedentes” mas “neutralizar” o “velho governo” que havia “ajudado” na tentativa de golpe. **R15** também diz que “não poderia ter pensamento contrário aos *bolcheviques*”, mas omite-se que, segundo **R19**, o partido se pautava na “noção de nação” a partir da visão dos “não privilegiados”. **R15** também diz que os *bolcheviques* eram “extremistas”, mas, segundo **R19**, os camponeses “voltavam-se” para o partido como uma referência nacional aos interesses dos “não privilegiados”. Assim, podemos listar alguns ditos do livro didático no cotejo entre **R15**, **R18** e **R19**, ou seja, os *bolcheviques* eram:

1. totalitários em “determinar o controle” dos meios de comunicação;
2. “controladores”; “manipuladores”; “centralistas” dos meios de comunicação;
3. antidemocráticos, pois não aceitavam “opiniões contrárias” e não “julgavam” os prisioneiros políticos num “tribunal”;
4. executores sumários dos inimigos do “velho regime”;
5. foras da lei e revanchistas por perseguir e executar seus inimigos.

No cotejo entre os textos dos protagonistas de **R18** e **R19** podemos verificar algumas pistas do que se diz de acordo com os seus enunciados quando falam que:

1. a “prisão política” “não” foi “um caso” de vingança, mas estava de acordo com “considerações racionais”;

2. os prisioneiros políticos não seriam sumariamente julgados mas teriam chance de defesa num “tribunal”;

3. a “captura” do “velho governo” se deu para salvaguardar o direito à defesa dos participantes desse governo;

4. os prisioneiros políticos não foram colocados em prisões, mas orientados a permanecer em “prisão domiciliar”;

5 a idéia era manter o “velho governo” longe do campo de decisões políticas e econômicas, quando **R18** (Trotsky) diz que “tratava-se de decapitar” os inimigos da revolução;

6. não se tinha a idéia de “punir” os “erros precedentes”, mas neutralizar o “velho governo”.

Já o cotejo com o texto do marxista revolucionário, permite observar que se **R15** (livro didático) diz que houve “perseguição” e “execução” das pessoas que eram críticas do novo governo, em **R22** (Arcary), não se diz que quando as classes oprimidas “esgotaram” todas as “outras formas” para se “defenderem” isso resultou (em condições não normais da vida socialmente estabelecida) em idéias que “convivem” em permanente conflito em que a moral resignada se intercala com a luta direta das massas. E mais: quando **R15** diz que “os bolcheviques determinaram o controle da imprensa, a perseguição e a execução dos críticos do regime”, está silenciando que qualquer classe que seja explorada não “pode” ser unívoca e com “uma” liderança, como está em **R22**. Podemos, assim, apontar algumas pistas detectadas até aqui no cotejo que remetem ao que se silencia no livro didático:

1. não houve perseguição ou execução por parte do novo governo aos críticos do regime, mas uma neutralização temporária do velho regime até o seu julgamento;

2. quando se esgotam todas as formas de convivência social em padrões não normais de existência as classes oprimidas buscam outras formas de se defenderem dos que as oprimem;

3. o conflito moral resignado se interpõe às ações diretas das massas acirrando as contradições sociais;

4. os *bolcheviques*, segundo **R22**, não foram homogêneos em suas deliberações, que podiam ou não serem aceitas pelas massas;

5. nenhuma classe social oprimida consegue ser única e muito menos (segundo **R22**) consegue ter uma só liderança política.

Listamos alguns silenciamentos, em resumo, encontrados de acordo com o que foi dito e *não-dito* em **R15** no cotejo com **R18**, **R19** (Trotsky) e **R22**.

1. segundo **R15**, “os bolcheviques determinaram o controle” dos meios de comunicação, mas segundo **R18** a “captura” do velho governo se deu pelas “necessidades” e por

“considerações racionais” feitas pelo Partido *Bolchevique*; de acordo com o que se diz **R19**, com o “curso” do movimento de massas;

2. **R15** omite ou deixa de dizer que a “perseguição” e a “execução” dos “críticos” do Partido *Bolchevique* não foi feita de forma sumária, mas, segundo **R22**, as classes exploradas, quando “esgotam” todas as “outras” vias, buscam se “defenderem” de forma mais radicalizada;

3. segundo **R18** e **R19** (de Trotsky), a prisão dos políticos do velho regime se deu para que fossem julgados para assim se “decapitar” os antigos mandatários da política burguesa parlamentar;

4. não houve, contrariando o que diz **R15** (livro didático), a “perseguição” e “execução” por parte dos *bolcheviques*, pois segundo **R22**, (Arcary) a classe socialmente explorada não “pode” ser unívoca em suas escolhas;

5. **R15** não diz, como **R19**, que já havia uma empatia por parte da população pelo projeto social praticado pelos *bolcheviques*.

Em suma, os *bolcheviques* não tomaram o “controle da imprensa” assim como não executaram “os críticos do novo regime”, pois já havia o apoio da população. Por outro lado, como medida preventiva, os *bolcheviques* isolaram os elementos do parlamento burguês e seus ministros para tirar-lhes o controle assim como para salvaguardar-lhes a integridade física e moral até que fossem julgados por tribunais populares. Os *bolcheviques* só fizeram a revolução devido à adesão popular. Sem isso, o processo revolucionário não seria possível. Para ter esse apoio, os *bolcheviques* guiavam-se pelos *Soviets* e não pelo parlamento burguês.

No **R16** (livro didático) se diz que “os camponeses recusavam-se a aceitar” a coletivização do campo omitindo, como está em **R20** (Lênin), que os camponeses queriam as terras em “pequenas propriedades”. Queriam, concomitantemente, “fixar uma norma igualitária”. Segundo **R16**, o “governo teve que usar a força” e, no cotejo com **R20**, o enunciante do **R16** não diz que o “governo” “não teve que usar a força”. Segundo o **R20**, “nenhum socialista razoável” haveria de ficar em “desacordo” com os camponeses. Podemos, então, listar algumas pistas dos seguintes silenciamentos contidos em **R16**, que fala que:

1. os camponeses queriam pequenas propriedades;
2. as propriedades seriam igualitárias;
3. o governo não tinha a intenção de usar a força;
4. o Partido *Bolchevique* não queria entrar em desacordo com os camponeses;
5. de acordo com o pensamento socialista não seria razoável qualquer pessoa entrar em conflito com os camponeses.

Então, no cotejo entre **R16**, **R20** e **R21** (Trotsky), iremos buscar as diferenças do que se diz em cada enunciado e possíveis pistas para alguns silenciamentos nos recortes que falam do tema dizendo que:

1. os soldados não tinham mais como representação o exército czarista;
2. os soldados e camponeses se achavam “estranhos” em servir aos interesses da burguesia (segundo **R21** (Trotsky));
3. a burguesia tentava buscar no apelo democrático a confiança dos trabalhadores camponeses;
4. o campesinato expulsou os latifundiários, mas **R16** (livro didático) não diz que o Partido *Bolchevique* concordava com as reivindicações dos camponeses (segundo **R20** (Lênin));
5. só se deu a expropriação quando do “despertar da consciência revolucionária” dos soldados do exército, como diz **R21**.
6. em **R16** não se diz que os camponeses não se recusavam a trabalhar coletivamente nas terras (segundo **R20**);
7. não havia contradição entre as escolhas (a necessidade de se fazer a revolução) feitas entre os soldados, camponeses e *bolcheviques*.

Em **R17** (livro didático) se diz que a revolução foi “iniciada pelos *bolcheviques*”; entretanto, segundo **R23** (Novack), havia “problemas acumulados” de ordem histórica o que, em virtude do atraso, “demonstrou suas vantagens”, e o regime czarista se encontrava “totalmente separado” das massas trabalhadoras, ao lado de uma burguesia “muito fraca”. **R17** também não diz que, com o “despertar da consciência revolucionária”, como diz **R21**, o exército se “negava” a lutar pela permanência do regime czarista, que lhe era estranho. Ainda em **R17**, os *bolcheviques* iniciaram a revolução “tomando” edifícios públicos e “fábricas”, mas não se diz que essa tomada se deu pelo povo. Já **R21** fala da tomada de consciência da população e **R19** que o Partido *Bolchevique* “orientava-se” de acordo com o “curso” dos trabalhadores que “introduzia-se nas fábricas e nos regimentos”.

No cotejo entre o **R17** e o **R23** podemos perceber pistas para os silenciamentos no recorte do texto didático (**R17**) e do marxista revolucionário (**R23**). Assim, listamos os seguintes silenciamentos que dizem que:

1. a revolução não foi “iniciada pelos *bolcheviques*”, mas por força dos problemas históricos “acumulados”;
2. o atraso (dentro do ponto de vista histórico) “demonstrou suas vantagens” para a tomada das “fábricas” e prédios públicos;

3. não houve apropriação por parte dos *bolcheviques* das edificações, pois segundo **R23**, a burguesia era “muito fraca”, e conseqüentemente, o proletariado e o campesinato não viam, seus participantes como “seus”, ou seja, buscavam uma “direção” para o processo revolucionário;

Buscaremos outra versão para os enunciados no cotejo acima, como também para alguns silenciamentos detectados e que vão de encontro a **R21**(Trotsky):

1. houve, segundo **R21**, um “despertar da consciência revolucionária” que fez com que, como diz **R17** (livro didático), os prédios e fábricas fossem tomados;

2. a tomada foi feita com o despertar da consciência do povo e não pelo partido;

3. o exército “negava-se” a lutar por objetivos que lhe eram “estranhos”;

E, ainda, no cotejo entre **R19** (Trotsky), **R21** e **R23** (Novack), percebem-se os seguintes silenciamentos:

1. o partido não se direcionava sem que as massas fizessem suas escolhas;

2. havia, segundo **R19**, por parte dos trabalhadores das “fábricas” e “regimentos” (exército) uma aceitação dos *bolcheviques* que preenchiam as aspirações populares;

4. o Partido *Bolchevique*, segundo **R19**, se tornou uma referência “verdadeiramente nacional” com o afastamento da burguesia e, segundo **R23**, estava “totalmente separado” dos trabalhadores;

5. segundo **R21**, os objetivos da burguesia lhe eram “estranhos”;

6. os trabalhadores e o exército se “negavam” a continuar a aceitar as “exortações democráticas”.

Nos ditos e *não-ditos* objetivados nos discursos dos enunciados se percebe uma apropriação dos enunciadores dos textos cotejados que nos remete a determinações sociais distintas, pois **R17** omite que houve um “despertar” da classe operária e do exército e que os operários e camponeses não viam mais como seu o Governo Provisório, que era “estranho” aos seus interesses. Não diz que os trabalhadores tinham feito uma escolha de projeto social. E mais, **R19**, **R21** e **R23** não dizem que a revolução foi feita pelo partido, mas de acordo com o “curso” do movimento de massas.

Dessa forma, podemos listar algumas pistas gerais do que foi realizado até aqui no cotejo dos enunciados analisados:

1. os *bolcheviques* não fizeram a tomada dos prédios públicos e das fábricas como diz **R17**, mas os trabalhadores tomaram uma decisão, pois tomaram consciência de sua situação;

2. **R19** e **R21** não dizem que foram os *bolcheviques* que tomaram ou desapropriaram os prédios públicos e as fábricas, como diz **R17**;

3. em **R23** também não se diz que houve uma “tomada” dos prédios públicos e das fábricas pelo partido;

4. segundo **R21**, houve uma tomada de consciência das massas, ao contrário do que diz **R17**;

5. **R17** (livro didático) omite que as “fábricas” se encontravam nas mãos dos operários que tinham escolhido o projeto social dos *bolcheviques* como está em **R21** (Trotsky) e **R23** (Novack).

3.2.3 ANÁLISE DOS SILENCIAMENTOS DAS VERSÕES DOS ASCENSOS REVOLUCIONÁRIOS

Em um discurso, há vozes que estão evidentes e há outras que estão silenciadas. No que diz respeito às vozes que podem ser percebidas, nos deparamos com o fenômeno da polifonia, que procede de um princípio maior: o dialogismo. Esse segundo fenômeno é constitutivo da linguagem. Isto é, um discurso está inserido em algo muito maior, em uma teia discursiva. Cada novo discurso é entrecruzado por discursos que o precedem. A polifonia é a materialização desses discursos no texto.

Em um texto, podemos encontrar marcas de outros autores para sustentar opiniões, vozes contraditórias, que ali estão para serem refutadas ou mesmo vozes com as quais estamos acostumados ou até condicionados por elas. Isso não significa que estamos assujeitados, porque sempre há a possibilidade de tomada de consciência crítica em relação à formação ideológica.

Tomando, pois, os silenciamentos como tentativas de apagamento de vozes e de homogeneização de concepções diferentes [...] eles podem ser considerados pistas de uma ação ideológica que procura garantir a aceitação de um determinado projeto de sociedade, em que lugares sociais consolidados são não só privilegiados mas também apresentados como a única forma de distribuição possível. Em outras palavras, os silenciamentos são pistas de uma tentativa de acomodamento do que é heterogêneo através da reprodução de uma hierarquização social: a ideologia, pois, perpassa o texto e deixa pistas (VOESE, 2004, p. 127).

O discurso passa, pois, pela seleção do que se vai dizer conforme os interesses ideológicos de quem diz, com a intenção de limitar a produção de sentidos. No entanto, o que está silenciado em um discurso pode estar muito evidente em um outro. Na apreensão de discursos que se opõem ou contrastam entre si, percebemos as vozes silenciadas em cada um deles.

E se, para cada texto há leituras possíveis, há, evidentemente, as impossíveis, porque cada escolha lingüística e discursiva corresponde a uma exclusão de sentidos. Os sentidos apagados dizem respeito a diferentes sistemas de referência existentes na diversidade social e que estão em conflito precisamente porque significam. É, pois, desses silenciamentos que, enquanto exclusão de sentidos que diferentes sistemas de referência podem constituir, e que assume uma função ideológica ... (VOESE, 1997, p. 73-74).

Notamos, então, que os silenciamentos tendem à redução da polissemia, na tentativa de estabelecimento de uma verdade ideológica entretanto, não existe uma verdade não ideológica, já que o signo são portadores de ideologia.. Na medida em que outras vozes são silenciadas, busca-se, por meio do discurso, a implicação de um sentido único, contido no que está sendo dito. Busca-se excluir a variação de sentido que é própria da totalidade social.

Uma análise do discurso, pois, vai perguntar-se por aquilo que um texto silenciou e por que o fez, pois isso será extremamente importante para observar e descrever o tipo de determinação social que é de ordem ideológica e que não só organiza a hierarquia dos lugares sociais de fala, mas de todo o universo sociocultural. Se é a ideologia que, incluindo e excluindo e, aí, hierarquizado, busca homogeneizar o heterogêneo tecido social, os silenciamentos, uma vez localizados, vão constituir as contradições que serão pistas ideológicas por que apontam para as diferenças que se dão entre os diversos sistemas de referências de determinada cultura. Enfim, os silenciamentos apontam para um tipo de descontinuidade que não é só discursiva, mas também e antes de tudo, social (VOESE, 1997, p. 74).

O silenciamento assim o é por conta da determinação social. O que está estabelecido socialmente determina o que vai ser silenciado. Isso não ocorre apenas por intenção do indivíduo, já que ele, pressionado por fortes referências ideológicas, refrata prioritariamente aquilo que acredita fazer sentido. Assim, tudo que os seres humanos de uma mesma comunidade sócio-cultural compreendem é aquilo que é reflexo da sociedade e que os indivíduos refratam a partir de sua realidade social. Não estamos dizendo que os indivíduos são totalmente livres das determinações sociais, mas podem fazer escolhas que são reflexos do seu passado social que são ou não refratadas sob mais variadas formas.

3.2.3.1 Os silenciamentos no Ascenso de Fevereiro

No primeiro cotejo realizado, é possível observar uma outra forma de apropriação por parte do protagonista da revolução que se vale do prestígio de vozes de diferentes grupos sociais dentro de uma mesma classe social, ou seja, os extratos de classe que existiam no interior do proletariado russo (soldados, operários, minorias étnicas etc...). A grande maioria da

população refratava o que era dominante como sistema político na Europa: a república parlamentar – representada pela burguesia. E os autores do texto didático omitem ou desconhecem a necessidade subjetiva que representa o partido para ajudar a organizar os trabalhadores, que se contrapõem ao regime e ao governo organizados em uma composição burguesa.

Após o primeiro cotejo, partindo do que diz o protagonista de **R5** (Trotsky) sobre os primeiros dias do Ascenso de Fevereiro, extraímos o que foi dito sobre uma “insegurança” por parte da população em saber quem seria o mandatário ou a classe que protagonizaria e comandaria a Revolução de Fevereiro. E essa dúvida se manifestava da seguinte forma: quem ficaria com o poder? Por outro lado, a população achava “natural” que o poder passasse para as mãos da burguesia que se posicionava perante a população como as pessoas “adequadas naturalmente” por serem aqueles que detêm o conhecimento, inteligência e poder para governar formando assim, um *topos* (no caso, de racionalização) elas saberiam o que fazer. Além disso, o povo não tinha confiança é também um reconhecimento em si mesmo. Afinal, mais de 80% da população era de analfabetos e altamente explorados e viviam de mitos fundados na raiz cultural multifacetada do povo russo. Havia ainda a ajuda da igreja, que tentava manter o povo sob controle dentro dos marcos do regime que se constituía: a República Parlamentar.

O **R1** do livro didático silencia duas definições importantes: a primeira trata do motivo por que não houve condições para avançar a revolução. E a segunda, como se processa o caráter subjetivo de uma revolução. As condições objetivas estavam postas, no entanto as condições subjetivas não estavam perfeitamente formadas para que uma insurreição do tipo Fevereiro fosse de caráter socialista. Desse modo, os autores se posicionam como se não houvesse uma organização política que pudesse encabeçar ou formar um governo, como se o povo não estivesse preparado para governar. Assim, os autores do texto didático procuram minimizar as categorias essenciais de uma revolução, não a enfocando numa abordagem dialética e materialista da história, a partir dos acontecimentos políticos de ordem subjetiva.

Após analisarmos o primeiro cotejo, verificamos quais os apontamentos do modo como se enuncia e para qual lugar social o **R1** remete ou pensa remeter.

1. os autores apropriam-se de vozes que defendem o regime parlamentar que podemos chamar de Estado democrático de direito (via parlamentar);
2. os enunciantes refratam aquilo que faz sentido, refletindo a partir do lugar social que evidenciam: a democracia burguesa, República Parlamentar ou as Frentes Populares.

Para Voese (2004), o enunciado se direciona por uma “dimensão polifônica do discurso que fica exposta, pois são as vozes dos enunciados de outros indivíduos que são incorporadas ao texto” (p. 125). Então, não podemos afirmar aqui que os autores de **R1** são defensores da burguesia dentro dos marcos do regime democrático burguês. Por outro lado, “va-

lendo-se de determinados operadores argumentativos, pode-se colocar em destaque um ou outro sentido. O operador *mas* pode, por exemplo, desfocalizar a primeira parte do enunciado e destacar a segunda” (VOESE, 2004, p. 71-70) apropriando-se de outros discursos para fazer valer aquilo que faz sentido para eles.

Percebemos, até aqui, como os autores do **R1** (livro didático) silenciam algumas vozes em detrimento de outras. Todas as pistas deixadas podem conter as mais variadas significações, mas deixam mais evidente o seu momento histórico e resistem a qualquer tipo de mudança que possa ir de encontro a interesses sociais distintos e, ao mesmo tempo, tão heterogêneos em seus discursos.

Pode-se comentar, recorrendo-se ao protagonista de **R6** (Lênin), quanto ao papel do Partido *Bolchevique* no pós-Fevereiro, cujos os membros se afirmavam como os “verdadeiros marxistas revolucionários”, que por analogia seriam o contraponto ao regime republicano parlamentar, composto em sua maioria por setores da burguesia russa. No entanto, o espaço político parlamentar não seria o fim, mas um meio de “denunciar” e “vigiar” os “atos” do parlamento. O que se pode perceber é que com essa tática haveria uma forma de obter a empatia popular para os *bolcheviques*, que poderiam ter-se beneficiado e até se mantido no parlamento, ficando à parte das lutas populares, embora saibamos que, historicamente, o Partido *Bolchevique* tinha como idéia central o fortalecimento do *Soviets*, forçando o poder dual entre os dois espaços de luta: o parlamento e os *Soviets*. Esse posicionamento demonstra que não havia, ainda, um amadurecimento político por parte da população, e o caminho encontrado pelos *bolcheviques* foi fazer com que as massas tivessem sua experiência com esses dois modelos de organização e fizessem sua escolha.

Nos **R4** (Lênin), **R5** (Trotsky) e **R6** dos protagonistas da revolução o primeiro co-tejo podemos dizer que eles baseavam suas práticas materializadas em seus discursos, segundo as condições de época, mas não as desfiguraram, e nem criaram revisões das idéias marxianas em seu conjunto. Simplesmente refratavam as contradições da sociedade classista de seu período como mediadores dos conflitos sociais – via partido e principalmente apoiados nos *Soviets*. As perguntas que se pode fazer são: por que os *bolcheviques* que tinham a empatia popular pós-fevereiro não defenderam o parlamento no desenrolar dos acontecimentos? Se os *bolcheviques* tivessem ficado no campo parlamentar a Revolução de Outubro teria triunfado? Qual o propósito dos *bolcheviques* em “denunciar” e “vigiar” os “atos” do parlamento?

Os *bolcheviques*, por sua vez, estavam organizados num partido de vanguarda revolucionário que lutava pelo socialismo internacional, mas que atentava para as condições subjetivas das massas que iam se formando com o passar do Governo Provisório.

Seguindo as concepções marxianas, os dois protagonistas do *Ascenso de Fevereiro* refratavam suas idéias programáticas e organizativas de acordo com as situações que ocorriam, fazendo uma análise estrutural e de conjuntura com o intuito de definir as ações que deveriam ser efetivadas. Entretanto, nenhum partido, seja ele qual for, pode fazer a revolução sem que os sujeitos sociais envolvidos queiram fazê-lo. Essa é a questão subjetiva de grande relevância, pois, estamos falando de escolhas sociais que podem ser motivadas e impulsionadas por condições que fogem às regras mais elementares de uma revolução. Nesse bojo, não se faz uma revolução sem partido. Do mesmo modo, não se faz uma revolução se os sujeitos envolvidos não quiserem fazer. Esta é a atualidade da revolução permanente evidenciada pelo discurso do protagonista de **R7** (Trotsky) que está nos escritos de Marx.

Ao se dirigir aos leitores pouco atentos, o **R7** do protagonista, em um processo de refração, faz do texto a mediação dos objetivos que se alinham a determinado programa de luta e chegada ao poder, assim como sua manutenção permanente. Concomitantemente, há uma idéia de sociedade inculcada no texto que considera “verdade” a sua lógica social, que pode ser entendida da seguinte maneira:

1. as forças motrizes da revolução se encontram no proletariado, que pode ou não se “restringir” a determinadas etapas de um projeto de social;
2. em contrapartida o fim da “dominação de classe” não seria possível sem se avançar para uma etapa superior, de acordo com escolhas sociais feitas pela classe que fosse protagonista da revolução;
3. o Partido *Bolchevique*, ou melhor, nenhum partido que se diga do lado do proletariado poderia concretizar o projeto socialista sem a permanente mobilização dos trabalhadores em intervir diretamente no processo histórico.

Essas vozes que emanam de lugares sociais desigualmente desenvolvidos e combinados com as escolhas que são feitas pelos sujeitos sociais envolvidos no processo social, fazem com que certas vozes sociais refletidas e refratadas sejam as pistas ideológicas do lugar social dos enunciadores. Todavia, como foi dito anteriormente, é muito difícil determinar de onde vêm os discursos. Entretanto, pode-se apontar o possível entendimento que os autores dão a seus discursos no que concerne ao seu posicionamento perante as situações historicamente dadas.

Por sua vez, pode-se indagar: por que os autores do **R1** (livro didático) deixaram de dizer a posição do Partido *Bolchevique* e sua tática de chegada e tomada do poder pelos trabalhadores? Quais as vozes sociais que refratam o **R1**, embora se evidencie nos recortes dos protagonistas de **R4** (Lênin), **R5** (Trotsky) e **R6** (Lênin) que não se negava o parlamento como espaço de lutas e reivindicações? Mas não era propósito do Partido *Bolchevique* se manter no poder dentro dos limites da propriedade privada. Afinal, quando falamos de República Parlamentar, então, dizemos que não se altera a relação econômica de acordo com as concepções econômicas do capitalismo⁶⁷. Eis a idéia central da concepção socialista e a inversão do caráter de classe do Estado e não de seu regime político pura e simplesmente.

Assim, o enunciante de **R1** (livro didático) se opõe ao conteúdo programático e até organizativo da atuação do Partido *Bolchevique*, silenciando as escolhas sociais feitas por esse mesmo partido e, conseqüentemente, não enfoca o caráter de classe do Estado da época em suas diferentes representações. Restringe, ainda, a atuação dos sujeitos sociais no Ascenso de Fevereiro aos marcos do regime republicano parlamentar e não como uma etapa de transição do ponto de vista dos protagonistas e marxistas revolucionários como a ante-sala do Ascenso de Outubro.

No segundo cotejo, o protagonista de **R8** (Trotsky) e o marxista revolucionário de **R11** (Arcary) falam sobre a questão da violência na revolução, que é um dos grandes argumentos daqueles que são contrários às mudanças sociais. Temos até aqui um entendimento dos sentidos dados pelas vozes sociais objetivados em seus discursos. Percebe-se que o enunciado do **R11**, em que se sugere um conteúdo de análise política que contradiz o enunciante do livro didático (**R2**), faz a diferenciação de sentidos atribuídos pelas versões nas situações históricas no Ascenso de Fevereiro.

Para os *mencheviques*, o “poder” não era seu objetivo primeiro como citado pelo autor do **R2**, que diz: “Os *mencheviques*, contudo, queriam chegar ao comunismo através de um processo lento de reformas”. Todavia, evidencia-se que os *mencheviques* defendiam o regime burguês parlamentar e no **R11** se diz que os trabalhadores chegariam ao poder, mas, teriam como escolha:

1. a luta pelo espaço político nos marcos da República Parlamentar;
2. apaziguar o “calor dos acontecimentos” levando todo conflito social para o âmbito do parlamento;
3. o parlamento seria o local “adequado” e “civilizado” das mediações dos conflitos sociais;

⁶⁷ “[...] o que caracteriza a economia política burguesa é que ela vê na ordem capitalista não uma fase transitória do progresso histórico, mas a forma absoluta e definitiva da produção social” (MARX, 2001, p. 72).

4. a escolha dos *bolcheviques* era “sectária ou oportunista”⁶⁸ e “irreal” etc.

Para podermos compreender as motivações dadas pelos enunciantes e seus comprometimentos ideológicos a partir do que não se diz, vamos buscar o entendimento dos silenciamentos como um local de contradições em que o autor do **R2** tenta se isentar e ao mesmo tempo direcionar o enunciado criando meios de não se dizer o que poderia ser dito e assim, fazer com que os alunos tenham acesso somente a uma versão e não outras versões.

De acordo com Lukács (apud VOESE, 2004, p. 65): “Não se pode esquecer que cada palavra, desde a mais simples do cotidiano, sempre expressa a generalidade da realidade [...] e não o objeto singular, [sendo] impossível encontrar [...] uma palavra nitidamente definidora”, por isso não é incomum que em qualquer texto, independente do lugar social que se reflete no discurso, as determinações sociais que são impostas pelo Estado, são muitas vezes mais acessíveis do que a que se quer apagar. Dessa forma, o **R2** (livro didático) evidencia em seu enunciado uma dicotomia entre o que se diz e como se poderia dizer. O cotejo como ferramenta de análise facilita o levantamento das seguintes questões:

1. o **R2** sugere que a linha do Partido *Bolchevique* era pautada em “discordância”, “incoerência”, “ingenuidade”, “brutalidade”, “ignorância” etc...;

2. também propõe que a linha do partido (acima sugerida) era de total responsabilidade de Lênin, enquadrando-o como “formulador”, “arquiteto” e “expressão” quando o autor do texto didático diz “liderados por Lênin, os bolcheviques propunham a derrubada violenta da monarquia russa”;

3. se as posições do Partido *Bolchevique*, como sugere o autor no **R2**, remete a pensar que a organização do partido não era democrática, pois, coloca toda a responsabilidade no protagonista da revolução, silenciando o conteúdo organizativo do partido que tinha como princípio o centralismo democrático;

4. reduz a atuação histórica dos protagonistas do Ascenso de Fevereiro a um mero “dever” sem levar em conta suas ações como um todo.

É comum a generalização de que a revolução é um processo violento por natureza e que talvez não se leve em conta que em uma sociedade classista os conflitos são mais agudos. É nesse momento que a “classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. (BAKTHIN, 1997, p. 47). Por outro lado, **R2** não diz que a contra-revolução ou a chamada guerra civil torna a revo-

⁶⁸ “O pensamento oportunista, assim como o sectário, possui características em comum: da complexidade das circunstâncias e das forças extraem um ou dois fatores, que lhes parecem os mais importantes – e que, de fato,

lução “violenta” como forma de reação na tentativa de se voltar ao regime democrático-burguês dentro dos marcos da propriedade privada. Há, de certa forma, uma “falsa analogia” em **R2** que possivelmente tem “por objetivo confundir a avaliação do interlocutor [...] buscando amenizar o problema social...” (VOESE, 2004, p. 72).

R2 diz que a revolução é um processo “violento”. O marxista revolucionário do **R11** diz que é comum que se associe revolução a um processo violento ou até sangrento. Com isso, se sugere uma forma de “juízo de valor” e ao mesmo tempo, um possível “preconceito” por parte de **R2** (livro didático) que se generaliza como verdades históricas, sobre ao quais fala Heller (1972, p. 35):

Os **juízos de valores** (e os **preconceitos**) são meros **exemplos particulares e ultra-generalização**. Pois é característico da vida cotidiana em geral o **manejo grosseiro do “singular”**. Sempre reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. **Para podermos reagir, temos que subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob uma universalidade...** [...] Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do caso singular, nem mesmo os decisivos: **temos que situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada**. E isso só se torna possível graças à ajuda dos vários tipos de ultrageneralizações. É assim, por exemplo, que se recorre à analogia. [...] De certo, o **juízo provisório de analogia pode se cristalizar em preconceito**; pode ocorrer que já não prestemos atenção a nenhum fato posterior que contradiga abertamente nosso juízo de valor provisório, **tanto podemos nos manter submetidos à força de nossas próprias tipificações, de nossos preconceitos (grifos nossos)**.

Esse reducionismo do discurso do **R2** em dizer que a revolução se dá através da violência procede de variadas formas, mas há um fator de suma importância que diz respeito à questão do Estado e sua relação ideológica, assim como o seu caráter de classe que se configura nas versões, pois “aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação” (BAKHTIN, 1997, p. 47) em todos os âmbitos de uma sociedade a partir de seus interesses materiais e culturais. Em outras palavras, o que não é dito são pistas das escolhas feitas pelos enunciantes que podem ou não remeter a uma heterogeneidade ou homogeneização social, sendo sua principal fonte de interpretação a estratificação da sociedade. O Estado, como mediador e formador de sentidos, refrata os interesses da classe e detém para si os meios de produção, além de defender a propriedade privada e conseqüentemente a democracia burguesa.

A questão que se coloca de acordo com que diz **R11** (Arcary) é se a “violência revolucionária” seria obra ou resultado da revolução, ou seja, isso se dá quando “explodimos” individualmente contra situações irritantes e impostas provocadas por medidas governamentais que nos afetam. Quem pode ser tachado de violento?. Esse resultado seria obra da revolu-

às vezes são -, e isolam esses fatores da complexa realidade, atribuindo-lhe uma força sem limites e restrições” (TROTSKY apud MORENO, 2003, p. 55).

ção ou reflexo da manutenção da sociedade de classes? O que se evidencia é uma “generalização falsa” que “refere-se ao processo em que o enunciante faz passar por geral o que é do nível singular e, com isso, arma um raciocínio que privilegia interesses de um grupo” (VOESE, 2004, p. 71). Esses questionamentos nos levam a entrar no campo da moral ou de valores sociais que (nas sociedades classistas) se acham “amarrados” à classe que está efetivamente no poder e cujos valores se refletem nos indivíduos envolvidos no processo histórico.

As sociedades de classe nos colocam diante de conflitos nos quais o dilema da moral quase “provoca” a incoerência dos valores; ao contrário, os conflitos de sociedade que postulam permitem viver o dilema da moral conservando-nos presos aos nossos valores verdadeiros e à sua realização adequada à situação e ao sujeito, não sem tensões, por certo, mas também sem exigência de racionalização (HELLER, 1983, p. 112).

Então, a questão dos valores está intimamente ligada àquilo em que os sujeitos sociais acreditam que para eles faz sentido, levando em conta o lugar social e, ainda, como vão refratar as escolhas promovidas pelo Estado que são valores dados como corretos e universais. Entretanto, o dilema da moral vai além de uma compreensão empírica, pois estamos falando de indivíduos, que refletem e refratam as suas angústias, necessidades, emoções etc. independente do plano externo e embora não se possa deixar de dizer que os indivíduos buscam no dilema da moral suas formas de manifestar o que lhes faz sentido naquele momento. Eles podem simplesmente mudar sua escolha moral a partir do que vêem como objetivação dos seus dilemas morais específicos. Esses conflitos de escolha são fruto do que as sociedades definem como violência. Podemos dizer que é violenta uma sociedade que deixa pessoas terem muito e outras terem pouco e que por conta disso muitas pessoas morram de inanição? Há um exemplo dado por Heller (1983) que elucida como os indivíduos podem fazer determinadas escolhas.

Alguém diz: “Recuso a violência”; outro responde: “Mas a condenas também nesta situação, neste caso concreto?”. Ou: “o que farias em tal situação?”. A resposta poderia ser: “Condeno-a também nesta situação e não exerceria em nenhum caso”. Outra possibilidade é: “Condeno-a também neste caso, mas a empregaria”. Ou em outras palavras: a pessoa em questão assume o dilema da moral, está pronta a responder pelo fato de que o seu agir não tem pretensão de validade universal, ao passo que o seu valor – o seu mundo moral – permanece coerente. Neste caso, a responsabilidade da ação é máxima. Esse exemplo mostra claramente que o recurso à concreta discussão de valor numa discussão sobre valores (no que se refere à determinação do conteúdo de significado dos valores em relação à realização) não pode ter uma ligação teórica com o dilema moral. Na práxis, contudo, a situação é diferente. Muito frequentemente, o dilema da moral leva de fato a uma incoerência dos valores. E essa especificação teórica é inevitável, aliás muito importante, de um ponto de vista prospectivo e, portanto, já também do ângulo do presente. Com efeito, *podemos figurar uma sociedade na qual sejam verdadeiros todos os valores que guiam os homens*, ou seja, valores referíveis coerentemente a idéias de valor; *mas não podemos imaginar uma sociedade na qual deixe de existir o dilema da moral*, ou seja, na qual todas as ações dirigidas por valores verdadeiros possam apresentar a pretensão de validade universal (p. 111-112).

Acreditamos que seja válido que os indivíduos possam fazer suas escolhas morais, e a partir disso podemos fazer uma ligação com o segundo cotejo. Então, quando **R2** (livro didático) diz que “os *bolcheviques* propunham a derrubada violenta da monarquia russa”, omite que esta mesma monarquia levou milhares de pessoas a serem ceifadas numa guerra⁶⁹, que tinha interesses de representar uma parcela da sociedade que se beneficiava com o evento sem levar em conta se havia ou não condições de continuar a guerra.

Ao mesmo tempo não diz que os *mencheviques* apoiaram a continuação da guerra, invertendo os valores atribuídos aos sentidos do discurso de **R2** (livro didático) e se valendo de um significado ideológico para discurso: “os *bolcheviques* eram pela violência e os *mencheviques* pela paz”. Isso leva a entender que os valores morais escolhidos pelos partidos são expostos de forma distorcida e refratam a “verdade” do conteúdo programático e organizativo que o **R2** quer atribuir. O caráter refratário se mostra quando não se diz aquilo que poderia ser dito, ou seja, sendo responsável socialmente com os interlocutores que, dependendo de sua formação, podem entender o que se diz sem perceber como se diz nos conteúdos produzidos pelos textos didáticos.

Esse caráter refratário e distorcido do signo ideológico é explicado objetivamente por Bakhtin (1997), que entende o conteúdo dos significados da linguagem como um desvio que sofrem na sua direção quando passam do locutor ao interlocutor.

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser em épocas de grande comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo o signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio interior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN, 1997, p. 47).

Essa deformação do signo ideológico é reflexo do Estado que se refrata como agente ideológico das escolhas sociais referentes à classe que predomina. Há um postulado recorrente nos meios marxistas que diz: “*Nenhuma classe social na História da humanidade abriu mão de seus interesses materiais coletivamente, individualmente sim, mas coletivamente nunca!*”⁷⁰. Partindo dessa premissa, como chegar ao poder por um processo “lento de re-

⁶⁹ Estamos nos referindo à guerra mundial de 1914.

⁷⁰ Palestra feita pelo professor de sociologia da *Binghamton University (E.U.A)* James Petras na abertura do Congresso Nacional de Trabalhadores para a fundação da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) realizado em Campinas (São Paulo) em julho de 2006 .

formas”, como diz **R2**, se o Estado detém para si todos os meios de que dispõe para manter a opressão e conseqüentemente reduzir as escolhas através de seu aparato repressivo (polícia, forças armadas, propaganda, judiciário etc...) que passa a defender o governo não o povo? Assim, será que a revolução é obra apenas do partido que estiver na vanguarda ou se faz necessário que os sujeitos de uma dada sociedade envolvidos num determinado processo queiram fazê-lo? De qualquer forma, não estamos aqui para dizer que o discurso do **R2** é mais ou é menos completo que o de **R11** (Arcary) e também do protagonista do **R8** (Trotsky). Mas o **R2** reduz as chances de escolha, pois não tenta relatar as versões históricas de forma genérica o que, de certa forma, poderia levar os alunos a se perguntarem sobre certos “vazios” do texto que poderiam ser debatidos em sala de aula.

A análise do **R2** (livro didático) nos remete a determinados fatos da história da Revolução Russa que contraditos por **R9** (Lênin). Entretanto, seria pertinente saber qual a orientação política de cada um desses partidos e seu conteúdo político para que também se vislumbre outras versões de suas posições.

Vamos buscar isso no cotejo entre **R2**, **R9**, **R12** (Moreno) e **R13** (idem). De acordo com o que falam os recortes, evidenciamos os seguintes apontamentos que podem ser interpretados como pistas do discurso dos recortes:

1. os *mencheviques* se orientavam na prática da conciliação entre as classes;
2. partindo da orientação acima, os *mencheviques* não levavam em conta que o Estado é uma forma de dominação de uma classe sobre a outra;
3. os *mencheviques* seriam oportunistas, pois se apoiavam na tentativa de chegar ao poder de forma “pacífica”;
4. os *mencheviques* tinham um discurso socialista, mas, não tinham a *práxis* socialista.

Todavia, esta questão da violência em um processo revolucionário é uma questão moral de suma importância para o entendimento dos sentidos que os enunciadores do texto didático e do teórico querem atribuir.

O marxismo revolucionário é frequentemente criticado por defender, supostamente, a opinião de que os fins justificam os meios, a ponto mesmo de aprovarem o uso da violência. Mas como a violência de uma transformação revolucionária é apenas a outra face da violência inerente a uma dada situação histórica do capitalismo, e como esta última forma de violência não é criticada, devemos supor que a objeção se faz realmente não aos meios do marxismo, mas ao seu fim maior: o estabelecimento de uma sociedade sem classes. No final das contas, como justificar os meios senão pelos seus fins?

Se for impossível uma sociedade coexistir sem o dilema da moral que se faz pelo discurso, então falamos aqui de uma questão ideológica, pois os indivíduos vivem numa sociedade que tem padrões de valores morais desigualmente combinados que se refratam em suas escolhas sociais e também históricas.

E mais: quando falamos de discurso não podemos separá-lo do signo ideológico que é resultado de uma interação entre determinantes socioculturais e a atividade da consciência que decorre, por assim dizer, de um posicionamento frente à realidade social atribuída a uma sociedade de classes que, por sua vez, se expressa em um conjunto de representações e idéias que visam legitimar as condições sociais, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Isso ocorre apesar de uma organização social classista representar a tendência a validar os conceitos e valores morais da classe que detém para si todos os meios de produção indispensáveis à vida material.

No terceiro cotejo, extraímos algumas pistas acerca do conteúdo programático dos partidos que vivenciaram uma dada situação histórica. **R3** (livro didático) faz menção deste conteúdo quando diz que apenas os *bolcheviques* e os *kadets* queriam tomar o poder através de “golpes”. Ora, se só os *bolcheviques* e *kadets* queriam chegar ao poder por meio de um “golpe”, então, pode-se dizer que eram golpistas? Entretanto, quando **R3** isenta os *mencheviques* desta prática diz que os mesmos não eram “golpistas” e quando diz isso, sugere que os *mencheviques* eram “democratas”, “ordeiros”, preservavam a “ordem”, não queriam “confusão” e que eram “responsáveis” com o fazer político.

Assim, o **R3** não diferencia o conteúdo programático dos partidos políticos. Nesse recorte, o enunciante faz um marco divisório entre os que queriam o golpe e os que eram contra. Sobre os que eram a favor do golpe podemos estabelecer termos como “irresponsáveis”, “ditadores”, “antidemocratas”, “impacientes” e que estavam “acima” da vontade popular – “os golpistas” *bolcheviques* e *kadets*. E os *mencheviques* que eram o contrário do que foi apontado anteriormente. Até aqui, se evidencia um direcionamento do discurso apontado por Voese (2004, p. 70) da seguinte forma: “o enunciante, aproveitando-se da vaguidade do sentido, pode produzir efeitos de suspeição e de desconfiança [...] orientados por diferentes interesses”. No enunciado, pois, não se diz qual o caráter de classe desses partidos e sua situação historicamente vivida, deixando que fique patente que tanto os *bolcheviques* como os *kadets* tinham o mesmo conteúdo político.

No entanto, no **R12** (Moreno) se faz menção à tática escolhida pelo Partido *Bolchevique* que, no primeiro momento, só centra “seus ataques” no Governo Provisório e reivindica que o poder fosse para as mãos dos *Soviets*. Até aqui, se pode perceber que o autor do texto didático não diz que os *bolcheviques* não queriam o “poder”, muito menos através de

um “golpe”. Por outro lado, o Partido *Kadet*, segundo o que diz **R13** (Moreno), após o Ascenso de Outubro, organiza a “guerra civil contra o poder soviético”. Podemos até aqui fazer os seguintes questionamentos:

1. se os *bolcheviques* eram a favor do “golpe”, como eles diziam, por que defendiam a bandeira política de que “todo o poder para os *Soviets*”?
2. se os *bolcheviques* tinham a mesma tática que o Partido *Kadet*, por que este último ajudaria a organizar a contra-revolução por meio de uma guerra civil?;
3. se o Partido *Kadet* era composto por liberais e monarquistas, como poderiam ter o mesmo conteúdo político que os *bolcheviques*, que eram socialistas revolucionários e contrários à propriedade privada dos meios de produção?;
4. se a política dos *bolcheviques* era voltada para a organização permanente dos trabalhadores, como então poderiam os *bolcheviques* ser a favor de um “golpe”, se estavam tentando ter apoio popular contra o governo provisório e não tinham armas para poder fazer o “golpe”?;
5. se a política dos *kadets*, que eram monarquistas, defendia o direito à propriedade privada dos meios de produção e fazia alianças políticas com os dois governos provisórios em uma tentativa de abafar os índices sociais através da “conciliação entre as classes” envolvidas no processo revolucionário de época, como poderiam os *kadets* ter um conteúdo igual ou semelhante ao do Partido *Bolchevique*?

As idéias de que houve tentativa de “golpes” por parte dos *bolcheviques* se mostram com pouca fundamentação, pois o **R3** (livro didático) silencia uma fase da história da Revolução Russa. Assim, se percebe a falta de integridade intelectual, o que não revela que o dito “golpe” se deu, não por iniciativa ou adesão por parte do *bolcheviques* que, pelo contrário, tentaram organizar o povo sobre a necessidade de derrotar o “golpe” (não dos *mencheviques* e muito menos por parte dos *kadets*), mas como a contra revolução mundial financiada pelos países das potências centrais e representada pelo general Kornilov.

Para que se tenha maior propriedade sobre essa situação histórica, buscamos outra versão a partir de **R14** (Moreno), que fala sobre essa situação e diz o tipo de “golpe” que foi organizado, mas que malogrou. É de valia poder analisar o **R14**, que faz algumas considerações sobre como se deu o “golpe” narrado pelo **R3** do autor do texto didático, e assim perceber as diferenças entre os enunciados:

1. o “golpe” foi obra da burguesia, que se articulava para barrar o avanço da revolução e restaurar a ordem capitalista;
2. havia dúvidas se o “golpe” era para se restaurar o tzarismo (e consequentemente era a favor da defesa da propriedade privada dos modos de produção) ou se o “golpe” tinha

como pano de fundo a contra-revolução mundial capitalizada pelas potências capitalistas de época;

3. o posicionamento do Partido *Bolchevique* sobre o “golpe” de Kornilov era que devia ser combatido com todas as forças populares que reivindicavam a democracia (burguesa ou proletária);

4. ao mesmo tempo o “golpe” que “não triunfou” abriu um precedente histórico que deu origem a outros “golpes” na história promovidos pela burguesia para barrar o avanço da vaga revolucionária mundial.

Pode-se perceber nos recortes que os partidos *bolchevique* e *kadet* são colocados como golpistas por **R3** (livro didático). Segundo Voese (2004), a “implicação” aparece como “[...] um processo argumentativo que arma uma lógica do tipo *se então*, cujas conseqüências podem ser muito bem avaliadas em enunciados...” (p. 71). Em contrapartida faz com que os receptores (que são adolescentes em geral) refratem o que diz o **R3** no primeiro momento, e é nessa hora que o professor de história pode se valer de outras versões que podem levar à inquietação e conseqüentemente a diferentes significações do enunciado, e assim, eles (os alunos) podem refletir a partir dessas outras versões as vozes refletidas e refratadas no texto didático. Então, de acordo com o terceiro cotejo, vamos fazer alguns apontamentos:

1. o autor do **R3** não faz uma diferenciação entre os três partidos envolvidos no processo;

2. o Governo Provisório foi composto por uma parcela da sociedade que não via nas massas uma força suficientemente forte para poder dirigir o governo, que ficou a cargo da burguesia;

3. os *mencheviques* não tinham uma orientação política voltada para o controle estatal dos trabalhadores, e por isso não tinham a intenção de mudar o Estado, mas apenas manter a alternância de poderes (via processo eleitoral) tentando, assim, buscar uma coalizão entre os partidos reformistas;

4. as orientações políticas dos partidos *kadet* e *bolchevique* não eram iguais ou muito menos semelhantes em suas escolhas;

5. “todos os mencheviques, sem exceção” não tinham como orientação política o socialismo. Ao contrário, se pautavam na teoria burguesa da conciliação entre as classes, não levando em conta que o Estado é uma forma de dominação de uma classe sobre a outra;

6. que, ao contrário dos *bolcheviques*, os partidos *kadet* e *menchevique* não se propunham a combater o “golpe” do general Kornilov. Por outro lado, os *bolcheviques*, contrários ao Governo Provisório, se pautavam na organização permanente das massas através

dos *Soviets* mas, ao mesmo tempo, denunciavam o Governo Provisório encabeçado por Kerensky;

7. o Partido *Kadet* tinha em sua base política os latifundiários e monarquistas que propunham a volta do *Tzar*. Após perceberem que não teriam força para tal empreitada acabaram por não defender o Governo Provisório, tanto que ajudaram a “organizar a contra-revolução através de uma guerra civil”;

8. em **R3** o autor não reconhece ou não tem a intenção de colocar em seu enunciado que a revolução é um processo no qual os sujeitos envolvidos no Ascenso de Fevereiro são os principais responsáveis pelo seu andamento a partir de suas escolhas sociais, e não seria através de um “golpe” que se objetivaria a revolução.

No **R3** (livro didático) deixa-se silenciado o “apelo” ideológico de que não é pela força que se constrói uma revolução, mas pela forma encontrada pelos *mencheviques*, que consistia na prática da “conciliação” entre as classes dentro dos marcos do regime democrático – burguês. Essa prática é refratada no enunciado quando não se diz o caráter de classe e muito menos o conteúdo programático dos partidos envolvidos no Ascenso de Fevereiro que **R3** poderia evidenciar, se fosse posto no enunciado, cada um de seus conteúdos. Embora não esteja evidente no enunciado, o **R3** faz alusão à presunção de que os *mencheviques* eram “da paz”, “não queriam uma luta contra o golpe” mas, também, não se colocaram em posição contrária. E mais: não se diz que o Governo Provisório não conteve o “golpe”, mas ficou hesitante e indiferente para realizar uma ação.

É a parte mais evidente da falta de responsabilidade com aqueles que foram e são os receptores do **R3**, quando se diz que houve duas tentativas de “golpe” o que, historicamente, nunca ocorreu. Só houve uma tentativa que malogrou: a do general Kornilov (segundo **R13** e **R14** (de Moreno)) e não por parte dos *bolcheviques* e dos *kadets*, como proposto em **R3**, pois a revolução significa uma mudança de regime social que transmite um poder das mãos de uma classe esgotada para as mãos de uma outra classe em ascensão, constituindo o momento mais crítico e mais agudo na luta das classes pelo poder. Entretanto, a sublevação não pode conduzir à vitória real da revolução e à implantação de um novo regime senão quando se apóia sobre uma classe progressiva que é capaz de agrupar à sua volta a maioria esmagadora do povo. Esse processo revolucionário, como qualquer processo histórico⁷¹, se faz a partir da vontade e, conseqüentemente, das escolhas sociais.

⁷¹ Os processos, as situações etc. sociais são, certamente, em última análise, produtos de decisões alternativas dos homens, mas não devemos nos esquecer de que adquirem importância social apenas quando colocam em funcionamento séries causais que se movem mais ou menos independentemente das intenções de quem a pôs, segundo legalidades específicas a elas iminentes (LUKÁCS apud LESSA, p. 78, 2002).

Ao contrário das transformações da natureza, a revolução é realizada por homens e entre os homens, que agem sob a influência das condições sociais não livremente escolhidas por eles, mas herdadas do passado. É precisamente por isto e só por causa disto que a revolução tem as suas próprias leis. Dessa forma, a consciência humana não reflete passivamente as condições objetivas. Ela reage ativamente sobre estas. Em certos momentos, esta reação adquire um caráter de massa, tenso, apaixonado e efêmero, em que as barreiras do direito e do poder são derrubadas com a intervenção ativa das massas nos acontecimentos, que constituem o elemento mais essencial da revolução. Ou seja, tudo depende das escolhas sociais.

O autor do **R3** (livro didático) constrói seu enunciado levando em conta as questões sócio-históricas ou faz dela uma forma mais conveniente à sua postura política; se realmente quer omitir o que poderia ser dito, deixando que o “signo” da revolução seja interpretado como uma forma ditatorial de mudar a estrutura social; se ele realmente desconhece as questões fundamentais das leis históricas que regem o processo revolucionário.

3.2.3.2 Os silenciamentos no Ascenso de Outubro

No primeiro cotejo feito sobre o Ascenso de Outubro, o **R15** do livro didático diz: “os bolcheviques determinaram o controle da imprensa”, o que nos remete a pensar que o Partido *Bolchevique* tinha a intenção de basear suas ações de forma isolada sem que outros organismos de representação popular fossem ouvidos e apenas as escolhas do partido determinassem o que poderia ser dito. Na outra parte do **R15** se diz que houve “perseguição” e “execução” dos “críticos do novo regime”. Essa afirmativa faz menção de que o Partido *Bolchevique* era “ditatorial”, “antidemocrático” e que não respeitava o “direito à defesa” dos que se posicionavam contrários às escolhas do partido.

Podemos dizer que no **R15** fica claro que o partido controlava todos os dizeres, mas, segundo **R19** (Trotsky), esse controle dos meios de comunicação era exercido pela burguesia, no pós-Fevereiro, quando podia exercer suas opiniões, pois tinham a seu dispor todos os meios necessários para “imprimir toneladas de papel” como forma de “opinião pública” que “desprezava” as orientações populares ao contrário dos *bolcheviques*, que, segundo **R19**, “orientavam-se segundo o curso do movimento de massas”.

Entretanto, o **R15** do texto didático, dentro deste espectro, não diz (ou omite) que no Ascenso de Outubro não se fez nada que os trabalhadores do campo e da cidade não qui-

sessem que fosse feito sem que antes fossem consultados sobre suas escolhas. Ou seja, as decisões do partido só poderiam ser objetivadas quando este tivesse o respaldo dos organismos de representação popular: os *Soviets*. Ainda: após a análise do cotejo, no **R19** do protagonista se percebe que os *bolcheviques* tinham uma idéia totalmente contrária ao que evidencia esse recorte que, por sua vez, expõe o lugar social de **R19** quando diz que o Partido *Bolchevique* “introduzia-se nas fábricas e nos regimentos”. Podemos, assim, perceber que esta parte do enunciado deixa evidenciado que os *bolcheviques* tinham um grande apoio popular e que este apoio se sucedeu na medida em que eles perceberam que o complexo social de uma nação não está simplesmente num plano “abstrato”. O entendimento de **R19** (Trotsky) sobre a noção de nação era “não os privilegiados” mas, “os operários e camponeses”. Assim, os *bolcheviques* se tornaram uma referência de luta, não pelos “direitos” dos trabalhadores, mas pela inversão de valores seculares impostos pela monarquia russa entrecruzada por valores da burguesia internacional, por sua vez, enraizada, ainda que fragilmente, na burguesia russa.

O radicalismo que está incutido no **R15** do livro didático (atribuído ao Partido *Bolchevique*) se percebe quando se tenta evidenciar que os *bolcheviques* eram “totalitários”, “determinavam o controle”. Aqui, subentende-se que eram “controladores”, “manipuladores”, “centralistas” e “antidemocráticos”, nos remetendo à questão de valores de direita e esquerda. Esses valores são radicais para ambas as partes, dentro de um tecido social heterogêneo. Por serem assim, geram conflitos. Entende-se aqui a idéia de radicalismo que é visto de campos opostos no processo revolucionário e entendido por Heller (1983) como “crítica total da sociedade fundada nas relações de subordinação e domínio, na ‘divisão quase natural do trabalho’” (p. 140).

Assim, para podermos ter a compreensão dos campos de luta e seu caráter de classe, temos que perceber, segundo Heller, quais são e como se dão as relações sociais e de produção, além de fazer uma definição de quem tem como referencial o signo dos trabalhadores e o da burguesia, ou seja, quem domina e quem é dominado. Logo, no **R15** não se faz essa definição e se diz que os *bolcheviques* se prevaleciam da força que tinham junto ao proletariado e campesinato, além de omitir que a vontade revolucionária só chega ao seu ápice “quando as classes exploradas esgotaram todas as outras vias possíveis para se defenderem”, como está em **R22** (Arcary). **R15** não diz ou omite que a maioria do povo tinha como signo de luta durante o processo revolucionário o Partido *Bolchevique*. Pode parecer que:

1. os *bolcheviques* tinham uma prática de luta a partir do que eles (o partido) decidiam sem considerar que, como está em **R19**, todas as suas ações eram pautadas na população representada pelos *Soviets*;

2. não havia apoio popular para tais tarefas que eram desempenhadas, não apenas pelo partido, mas com apoio dos operários, soldados e camponeses;

3. havia no seio do partido um tipo de radicalismo singularizante sem se levar em conta que, como está em **R18** (Trotsky), o processo revolucionário se dá pela objetividade da situação e tarefas postas em situações de extrema comoção, ou seja, “ditadas” pelas “necessidades” históricas após os anos de exploração da monarquia czarista e sua continuidade com um conteúdo “democrático” implementado pela burguesia russa, que tinha como signo ideológico o regime parlamentar.

Na segunda parte de **R15** (livro didático) se diz que os *bolcheviques* “perseguiam”, “executavam” os “críticos” do “novo regime”. Para tal, se faz necessário perceber que nenhum “novo regime” conseguiria se manter no poder e objetivar tais ações sem que os sujeitos sociais envolvidos no processo revolucionário quisessem fazê-lo, pois, segundo **R18** (Trotsky), “não é um caso” de revanchismo por parte dos *bolcheviques*. Pelo contrário, era uma forma de resguardar a integridade do processo revolucionário, “ditado” não por regras, mas por “considerações racionais” frente às massas, pois é mais do que sensível que as reivindicações populares foram a forma encontrada até para que se resguardasse a integridade não só do processo revolucionário, mas também das pessoas.

Entretanto, segundo **R18**, mesmo sabendo-se que os integrantes do Governo Provisório tinham uma “ligação incontestável com Kornilov”, “ficaram apenas” em prisão domiciliar. E ainda: a “captura” dos integrantes do Governo Provisório se deu por “necessidades” de processo que “não tinham terminado”, como maneira de poder “decapitar” os inimigos do povo russo e “não” de fazer valer uma punição puramente revanchista, que é comum às massas populares depois de anos de exploração e de uma guerra que o Governo Provisório não tinha intenção de terminar. Segundo **R22** (Arcary), “nunca uma classe social explorada pode ser homogênea a ponto de encontrar representação em um só partido ou aceitar uma só liderança”. Então, após o primeiro cotejo do Ascenso de Outubro, podem-se listar algumas possíveis considerações sobre o tema:

1. não havia intenção de simplesmente “punir os erros precedentes” como diz **R18**, mas isolar os membros do Governo Provisório que para a população em geral eram vistos como traidores dos trabalhadores;

2. em um processo revolucionário, as relações de poder são invertidas para o campo popular, e essa inversão não se dá de forma igual para todos os segmentos sociais;

3. o processo revolucionário se dá em um cenário quase que de guerra e as táticas empregadas contra os dominadores são exercidas pelas exigências imediatas que emergem em determinadas situações históricas e que remetem a determinadas táticas de luta.

4. nenhuma classe social, segundo **R22**, pode ser “totalmente homogênea” a ponto de ter “uma só representação”. Com essa afirmação pode-se dizer que o Partido *Bolchevique* não tinha como fazer valer suas teses sem que os órgãos de representação popular, no caso os *Soviets*, aceitassem as considerações do partido;

5. a radicalidade posta de forma pejorativa em **R15**, quando diz que “os bolcheviques” “controlavam” os meios de comunicação, se contrapõe ao que diz **R22** quando fala do “esgotamento de outras vias possíveis” para que as massas tomem consciência de sua situação e façam de tudo para mudá-la através de um processo revolucionário (que é claramente radical, mas não sectário).

A idéia de radicalidade, marcada por um suposto sectarismo, que se confunde com os processos revolucionários, e é uma das formas empregadas pelo poder dominante de “mascarar” um determinado modelo de sociedade que tenta se manter no poder. A classe dominante silencia e controla as formas de dizeres na heterogeneidade social que é própria das sociedades classistas. Sobre a radicalidade dos campos políticos, podemos perceber a majoração de valores que podem ser diferenciados em “dois tipos principais de radicalismo: *o radicalismo de direita e o radicalismo de esquerda*” (HELLER, 1983, p. 140-141):

O radicalismo de direita pode tomar parte nas discussões cotidianas da época, mas – por sua estrutura – não leva a discussão filosófica do valor. Entre os seus argumentos típicos, incluem-se necessariamente os **não racionais**, próprios das discussões cotidianas: **o recurso à autoridade, a vinculação dos argumentos do partner a interesses particulares, a sua difamação, a preferência pela fé com relação a persuasão.** O radicalismo de direita é *elitista*; e o é mesmo quando, com seu fanatismo, mobiliza as massas: com efeito, **não considera a “massa” como uma soma de personalidades que pensam autonomamente e participam da determinação dos valores, mas sim como uma massa manipulável; não como sujeito, e sim como objeto.** O radicalismo de esquerda, ao contrário, é sempre *democrático*; e o é mesmo quando está isolado e agrupa poucas pessoas. Todavia, os movimentos radicais de esquerda têm também **um traço dolorosamente aristocrático**: eles atribuem a todo homem faculdades e valores que a maioria não possui ou dos quais nem sempre tem consciência. [...] A uma coisa, porém deve tender todo o movimento democrático de esquerda: a conquistar para a discussão filosófica – ou para aquela que ultrapassa a cotidianidade – um número cada vez maior de homens, e a tornar consciente de sua qualidade de sujeitos um número cada vez maior de sujeitos; em suma, **deve visar a uma relativização constante de seu próprio momento aristocrático (grifos nossos).**

Desse modo, pode se dizer que, se a tarefa fundamental numa sociedade regida pelo capitalismo é manter as relações sociais e de produção intactas sem que haja nenhuma perda de “lucros” para a burguesia, por outro lado, a tarefa fundamental do marxismo revolucionário é buscar os meios necessários para inverter os valores burgueses em valores dos trabalhadores, ou seja, levar em conta as necessidades imediatas da humanidade em ter todos os meios indispensáveis para a vida em sociedade e para além das liberdades democráticas. O que se tem sempre em vista é a proposição de que todo o poder deve ser alternado de acordo

com a vontade popular para que não haja uma “casta burocrática” que fique infinitamente no poder.

A questão da radicalidade nas ações revolucionárias expressas no **R15** (livro didático) não leva em conta determinados aspectos do processo revolucionário quando tenta incutir uma idéia de que a revolução se torna “radical”. Ainda está implícito que os *bolcheviques* eram “antidemocráticos”, “controladores”, “centralistas”, “manipuladores”, “foras da lei”, “revanchistas”. Tudo isso em um jogo de associações e rejeições que são atribuídos ao Partido *Bolchevique*. Para Voese (Mimeo. s./d., p. 73) o enunciante faz sempre escolhas alternadas por formas heterogêneas:

[...] cujas diferenças devem ser consideradas produtos do **movimento que se realiza sobre dois eixos da heterogeneidade sócio-cultural**: a) o **vertical**, sobre o qual se movem os **diferentes segmentos da sociedade**, o que corresponde a **lugares ou esferas sociais** e, b) o **horizontal** que diz respeito aos diferentes campos de operação dentro da esfera em termos de mais próximos ou das singularidades dos indivíduos, ou genérico humano, ou seja, essa dimensão refere-se a **planos de atuação**, onde a **produção de respostas coloca em ação diferentes graus de generalização**, do que resultam **referências que podem alcançar diferentes profundidades e qualidades de intervenção**. Isto é: nas **esferas sociais a referência é o marco cultural** e **submete-se a diferentes interesses e valorações de ordem de grupo** e nos **planos de atuação ela tem ora maior ora menor alcance e efeito operacional, dependendo do grau de generalização da referência utilizada (grifos nossos)**.

As escolhas dos enunciantes são orientadas por determinados lugares sociais. Por conta dos lugares sociais, surgem as generalizações dos discursos, o que leva a específicos focos de análise, estes muitas vezes reduzidos a certos fatos históricos. No que se refere a alguns aspectos da realidade, não são raros os enfoques dos fatos apenas. Isso diminui as diferentes formas de significação no que diz respeito aos *planos de atuação* alusivos a determinados conteúdos, ou seja, são diferentes modos de *valoração* que podem ou não se submeter ao coletivo. Em contrapartida, dependendo do seu grau de profundidade, a generalização pode provocar uma redução polissêmica do enunciado e, conseqüentemente, a particularização do que se diz.

O que vemos em **R15** (livro didático) são generalizações de fatos específicos do Ascenso de Outubro que são descritos pelo enunciante de forma a desfocalizar⁷² o processo revolucionário do ponto de vista da “ordem e da lei”. Na análise do primeiro cotejo do Ascenso de Outubro notou-se que:

1. o processo revolucionário não pode ser visto dentro do âmbito dos valores da classe que detém para si o poder e, conseqüentemente, explora a classe oprimida;

⁷² [...] a (des) focalização deve ser considerada um importante recurso discursivo nas ações ideológicas já que, valendo-se de determinados operadores argumentativos, pode colocar em destaque um ou outro sentido (VOESE, 2004, p. 71-72).

2. em um determinado processo revolucionário não é incomum que haja certo revanchismo entre aqueles que, por anos ou séculos, foram oprimidos. Mas, em contrapartida, se o processo revolucionário for objetivado por um partido marxista revolucionário que tenha uma visão das totalidades dos fatos internacionais, este partido pode, em certa medida, “controlar” os atos das massas em fúria para que não haja excessos;

3. a questão do “controle” é de suma importância em uma revolução, pois aqueles que foram derrotados, no caso a monarquia czarista e o Governo Provisório (de composição burguesa), irão tentar de tudo para conseguir manter “a lei e a ordem” dentro dos marcos da propriedade privada dos modos de produção;

4. qualquer revolução que não seja encabeçada por um partido marxista revolucionário, e ao mesmo tempo não esteja subordinada aos organismos de representação popular, pode em certa medida tender a um tipo “anormal” de aristocracia ou burocracia operária;

5. o comando revolucionário centralizado, que “controla” todos os meios de comunicação e reposição das necessidades de sobrevivência, é apenas uma tática que tem como objetivo maior evitar a “sabotagem” interna e a contra-revolução externa, com o intuito de organizar o mais rápido possível os trabalhadores para resistirem à contra-revolução;

6. a tática de não “punir os erros precedentes” se baseia no princípio da moral humana que foi exemplificado por Heller (1972) como “radicalidade de direita e radicalidade de esquerda”, em que o primeiro segue a moral da “lei e da ordem” nos marcos do regime burguês e, conseqüentemente, da propriedade privada dos modos de produção e o segundo se orienta pela necessidade imediata e mediata dos que “consideram a humanidade o supremo valor social” (idem., *ibidem*, p. 140).

Em **R15** (livro didático), vamos buscar a versão no **R22** (Arcary) que fala sobre o tema, levando em conta que poderá se evidenciar outro tipo de apropriação feita por **R15**, quando silencia determinados aspectos colocados anteriormente. As idéias expostas em **R15** se mostram altamente tendenciosas em suas afirmações, deixando exposto que possivelmente o autor do texto didático cumpre uma função de “desmoralizar” o processo revolucionário através de recursos de uma análise singular e altamente factualizante. Também deixa patente que os processos revolucionários são “antidemocráticos”, “ditatoriais”, “sem liberdades democráticas” e totalmente “fora da lei e da ordem”.

Todas as nossas afirmações diante do que se percebeu em **R15** não se encerram e não produzem a verdade absoluta. Apenas expõe uma “verdade” que é vista não como um fato hermético, mas evidencia os vários dizeres que podem ser entendidos pelos alunos e até pelo professor de história. Isso pode, em certa medida, ser prejudicial a um entendimento mais amplo das versões históricas levando a uma redução da discussão, pois **R15** não abre as pos-

síveis formas de compreender o conteúdo do processo revolucionário em uma perspectiva marxista.

O tema revolução sempre foi alvo de calorosas discussões geradas, muitas vezes, por questões que estão fora do alcance deste trabalho. O que se propõe aqui, além da Análise do Discurso bakhtiniana, é a utilização da análise marxista em forma de analogia histórica a partir das situações revolucionárias e pré-revolucionárias que impulsionaram os grupos humanos a serem sujeitos históricos responsáveis por uma ruptura drástica da ordem social com o modelo dominante de época.

Abordaremos então as considerações referentes ao segundo cotejo do Ascenso de Outubro. Os silenciamentos verificados em **R16** (livro didático) mostram-se bastantes proveitosos para nossa análise, pois “os camponeses recusavam-se a aceitar as fazendas coletivas” nos remete a pensar que havia uma “imposição” por parte do “governo”, no caso com a maioria *bolchevique*. Ao mesmo tempo diz que o “governo teve que usar a força”. Quando se lê o **R16**, tem-se a impressão de que o enunciante faz determinadas escolhas lexicais que nos remetem a determinadas formas discursivas que falam em certa medida sobre “violência”, e que a “vontade popular” não tinha vez nem “voz” para se contrapor à “recusa” do governo (os *bolcheviques*) em fazer a vontade popular. Para **R20** (Trotsky) o Partido *Bolchevique* estava ciente da vontade dos camponeses quando fala: “os camponeses querem guardar para eles a pequena propriedade” a partir de “uma norma igualitária”, então “assim seja”, pois “nenhum socialista razoável ficara em desacordo”.

No **R21** do protagonista (Trotsky) tanto o exército como os camponeses não viam mais nas “exortações democráticas” o seu signo de luta e resistência contra o grande latifúndio, pois os “objetivos do imperialismo” eram encarados de forma “estranha”, fora de sua realidade, tanto que o campesinato “expulsou” os grandes latifundiários. Mas, fica a questão: como poderiam os camponeses secularmente pobres e explorados ter condições de expulsar os latifundiários feudais sem uma articulação organizativa feita pelos *Soviets*, via partido, com o exército? Ora, não há como se admitir que o camponês pobre, desarmado e com fome pudesse derrotar, sem ajuda do exército, os latifundiários? Assim, o **R16** do texto didático faz uma escolha: os *bolcheviques*, quando da sua chegada ao poder, se tornaram não mais “razoáveis como socialistas” em atender as exigências dos camponeses.

Podemos, então, fazer algumas considerações sobre os posicionamentos detectados de acordo com o que se diz e assim, vislumbrar algumas possibilidades de interpretação.

1. os *bolcheviques* ou o “governo”, como diz **R16**, “tiveram que usar a força” contra os camponeses, mas por outro lado não diz que o mesmo governo não ficou em “desacor-

do” com os camponeses que queriam apenas pequenas propriedades individuais em uma distribuição “igualitária” das terras dos latifundiários;

2. as afirmações sobre essa “recusa” dos camponeses a trabalhar em fazendas “coletivas” e sobre a ação do governo em ter “que usar a força”, ditas por **R16** (livro didático), podem ser vistas no âmbito da “implicação”, que é explicada por Voese (2004, p.71) como “um processo em que se inclui um sentido ou uma avaliação de forma sutil e que pode ridicularizar ou condenar” de antemão os fatos de forma singularizada formando um determinado significado que pode ser entendido, por um leitor menos atento, como uma maneira de se dizer que os *bolcheviques* eram “centralizadores” em suas ações sem se “submeterem” ao organismo máximo de representação popular que eram o *Soviets*;

3. em **R20** (Trotsky), fica explícita a posição do partido em acatar os anseios dos camponeses que queriam terras individualizadas e que inclusive foram, segundo **R21** (Trotsky), “desapropriadas” pelos próprios camponeses. Em contrapartida **R16**, de forma pejorativa, que os camponeses expulsaram os latifundiários;

Entramos, então, no campo da responsabilidade do que se diz, que é vista por Bakhtin (2003) como a atividade *responsiva*⁷³ de quem diz. Afinal, se “convertemos o diálogo num texto compacto, ou seja, assim que apagarmos a distinção das vozes (a alternância dos sujeitos falantes) o que é princípio possível... [...] o sentido profundo (infinito) desaparecerá” (p. 271-272). E por mais que se possa tentar afirmar uma outra versão, nunca se terá total certeza da intencionalidade do enunciante, mas podemos perceber o seu significado. No entanto, o que podemos atribuir a **R16** é que se diz que havia uma recusa em aceitar fazendas coletivas por parte dos camponeses, mas não se diz que não houve proposta por parte dos *bolcheviques* e do *Soviets* em impor tal medida. Assim, as nossas considerações sobre os silenciamentos não se encerram nesta pesquisa. Apenas vão sugerir que se possa ter uma visão diferenciada em cada recorte.

Esses ditos do protagonista de **R20** e de **R21**, de certa forma, mostram a questão sobre a divisão das terras dos pequenos proprietários que não foram desapropriadas e alocados para fazendas “coletivas”. As terras foram divididas de forma “igualitária” entre os camponeses pobres. Dessa maneira, o **R16** do texto didático omite ou deixa de dizer que o governo revolucionário representado pelos *bolcheviques* tinha ciência do fato e não se omitiu em resolvê-lo o mais brevemente possível, sem buscar divergências com os camponeses pobres.

⁷³ Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente **responsiva** (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma gera obrigatoriedade: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 1992, p. 404) (*grifo nosso*).

O **R23** (Novack) ressalva algumas idéias: expõe o conteúdo político que se vivenciava no Ascenso de Outubro quando a burguesia se encontrava “fraca” em virtude de “problemas acumulados” devido ao “atraso” histórico da Rússia, atraso que, afinal representou algumas “vantagens” para a revolução. **R23** ainda diz: o “czarismo estava totalmente separado das massas” trabalhadoras. Em virtude de acúmulo de problemas históricos a serem resolvidos, o campesinato, como comenta **R23**, não consegue (dentro do regime parlamentar burguês) resolver suas demandas sociais e se volta para o proletariado “em busca de direção”.

Na análise, se percebe que o campesinato tinha ciência de sua situação, mas não tinha uma direção específica, e este fato é de grande importância em qualquer processo revolucionário. Perante o exposto, podemos listar algumas considerações sobre o tema da crise de direção que ocorria naquela etapa histórica de transição e, ao mesmo tempo, sobre a abertura de uma época revolucionária:

1. se **R16** diz que os camponeses “recusavam-se a aceitar” as fazendas “coletivas” que foram propostas pelo “governo” representado pelos *bolcheviques*, ao mesmo tempo não diz que, como está em **R23**, havia uma “crise de direção” em consequência da própria espontaneidade e de seu atraso histórico perante as tarefas imediatas da revolução nas primeiras horas do processo revolucionário de Outubro;

2. segundo **R16**, os camponeses “queriam” propriedades individuais. Isso mostra que havia uma organização entre os camponeses que tinham como representação máxima os *Soviets* e, como está em **R21** (Trotsky), foi “despertada a consciência revolucionária”. Tanto os camponeses pobres como o exército não mais viam o governo parlamentar burguês como “seu”, pois eram “estranhos” aos seus interesses;

3. não havia ainda, de acordo com **R21**, uma identificação das massas com o parlamento burguês e os sindicatos reformistas quase não existiam, pois os *Soviets* absorviam essas demandas e, portanto, os “sindicatos pelegos” e as “burocracias políticas” não faziam parte do cotidiano do processo revolucionário;

4. quando **R23** diz que o “atraso demonstrou suas vantagens”, nos remete à questão do tempo histórico. Segundo Lukács, citado por Bauer (1997), a “história, o tempo é, simultaneamente, o elemento de ruptura e de associação entre o sujeito e o objeto”, já que “os seres humanos não rompem jamais com sua subjetividade e a memória” e ainda conseguem [...] “apreender a discordância entre o objeto tal como foi na verdade e a imagem que dele forjou a esperança do sujeito” (p.14). Se a história é vista aqui como uma forma de apreensão feita de rupturas e associações, mostra-se, então, o caráter desigual que se dá em um determinado processo revolucionário quando **R23** (Novack) ressalta as vantagens do atraso histórico.

Podemos, inclusive, extrair de Heller (1972) a diferença entre *tempo* e de *tempo histórico*, em que o primeiro é a

[...] irreversibilidade dos acontecimentos. *O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais*. Todo acontecimento é irreversível do mesmo modo; por isso, é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas, o tempo decorre em alguns casos “lentamente” e com outros “com maior rapidez”. O que altera não é o tempo, mas o *ritmo* da alteração das estruturas sociais. Mas esse ritmo é *diferente* nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história (p.3).

Então, **R16** (livro didático) a escolha feita pelos camponeses que ocuparam as terras dos latifundiários feudais e resolveram a coletivização a partir de terras individuais. A terra não deixa de ser coletiva, já que a produção de alimentos seria quase que a mesma para todos, ou melhor, o espaço para cultivo seria em forma de cooperativas subsidiadas pelo Estado. É a desigualdade de condições entre os que tinham e não tinham terras combinada com elementos altamente atrasados do ponto de vista social e seus ganhos para os mais explorados: o despertar da consciência revolucionária; o estranhamento da população ao governo de composição burguesa; a crise de direção. A população, despertada a consciência revolucionária, fez com que os ritmos sociais fossem mais acelerados e assim, tanto os operários como os camponeses e o exército se uniram, pois percebiam que tinham feito a mesma escolha social, ou seja, não aceitar a lei e a ordem do Estado burguês.

Dessa forma, para **R23** não houve nenhuma tentativa de “forçar” os camponeses a viverem em “fazendas coletivas” pois “êles” fizeram uma escolha que, independente da aceitação ou não do partido, seria objetivada. Afinal, não havia uma polícia ou um exército do Estado burguês para reprimi-los. Foram “êles” que organizaram suas “fazendas coletivas” em forma de “propriedades individuais”. Como expõe **R21** (Trotsky), o exército burguês “negava-se” a acatar as ordens que emanavam do Estado burguês parlamentar em sua tentativa desesperada de manter o “controle” em suas “exortações democráticas”.

Todos esses discursos nos mostram como os camponeses e operários se ajudavam mutuamente, independente do Partido *Bolchevique*, mantendo sua autonomia através dos *Soviets*. Assim, em vez de acatarem as ordens do Estado burguês parlamentar, se somavam ao poder paralelo representado pelos *Soviets*. Essa mudança de aceitação de um governo burguês para um governo operário e camponês caracteriza uma mudança de escolha que **R16** omite ou não quis dizer em seu enunciado. Essa mudança se caracteriza, também, pela questão da moral revolucionária tal como é vista por Heller (1972, p. 24-25):

Como se sabe, as paixões e sentimentos orientados para o Eu (para o Eu particular) não desaparecem, mas “apenas” se dirigem para o exterior, convertem-se em motor da realização do humano-genérico, ou então permanecem em suspenso – na medida

em que inibem a ação moral motivada – enquanto duram ações correspondentes. Por outro lado, uma decisão moral, no sentido aqui colocado, deve sempre ser sempre considerada como uma *tendência*. Não é possível distinguir, de modo rigoroso e inequívoco, **entre as decisões e ações cotidianas e aquelas moralmente motivadas**. A maioria das **ações e escolhas tem motivação heterogênea**; as motivações **particulares e as genérico-morais encontram-se e se unem**, de modo que a elevação acima do particular-individual jamais se produz de maneira completa, nem jamais deixa de existir inteiramente, mas ocorre geralmente **em maior ou menor medida**. Não há “muralha chinesa” entre as **esferas da cotidianidade e da moral**. Apenas moralistas utilizam motivações morais “puras” e, mesmo eles, o fazem mais na teoria que na realidade (*grifos nossos*).

Fazendo um paralelo entre os discursos, podemos levar esta explicação ao que não se fala em **R16** (texto didático) quando não se fazem avaliações do ponto de vista da moral socialista, que é completamente diferente da moral burguesa como critério de caracterização. Afinal, só se deve aplicar uma análise, tendo um critério “adequado para avaliar as formas existentes no socialismo, bem como suas relações [...] não é o conjunto de valores sociais do capitalismo, mas sim o das possibilidades de valor contidas no socialismo” (op. cit, p. 11).

Para o **R16** do texto didático não se distingue a relação entre os valores do capitalismo e do socialismo, pois se para o capitalismo é contra a lei “invadir” terras, para o socialismo “ocupar” terras está dentro de suas possibilidades. Dessa forma, podemos formular uma questão de suma importância para reflexão sobre os valores morais do capitalismo e do socialismo: como poderiam os *bolcheviques* usar a “força” contra os camponeses que “ocuparam” as terras dominadas pelos latifundiários feudais? Essa é uma resposta que acreditamos estar respondida com o exemplo anterior sobre a moral burguesa e operária, que se distinguem entre si a partir de sua capacidade de gerar possibilidades diferenciadas e altamente contraditórias dentro do mesmo universo heterogêneo da sociedade classista.

Na análise feita sobre o último cotejo do Ascenso de Outubro, o **R17** (livro didático) posiciona o Partido *Bolchevique* como o precursor das ocupações urbanas. Também diz que a revolução iniciou-se em Petrogrado a mando dos *bolcheviques*. Quando **R17** faz essas afirmações deixa de dizer como se deu o processo revolucionário e suas motivações. Segundo **R19** (Trotsky), o partido lutava contra as opiniões da imprensa “oficial”, calcada nas idéias dos intelectuais que expunham suas análises do ponto de vista do capitalismo sem levar em conta a complexidade de todo o processo revolucionário. Essa forma factualizante colocada em **R17**, por ser exposta desta forma, pode fazer com que tenha outras significações por trás de seu enunciado. Pode-se listar algumas considerações iniciais:

1. se **R17** (livro didático) afirma que os *bolcheviques* iniciaram uma revolução, como então apenas um partido poderia sozinho empreender tamanha tarefa sem que os sujeitos sociais, os operários, soldados e camponeses, queiram fazê-lo?;

2. **R19** (Trotsky) afirma que já havia uma motivação quase que irresistível entre os trabalhadores em sua empatia pelo Partido *Bolchevique* que se pautava de acordo com o “curso” do movimento revolucionário;

3. **R17** silencia que o Partido *Bolchevique* era apenas uma parte do processo revolucionário não dizendo que a população já havia despertado para a necessidade de se organizar para mudar a estrutura social russa;

4. **R17** também não diz que o Partido *Bolchevique* era uma “referência nacional” para os explorados do Estado e do regime (Governo Provisório). Já **R19** diz que as idéias revolucionárias “introduziam-se nas fábricas e regimentos”. **R19** expõe que a classe que o partido defendia era, ao mesmo tempo, referência para os trabalhadores.

Indo de encontro a uma outra versão do **R21** do protagonista (Trotsky), há uma congruência do que se diz no **R19**. Os dois recortes têm afirmativas muito semelhantes e até correlatas. **R19**, por sua vez diz que o sentimento de empatia pelos *bolcheviques* era reconhecidamente nítido e que “introduzia-se nas fábricas e nos regimentos” e **R21** diz que o exército “negava-se” em obedecer às ordens do “imperialismo” por serem “estranhas aos seus interesses”.

Temos então, enfocada da mesma forma, a mesma situação histórica que diz o **R17**. Sendo assim, pode-se perguntar: como apenas o partido poderia tomar “edifícios públicos e fábricas” de maneira tão isolada sem sofrer resistência do governo provisório? E mais: mesmo que não houvesse nenhum tipo de resistência, os trabalhadores aceitariam passivamente esta tomada sem questionar sua legitimidade? Os trabalhadores, segundo **R19** e **R21** tinham despertado para a revolução como forma de mudar não só o regime (isso já tinha sido feito no Fevereiro), mas também como forma de mudar o caráter de classe do Estado, ou seja, do regime democrático burguês para um regime democrático operário - apoiado pelos *Soviets*? Como o Partido *Bolchevique*, de forma unilateral, poderia ter feito esta ação sem o consentimento daqueles que fizeram parte do processo – soldados, operários e camponeses?

Há uma passagem do historiador Issac Deutscher que ilustra essa etapa histórica de Outubro partindo da concepção da etapa anterior ao Fevereiro que se refrata na etapa de Outubro, pois toda revolução é um processo no qual não se pode avaliar um único aspecto da realidade e superdimensioná-lo sem levar em conta todos os graus de desigualdade combinados numa mesma etapa.

Detendo-se na ligação entre fatores “constantes” e “variáveis”, demonstra-se que a revolução não se explica simplesmente pelo fato de estarem as instituições sociais e políticas, há longo tempo, em decadência e prontas para serem derrubadas, mas pela circunstância de que muitos milhões de pessoas perceberam tal coisa pela primeira vez. Na estrutura social, a revolução já estava madura bem antes de 1917; na mente

das massas, ela só amadureceu naquele ano. Assim, paradoxalmente, a causa mais profunda da revolução está não na mobilidade da mente dos homens, mas em seu conservantismo inato. Os homens só se levantam em massa quando percebem subitamente como estão mentalmente atrasados em relação aos tempos e desejam reparar esse atraso imediatamente. É a lição que nos mostra a “História da Revolução Russa”: as grandes convulsões na sociedade seguem-se automaticamente da decadência de uma velha ordem; gerações podem viver em uma ordem decadente, sem terem consciência disso. Mas quando, sob impacto de alguma catástrofe como a guerra ou o colapso econômico, adquirem consciência disso, há uma explosão gigantesca de desespero, esperança e atividades (DEUTSCHER, 1984, p. 241).

As etapas precedentes de uma situação revolucionária são as situações pré-revolucionárias, que podem ficar estagnadas durante um período ou uma época. Em situações excepcionais o processo revolucionário toma rumos inesperados totalmente fora do objetivo e da estratégia principal do marxismo revolucionário: a tomada do poder. O tempo não é o fator principal dos acontecimentos, mas sim a conscientização e conseqüente mudança de postura das massas, que se sentem “atrasadas” perante o momento histórico em que vivem.

Então, tanto **R19** (Trotsky) como **R21** (idem), dos protagonistas, refratam a realidade objetiva vivida numa mesma etapa histórica que desemboca na questão das escolhas sociais, como diz a citação acima. É de forma quase que inesperada e até inoportuna que nos remete a determinadas interpretações de seu significado. Quando **R17** (livro didático) diz “que quem iniciou a revolução foram os *bolcheviques*” e que eles “tomaram” e se “apropriaram” de edificações, se evidenciam algumas maneiras de se poder entender o processo revolucionário:

1. os *bolcheviques*, isoladamente, se apropriaram de forma desorganizada dos prédios públicos e fábricas;
2. só os *bolcheviques* eram conscientes da situação e foram “eles” que fizeram a revolução;
3. o partido tomou as decisões por si só e o seu êxito se deu de forma “inesperada” e por pura “sorte”.

Na análise, percebe-se que **R23** (Novack) também fala da mesma maneira que os protagonistas sobre a questão da conscientização das massas (concatenado com as considerações de Deutsher (1984)). Os *bolcheviques* sabiam do seu papel frente às necessidades imediatas na mudança do regime e o modelo do Estado democrático burguês.

R23 diz: “o atraso demonstrou suas vantagens”. Essa frase evidencia o ostracismo histórico-social em que vivia o povo russo. Esse “atraso” era fruto da cultura mantida e acumulada por séculos. Essas idéias se mantiveram quase que intactas até o Fevereiro e inclusive durante o Outubro.

Dessa maneira, **R17** (livro didático) deixa possíveis interpretações que são unilaterais, podendo fazer com que os alunos, e até os professores de história, desviem-se do foco principal do caráter social de uma revolução tipo Outubro. Faz também com que fique inicialmente marcado que não houve iniciativas populares de apoio aos *bolcheviques*, que em contrapartida, não estavam subordinados aos *Soviets*. Fica a percepção de uma suposta ação desordenada como se fosse um “golpe” dado pelos *bolcheviques* sem apoio popular.

R17 não mostra o papel do partido em uma revolução tipo Outubro, que se caracteriza em uma inversão de valores morais impulsionada pela atuação do Partido *Bolchevique* no *Soviets*. Esse fato se mostra fundamental no Outubro, pois gerou a identificação com os anseios populares, não pela imposição, mas pelos seus discursos que iam ao encontro da realidade vivida pelos trabalhadores. Entretanto, não se faz uma revolução tipo Outubro sem que o partido esteja subordinado às escolhas sociais dos trabalhadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mudança requer luta e luta social entre classes. Um professor deve aprender a pensar em termos de lutas de classes, mesmo que não seja marxista”.

(Florestan Fernandes, sociólogo).

A análise dos episódios que marcaram profundamente não só os destinos da Rússia, mas toda a humanidade, e exatamente pela importância dos fatos, evidenciou as diferentes versões que foram construídas no livro didático e as dos protagonistas e marxistas revolucionários. Assim, nos recortes cotejados, buscamos as vozes sociais refratadas nos textos. De certa forma, essas vozes são as combinações dos signos contraditórios que evocam determinados discursos entendidos de forma desigual pelos indivíduos.

Cada novo discurso é entrecruzado por discursos que o precedem na materialização do texto, e assim, é realmente muito difícil se ter total certeza do que está dito nos textos e fechar o discurso. Entretanto, podemos tentar buscar (no que se diz e no que não se diz) possíveis significações que podem sugerir determinados comprometimentos que nos remetem a determinações sociais distintas em permanente conflito. Não se encerra aqui a discussão e muito menos se chega a conclusões que podem levar à redução do discurso, mas, sim à inquietação para a geração de novas formas de se perceber as relações entre lugar social dos indivíduos e as condições de produção do discurso.

Dentro de uma perspectiva histórica ampla, os Ascensos Revolucionários de Fevereiro e Outubro têm sido alvo de variadas reflexões acerca de sua significação. Não é por acaso que encontramos certos ditos que se contrapõem. Essa flutuação do discurso é própria do ser humano porque resulta de interpretações heterogêneas. Entretanto, não podemos perder de vista que não se recomenda a heterogeneidade discursiva numa versão do dito. Diante disso, acreditamos ser necessário buscar pelo cotejo as mais variadas formas de se perceber não só o que se diz, mas aquilo que não está dito. Essa é a funcionalidade do cotejo enquanto método de análise discursiva.

Não propomos que a Análise do Discurso bakhtiniana e sua noção de cotejo e concomitantemente, a metodologia proposta por Voese (1997, 2004) em seus escritos seja a única via possível de análise. O que se coloca é a utilização desta análise expondo as versões das situações revolucionárias e pré-revolucionárias que impulsionaram os grupos humanos a se-

rem sujeitos históricos responsáveis por uma ruptura drástica da ordem social e do modelo dominante da época.

Por isso tudo, a elaboração do discurso teórico do professor de história consiste em não tentar narrar os fatos como “eles realmente aconteceram”. Ingenuamente, ou intencionalmente, partiu-se do pressuposto de que o professor de história, ao tentar compreender os fatos históricos, consegue permanecer neutro, pois o ato da linguagem é um ato político, neutralidade já é postura ideológica em relação ao objeto pesquisado. Bastaria o levantamento dos documentos e fontes a respeito do objeto e fato pesquisado para que o acontecimento seja reconstruído como realmente aconteceu. Entretanto, independente de sua vontade, carrega na sua produção teórica interesses de classe, pontos de vista, seleção de enfoques que fazem com que sua produção não seja isenta. Nesse sentido, quando está trabalhando com os textos didáticos de história, o que vem à tona, conscientemente ou não, é o próprio conflito social, o momento com o qual se está tratando e o próprio momento histórico que se enuncia, sem falar nas complexidades das condições de produção dos discursos que são feitos pelos professores de história em sua *práxis* em sala de aula. Outrossim, essas discussões acerca da reprodução da ideologia burguesa ou operária que segundo Franco (1982), foram altamente debatidas:

As teorias reprodutivistas e crítico-reprodutivistas da escola, o desvelamento das obras voltadas à reprodução da ideologia, as idéias de Antonio Gramsci acerca do Estado em sua relação com a sociedade civil (e a escola), e as teses marxistas sobre a dinâmica das sociedades capitalistas, intensamente mencionados em reuniões de educadores e amplamente utilizados em estudos e investigação sobre a educação brasileira, serviram de vigas-mestras às discussões travadas em torno da relação escola/sociedade. Basicamente, essas discussões apontaram para a não neutralidade do trabalho escolar, ou seja, evidenciaram que o ato pedagógico é um ato político, não desligado de projetos sociais mais amplos, não desligados de uma concepção de homem e de sociedade. Interessante observar, no bojo desse processo e no transcorrer desse período, a publicação de obras que propunham pedagogias alternativas para o enfrentamento dos problemas educacionais: pedagogia do conflito, da resistência, da desobediência, da coragem etc. Tais publicações indicavam, claramente, a necessidade de superação da consciência ingênua na seara educacional e a necessidade de uma transformação urgente do trabalho pedagógico, acompanhando as lutas e os combates contra o autoritarismo, a discriminação e as injustiças sociais cometidas pela sociedade dividida em classes (p. 68-69).

A educação nos moldes como vem sendo conduzida nas escolas não está atrelada aos problemas econômicos e políticos de nossos dias. O professor de história ainda está cativo do livro didático e do conteúdo a ser ensinado. Assim, fica de lado a repercussão da sua prática no conjunto dos educadores como um fenômeno de massas. Tal fenômeno pode ser um meio de explicar a massificação do ensino e sua causa: sistema capitalista. Trata-se de uma das formas mais ajustadas que as classes dominantes na História encontraram para veicular sua ideologia e se perpetuar no poder.

Considerando que o discurso professoral é ideologicamente marcado por uma sociedade capitalista, o autor do livro didático também sofre as mesmas determinações. Isto é: o livro didático não passa de uma mercadoria a ser consumida por um determinado tempo por todos os segmentos sociais de modo que a versão do fato histórico seja tomada como verdade levada à consciência de classe (da classe burguesa) para os extratos da classe (média e pequena-burguesia) e o proletariado (operários e camponeses). O sujeito social é condicionado por uma idéia de que a sociedade sempre foi assim e não há alternativa de mudança, pois já cumpriu seu papel histórico, mas fracassou em sua tarefa de implantação do socialismo. Em contrapartida, há um discurso recorrente de que é de responsabilidade de cada “indivíduo” buscar os meios para se chegar a uma possível felicidade como se a consciência por si mesma pudesse explicar o mundo como ele é e não como gostaríamos que fosse.

Além disso, é inteiramente indiferente o que a consciência sozinha empreenda; de toda esta porcaria conservamos apenas um resultado, a saber: que esses três momentos – a força de produção, o estado social e a consciência – podem e devem entrar em contradição entre si, porque, com a divisão do trabalho fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material – a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem esses elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada. É evidente por si mesmo que “espectros”, “nexos”, “ser mais elevado”, “conceitos”, “escrúpulos”, são apenas a expressão espiritual idealista, a representação de grilhões e limites muito empíricos no interior dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ela conectada (MARX, 1999, P. 45,46).

Nesse espectro, o professor de história poderá utilizar-se da Análise do Discurso bakhtiniana, em especial, da noção de cotejo para explicar e exemplificar certos fenômenos de mudança na sociedade. Pode expor ao educando não só a visão dominante, mas uma linha de posicionamento teórico-prática que possa oferecer uma alternativa de mudança e transformação densa na sociedade de classes. A Análise do Discurso bakhtiniana e sua noção de cotejo permite ao professor apontar para o meio social. O professor tem a possibilidade de tratar não só das formações sociais de outras épocas, mas também do mundo contemporâneo. Por outro lado, verifica-se que tem predominado nas escolas de classe popular (escola pública), indiscriminadamente, o uso variado de recursos tecnológicos. Dessa forma, segundo o filósofo e educador Dermeval Saviani, deve-se:

[...] ampliar a esfera dos meios e tirar proveito, também no processo de ensino, da variedade de recursos que a situação histórica atual oferece. Isto significaria que o livro didático, enquanto recurso educativo, está em vias de ser ultrapassado e fadado a desaparecer? Ao contrário; significa que sua faixa de referência se amplia (já que como instrumento mais abstrato ele propicia maior campo de abrangência) para se articular e, em certos casos, abarcar outros recursos pedagógicos. Em outros termos, caberá ao livro didático servir como elemento de estimulador a professores e alunos no sentido de aguçar-lhes a capacidade criadora levando-os à descoberta e uso de novos recursos, através de sugestões múltiplas e ricas (1989, p. 102-103).

Pode-se então incitar a criatividade e a autonomia para fazer com que os alunos percebam que estão em um mundo de escolhas e que cabe a eles e elas tentar, na medida do possível, objetivá-las.

Partindo-se do pensamento marxista revolucionário de que não é possível construir o objeto do conhecimento sem informá-lo com a pré-compreensão do sujeito social, pode-se afirmar que não existe História neutra. Portanto, não existe conteúdo ou professor neutro no ensino de história. Ou conscientizam-se os alunos (as) ou servem-se e se produzem “inocentes úteis” para a continuação dos interesses da classe dominante, em que:

[...] os inúmeros controles sobre a produção e o acesso ao discurso lembram que a heterogeneidade social significa um certo risco, porque, se a cada indivíduo e a cada segmento social correspondem diferentes interesses e objetivos que podem ser acionados sob orientação de diferentes sistemas de referência, não é difícil prever um conflito entre o que vai ser considerado como essencial reproduzir e o que necessita de transformações (VOESE, 2004, p. 54).

Esse “conflito” entre a necessidade de “reproduzir” e o que se necessita de “transformações” é própria de uma sociedade que vive em contradições permanentes. Contradições estas que se refletem em sala de aula ou se reproduzem sem serem criticadas ou são criticadas sem se reproduzirem. Para Furlanetto (2006) os discursos são forças geradoras de significados que não podem apenas serem vistos como unidade de signos, pois há forças que as impulsionam que “não serão lidos e apreciados simultaneamente de modo centrípeta (em direção à ordenação, à prescrição) e centrífuga (em sua relação de abertura para a realidade, para enunciados alheios, para destinatários identificáveis, explorando a abertura dos sentidos).”

Como não acreditamos na imparcialidade, todo o discurso histórico, organizado pelos autores dos livros didáticos de história, refrata uma opção de classe, em muitos casos não necessariamente intencionais, mas fruto do mecanismo do próprio conhecimento humano e da ideologia de massas: conhecer é informar. Por isso, há uma necessidade de se ter sempre uma pré - compreensão do sujeito sobre o objeto pesquisado.

Todavia, para melhor compreender o complexo fenômeno que é o livro didático, é necessário começar por “apreendê-lo” a partir do duplo aspecto que define sua fisiologia. Por um lado, os livros didáticos, além de agentes culturais por excelência, são definidos como aqueles que se destinam a instruir, coadjuvando o trabalho do professor, numa área qualquer do conhecimento humano (SNEL, 1976). Tendo por função precípua apresentar conteúdos das matérias curriculares, são “idealmente” organizados em função de determinadas disciplinas – são livros de História, Geografia, Gramática, etc. -; são seletivos, na medida em que apresentam parcelas do conhecimento selecionadas do total disponível, acerca de determinada área do conhecimento humano; são simplificadas de acordo com a idade dos leitores a que se destinam; são seqüenciados, na medida que as informações contidas em um capítulo pressupõem informações anteriores (CRONBACH, 1955). Todos esses elementos são privilegiados para aumentar a potencialidade da função pedagógica dos livros didáticos. Conseqüentemente, o livro didático, seja qual for – de História, Geografia,

Estudos Sociais ou mesmo de Matemática -, não é neutro. Nos conteúdos que transmite também se encontram os valores, as crenças, enfim a visão de mundo dos autores que produzem. Isso tudo é absorvido pelo aluno, daí a importância em considerar que os livros didáticos podem funcionar como instrumento de reprodução ideológica ou, ao contrário, podem vir a se constituir em veículos que possibilitem ao aluno o desenvolvimento de habilidades voltadas para a conscientização, reflexão e questionamento dos problemas da realidade social. Por outro lado, o livro didático é uma mercadoria e como tal, em uma sociedade capitalista, está invariavelmente submetido às leis de mercado (FRANCO, 1982, p. 17-18).

O professor de história tem um enorme poder e responsabilidade, porque, através dos textos que trabalha, pode fazer com que os alunos tenham variadas visões diante do que lêem e passem a entender a linguagem não apenas como forma de comunicação, mas compreendendo que todo discurso traz a marca do lugar social do enunciante e, conseqüentemente, seu vínculo ideológico. A partir dos textos, os alunos começam a compreender o que a ideologia burguesa quer que se aceite como reflexo de sua realidade. Isso se objetiva na aceitação de determinados dizeres que são legitimadores do pensamento burguês e podem se tornar temporários na medida em que o ser humano refrata a sua realidade sem legitimar, mas criticando o que é dito.

O que se aspira é mostrar para o aluno que para cada discurso existem outros que podem dar um significado diferente e, ao mesmo tempo, demonstrar o que o texto não diz (os silenciamentos). É nesse ponto que a ideologia não demonstra a realidade, tendo assim maior facilidade de manter a opressão e a dominação.

Sobre os recortes analisados podemos dizer que os livros didáticos de história são ideologicamente marcados por um discurso que limita a concepção histórica e concomitantemente discursiva. Em relação aos efeitos de silenciamento de sentido, o primeiro resultado ao qual chegamos expõe uma linha ideológica bem nítida, delimitada e constituída. As versões dos fatos não levam em conta outras formas de se dizer e, em síntese, os efeitos são:

1. o Ascenso de Fevereiro foi obra da burguesia, que usou a força do proletariado e a falência do tzarismo para obter o poder dos trabalhadores;
2. o Ascenso de Fevereiro é tido como uma mera derrubada (tipo quartelada) que força a mudança do regime e silencia quando não diz que se o tzarismo só foi derrubado porque os sujeitos sociais envolvidos no processo fizeram uma escolha;
3. os socialistas estavam divididos sem levar em conta a organização e atuação do Partido *Bolchevique*;
4. a burguesia foi a classe protagonista do Ascenso de Fevereiro, silenciando a atuação dos trabalhadores organizados pelos *bolcheviques*;
5. os autores do recorte, diante da complexidade do processo revolucionário, não indicam o modo como encaminhar seus ditos numa perspectiva de mudança social, ou seja,

não dizem os motivos que levaram à falta de condições para avançar a revolução e como se processa o caráter subjetivo do processo revolucionário;

6. os autores expõem seu lugar social quando se limitam a avançar além da propriedade privada, pois defendem a democracia burguesa ou a República Parlamentar.

Concluimos também que se fala em uma questão muito comum: o entendimento da revolução como um processo violento. Essa generalização, por ser tida como verdade, é muito perigosa, pois expõe uma das formas mais simples de se desqualificar o processo revolucionário associando-o a uma forma ditatorial, desordeira, brutal e ingênua.

Alguns aspectos importantes não foram considerados. Por exemplo:

1. a luta dos *bolcheviques* foi exposta dentro dos marcos do regime parlamentar;
2. leva-se a crer que a luta se travava no espaço do parlamento e conseqüentemente nos marcos da propriedade privada;
3. evidenciasse o parlamento como o espaço adequado e civilizado para a política e como área de mediação dos conflitos sociais;
4. o Partido *Bolchevique* definiria suas ações de acordo com o que dizia Lênin. Ficou silenciado o tipo de organização que se praticava no interior do partido (centralismo democrático);
5. as ações dos protagonistas foram limitadas a um mero devir, sem levar em conta o método de análise da realidade que fundamentava (e fundamenta) os princípios do marxismo revolucionário.

Além disso, percebemos a sugestão de uma luta limitada à questão do poder, enfocando a revolução sob este aspecto. Dessa forma, há a apropriação de um discurso que não enfatiza a conjuntura na visão dos que lutaram por sua libertação enquanto classe explorada pela burguesia de época. O texto não distingue a linha dos partidos no que diz respeito a sua organização e seus princípios quando:

1. tenta impor uma forma de dizer atribuindo a concepção de golpe ao Partido *Bolchevique* totalmente contrária ao seu conteúdo programático;
2. propõe que tanto os *bolcheviques* como os *kadets* tinham a mesma concepção tática de tomada e chegada ao poder;
3. não diz que o golpe foi uma tentativa desesperada da contra-revolução mundial de tentar barrar o avanço da revolução e restaurar a ordem capitalista;
4. silencia o posicionamento dos *bolcheviques*, perante a ameaça da contra-revolução mundial tendo como mandatário o general Kornilov, em tentar agregar e organizar com todas as forças (inclusive o Governo Provisório burguês) a luta contra o golpe. Buscando, assim, ofuscar a realidade, propondo como efeito de sentido que o Governo Provisório

burguês (representado quase com maioria absoluta pelos *mencheviques*) foi o mantenedor da ordem e da moral, não se envolvendo com golpes, que são entendidos aqui como antidemocráticos e ditatoriais;

5. exclui os *mencheviques* das tentativas de golpe, refratando a situação histórica de forma a dar certo ar de moralidade, ética, responsabilidade, de luta pela paz etc.. aos *mencheviques*;

6. há irresponsabilidade em se dizer que houve várias tentativas de golpe além daquele do general Kornilov, pois não houve outras tentativas na História da Revolução Russa;

7. não diz que o Governo Provisório, no primeiro momento, se recusou a lutar contra o golpe, alegando que era pela volta do tzarismo e não para conduzir a revolução dentro dos marcos do capitalismo. Isso pode produzir um efeito de sentido de que os *bolcheviques* eram antidemocráticos, arrogantes, intempestivos, sem organização etc..

Há uma desqualificação do processo revolucionário que se vale de uma forma irresponsável quando tenta dizer que o Partido *Bolchevique* perseguiu e executou os críticos do novo regime (socialista). A irresponsabilidade perdura quando se diz que houve um controle da imprensa, e assim, tenta-se colocar um vulto ditatorial e de genocídio entre aqueles que eram contra o Governo Revolucionário. Entretanto, certos aspectos e condições de se exercer tal poder estão silenciados quando se propõe que:

1. nenhuma revolução se faz sem que os sujeitos sociais queiram fazê-lo, mas não se consegue organizar uma revolução de tipo socialista sem um partido marxista revolucionário aos moldes do Partido *Bolchevique*. Assim, pode-se passar um efeito de sentido de que não houve aceitação do processo revolucionário por parte da população;

2. o processo revolucionário se dá pela objetividade das situações postas em condições de extrema comoção. Daí a necessidade de organização e subordinação aos ditames da população (no caso os *Soviets*). Como se os bolcheviques pudessem fazer uma revolução sozinhos;

3. não havia intenção de se tratar os partidários da burguesia e da monarquia russa com uma punição capital, mas havia a necessidade imediata de se isolar os membros do velho regime para evitar sabotagens e a organização da contra-revolução democrática burguesa financiada internacionalmente pelo Capital. Dessa forma, pode-se entender que houve perseguições e assassinatos indiscriminados sem direito a julgamento e com anuência dos *bolcheviques*;

4. não há classe social homogênea a ponto de ter uma só representação. Dessa forma, não haveria condições políticas de se conseguir capitalizar tal poder e de se controlar os meios de comunicação em um universo social tão heterogêneo. Cria-se, assim, uma forma

de se entender o processo revolucionário como homogeneização das diferenças. Não se diz que só houve condições econômicas e sociais favoráveis para o Ascenso de Outubro pelo esgotamento de outras vias possíveis, que conseguiram a simpatia da população explorada em sua condição por meio de um discurso quase que homogêneo para execução das tarefas imediatas da revolução.

Notamos ainda considerações que fogem à regra mais elementar de qualquer tipo de revolução: ficar ou não do lado daqueles que fizeram a revolução? Se isso não ocorre, há uma verdadeira desorganização porque a população se sente traída, e assim, se colocará contra a própria revolução, com o partido perdendo o ímpeto e a vontade revolucionária, já que não acredita mais em seus líderes. Temos alguns efeitos de sentido sobre os posicionamentos do Partido *Bolchevique* a partir do que dissemos:

1. não foi dito que o Governo Revolucionário se colocaria a favor das terras individuais, desde que os próprios camponeses assim o quisessem. Tem-se a impressão de que todas as decisões eram tomadas pelo partido passando por cima dos *Soviets*, dando a entender que foram tomadas decisões unilaterais e extremas com o uso da força;

2. tenta-se expor os *bolcheviques* como repressores do próprio povo (no caso os camponeses). De acordo com essa visão, os *bolcheviques* seriam sem critérios, insensíveis, além de não dialogar e de não haver representação popular autônoma etc.

Finalmente, percebemos uma forma muito sutil de inverter o signo ideológico considerando a revolução como uma simples comoção que gerou facilidades para que os *bolcheviques*, de forma isolada, pudessem tomar de assalto os prédios públicos sem reação. O livro didático silencia e provoca efeitos de sentido propondo que:

1. só os *bolcheviques* eram conscientes da situação e foram eles que fizeram revolução;

2. tomaram uma decisão isolada e seu êxito se deu de forma inesperada por pura sorte.

Foram destacadas algumas linhas ideológicas que marcam os recortes dos livros didáticos de história. Não significa que existam apenas essas. Outras, ainda, poderão ser foco de análise, até porque, conforme Bakhtin, nenhum texto é acabado, possibilitando múltiplas significações com sentidos diferenciados, da mesma maneira que algumas idéias possam ser apagadas do texto para se tentar amenizar as forças da classe explorada. Desse modo, pode-se dizer que os *não-ditos* ocorrem porque:

1. os autores dos recortes dos textos didáticos concordam (ou se submetem) quanto à orientação ideológica do Capital, pois promovem a desqualificação do Ascenso de Feve-

reiro e Outubro mostrando uma grande falta de responsabilidade com aqueles que ainda desconhecem as leis gerais de um processo revolucionário;

2. os professores e alunos podem ou não concordar com o que está dito nos recortes, mas podem também refletir o texto naquilo que está dito sem refratar, pois desconhecem o tema ou em muitos casos não têm acesso a outras versões da mesma situação histórica;

3. os outros desqualificam os *bolcheviques* quando os chamam de antiéticos e amorais por não se submeterem à moral burguesa, já que o marxismo revolucionário rejeita a existência de qualquer moral supra-histórica e, portanto, de qualquer teoria da moral ou de qualquer ética normativa situada fora e acima da luta de classes, propõem como efeito de sentido que o Partido *Bolchevique* no regime socialista não reconhecia a necessidade de se ter leis⁷⁴;

5. propõem como justificativa moral o apelo à paz e à ordem, pois a revolução representa o contrário dos princípios da moral burguesa⁷⁵;

6. o livro didático carrega para si o conteúdo ideológico de uma sociedade dividida que transforma os valores burgueses em valores universais, adequados a uma economia de mercado que se caracteriza pela competição humana;

7. coloca a perspectiva da revolução socialista como algo inviável, ingênuo e espontâneo.

O professor de história pode ser considerado o principal agente de transformação desses efeitos de sentido, e adequá-los, também, aos valores da classe operário-camponesa. Ou melhor, o professor de história deve demonstrar que para cada discurso existem outros aos quais esse pode se contrapor. Ao mesmo tempo, podemos perceber que o livro didático é uma ferramenta na qual está presente um discurso que é “convenientemente escolhido” para ser “adequadamente assimilado” pelos alunos. Essa situação acabou por conceder ao livro didáti-

⁷⁴ Os socialistas (não) renunciam a propor *determinadas reivindicações jurídicas*. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando esta classe conquiste o poder político e suas reivindicações alcancem validade universal sob forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas reivindicações em um programa, sob a forma de *reivindicações jurídicas*. Mas as reivindicações de classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas, são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social (ENGELS; KAUTSKY, 1991, p. 42).

⁷⁵ Nos períodos de reação triunfante, vêem-se senhores democratas, social-democratas, anarquistas e outros similares representantes da esquerda secretarem moral em dose dupla, da mesma maneira que as pessoas transpiram mais quando estão com medo. Repetindo, à sua maneira, os dez mandamentos ou o sermão da montanha, estes moralistas dirigem-se menos à reação triunfante do que aos revolucionários perseguidos, cujos “excessos” e cujos princípios “amorais” “provocam” a reação e fornece-lhes uma justificação moral. Haveria, entretanto, um meio elementar porém seguro para evitar a reação: esforço interior, a regeneração moral. Amostras de perfeição ética são distribuídas gratuitamente em todas as redações interessadas. Essa pregação tão grandiloquente quanto falsa tem sua base social de classe na pequena burguesia intelectual. Sua base política reside na impotência e no desespero diante da ofensiva da reação (TROTSKY, 2002, p. 1).

co um “rótulo” cujo caráter reduz a polissemia. Constitui um conjugado de enunciados herméticos, indiscutíveis, com os quais os alunos teriam a obrigação se identificarem.

O livro didático aparece nesse contexto, como um dos grandes instrumentos do processo educacional, sendo muitas vezes o principal, se não o único, portanto com a atribuição de elemento formador, passando a ser um referencial, portador do saber da história oficial, levando para a sala de aula uma visão parcial, porém sob a égide da verdade absoluta (GUILMARÃES, 2005, p. 90).

Entretanto, vale ressaltar que os livros didáticos de história, em alguns casos, podem não representar o que realmente o autor do livro quer expressar, pois este passa pelo crivo de editores que se investem da autoridade de transpor o texto do autor em uma linguagem que simplifica a teoria, e, conseqüentemente, fragmenta a análise teórica. É, também, freqüente o uso dessas categorias usadas de forma “descuidada” ou até desprovida de rigorosidade teórica em suas análises. Afinal, não é incomum que os professores de história tenham diante de si a necessidade de “armar-se” de conceitos de temporalidade como: *fase, conjuntura, situação, época, etapa* que definem os movimentos de mudanças ou manutenção, dos antagonismos de classe. Assim, o que percebemos é que o professor de história tem que chamar para si a responsabilidade de usar os textos didáticos de história.

De qualquer forma, a transmissão dos discursos está condicionada à elaboração do saber. Por isso, as teorias da história não podem deixar de interessar ao professor de história. Todavia, percebe-se facilmente, em relação ao Ensino médio e Fundamental, que os livros didáticos continuarão a ser o instrumento para a transformação da linguagem teórica em linguagem didática. Como expõe Saviani (1989):

[...] o livro didático pode deixar de ser didático, ou seja, de preencher a função educativa que lhe é própria. Na verdade, um autor de livro didático deve ter em mente que o seu objetivo não é a ciência como tal. Portanto, não lhes cabe, propriamente, expor as conclusões científicas (essa é a função de livros especializados), mas selecioná-las e ordená-las de modo a atingir o objetivo educacional: a promoção do homem, isto é, do educando. Por outro lado, se o livro didático, hoje, deve ser um elemento estimulador da capacidade criadora de professores e alunos, segue-se que ele não deverá se caracterizar como um conjunto de enunciados fechados, conclusivos, como ocorre tradicionalmente. Isto significa, em suma, que o discurso didático pode se incorporar dialeticamente, numa certa medida, ao discurso científico. (p. 104).

Sendo assim, acreditamos que toda a análise histórica deve ser precedida de uma teoria que tenha conceitos, critérios, caracterizações rígidas e comprovadas historicamente. E principalmente, que contemple a ideologia proletária, pois ensinar é um ato político por si só, e renegar este fato é simplesmente diluir a função social do professor que passa a ser um mero reproduzidor do livro didático de história, sem levar em conta a sua função e a necessidade de se colocar como sujeito histórico e social que é.

No entanto, essa discussão sobre o livro didático de história não se encerra. Enquanto houver seres humanos que trabalham nas escolas de classe popular e que têm quase como único instrumento educacional o livro didático, não se sustarão os questionamentos acerca do tema, que se coligarão a novos discursos que se realizam e se realizarão constantemente. Embora ainda se veja o livro didático de forma hermética, este pode ser uma forma de fazer menção aos “vazios” deixados nos enunciados que podem ser úteis aos questionamentos que o professor de história pode estabelecer e gerar o conflito em sala de aula, inquietando os alunos na busca incessante de conhecer o mundo em que vivemos.

É preciso estimular a busca incessante ao conhecimento, tendo como instrumento a diversidade de fontes, não como forma de evitar a parcialidade, pois esta é uma característica intrínseca do conhecimento humano, mas como forma de abrir possibilidades diante de caminhos adversos, permitindo a formulação do pensamento numa relação dialética com o movimento das sociedades (GUIMARÃES, 2005, p. 123).

Tais conhecimentos são necessários ao professor de história, pois este terá que descobrir os instrumentos adequados e tornar o discurso do texto didático de história assimilável aos alunos. Entretanto, é “importante salientar que, apenas com o texto didático, um sistema não garante a sua hegemonia ideológica” (idem., *ibidem*, p. 123). Uma vez que o meio é determinado basicamente pelas condições de produção do discurso do interlocutor, conclui-se que as escolhas das formas dos discursos das versões históricas serão determinadas pelo conhecimento que o professor de história tem dos alunos, mas não “considerar como determinante a prática escolar, simplesmente pela mediação do professor, é, no mínimo, subestimar a capacidade de penetração ideológica do sistema capitalista, e de seus instrumentos de reprodução” (idem., *ibidem*, p. 124).

A História se faz de pessoas comuns, que buscam a superação e o avanço no processo histórico com seus próprios meios e formas. Estes movimentos têm uma dinâmica social desigual, ou seja, diferenciada, de acordo com a combinação e correlação de forças que nela está inserida em um determinado contexto social, econômico, político e cultural. Por isso, há a necessidade de que a disciplina história se organize a partir de experiências diretas na direção em que os discursos são produzidos, podendo-se refratar as necessidades das tarefas imediatas e mediatas dos seres humanos rumo ao socialismo. O historiador Valério Arcary comenta sobre os posicionamentos dos intelectuais frente à concepção de revolução:

Revoluções não cessaram de acontecer, mas não onde se esperava, nem com as formas previstas, e menos com os resultados desejados. Não existe hoje um só país em que o projeto internacionalista revolucionário tenha triunfado. Essa realidade subjetiva adversa não poderia deixar de ter conseqüências sobre o próprio marxismo que, como todas as correntes revolucionárias do passado, não poderia passar incólume às pressões políticas do seu tempo. Nem sempre a “fuga em frente” é possível. A maioria dos intelectuais socialistas – como expressão de sua diáspora do movimento ope-

rário – escolheu o nomadismo intelectual e refugiou-se em exílios ecléticos (2004, p. 28).

Como intelectuais, os professores de história têm uma responsabilidade social para com seus alunos em tentar mostrar as coisas como elas são e não como gostaríamos que fossem, sem se abstrair da realidade em que vivem e ao mesmo tempo discutir outras alternativas além da dita “cidadania” que tem como signo ideológico a democracia burguesa em que vivemos atualmente.

Para o filósofo e historiador mexicano Aníbal Ponce há uma recorrente idéia de neutralidade ou imparcialidade na postura do professor frente aos seus alunos:

Ao sair da escola, a criança camponesa ou operária ignora que existem as classes sociais, e que ela pertence a uma delas. Se o chega saber, é porque aprendeu por conta própria e com não pouco sofrimento. Foi-lhe apresentado com tal habilidade o panorama do mundo e a conexão dos interesses existentes, que o pouco que sabe leva-a a acreditar na solidariedade com a classe da qual está excluída (1983, p. 174).

Dentro desse contexto, “respeitar a liberdade da criança dentro da sociedade burguesa, equivale mais ou menos a dizer” (op. cit, p.175) que o professor de história é apenas reflexo da “realidade” social na qual está inserido não se superando como indivíduo e sujeito social que é, e, conseqüentemente, ajudando a reproduzir os discursos que são “convenientes” ao Estado e ao regime democrático burguês.

Esperamos que esta pesquisa possa servir também como ferramenta de trabalho para os professores de história, auxiliando na sua *práxis* escolar. A análise aqui efetuada, por si só, já têm o seu valor. No entanto, se forem utilizadas como ponto de referência para novos trabalhos e, sobretudo, para o aumento da reflexão em sala de aula, e, conseqüentemente, para a emancipação dos alunos e professores de história como sujeitos históricos, terão uma serventia ainda maior e mais digna de mérito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Santo Tomás de. **Súmula contra os gentios**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUER, Carlos. **Reflexões sobre o tempo e a construção da história**. São Paulo: Pulsar, 1997.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zaar, 1997.
- DEUTSCHER, Issac. **Trotsky, o profeta banido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- DREGUER, Ricardo; TOLEDO, Eliete. **História: cotidiano e mentalidades**. São Paulo: Atual, 1995.
- ENCICLOPÉDIA Delta Larousse**. 2ª. Local: Delta, 1969. Volume III.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Ensaio, 1991.
- ENGELS, Friedrich. **A II internacional**. Obras escolhidas. São Paulo: CS, 1994.
- FERREIRA, José Roberto Martins. **História**: São Paulo: Reforma, 1997.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Teses educação: O Livro Didático de História no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- FURLANETTO, Maria Marta “Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos *topois*” IN: BONINI, Adair; FURLANETTO, Maria Marta – (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino-aprendizagem**. Revista Linguagem em Discurso. V.6, n3, Set. /Dez. Universidade do Sul de Santa Catarina – Tubarão: Ed. Unisul, 2005.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança**. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem, 1986.
- GUIMARÃES, Gerson Maciel “O livro didático de História: ideologia e discurso” IN: CAVALCANTE, M. do Socorro Aguiar de Oliveira - (Org.) - **As malhas de discursos revelados**. Maceió, EDUFAL, 2005.

- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- _____. **A filosofia radical**. São Paulo: brasiliense, 1983.
- KOCHAM, I. **Origens da Revolução Russa**. São Paulo: Zahar Editores, 1983.
- LÊNIN, V. I. **O oportunismo e a falência da II internacional**. Revista Vorbote, Moscou, janeiro, v. 1, n. 1, p. 12, 31, 33 janeiro. 1916.
- _____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Escriba, 1980.
- _____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- _____. **Que Fazer?** São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. **Teses de abril**. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- _____. **Um passo em frente, dois passos para trás**. São Paulo: CS, 1992.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e ser social**. Mimeo. S./d.
- _____. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MARTINS, Maria Anita Viviane. **O Professor como agente político**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich . **A ideologia Alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações**. São Paulo: Atual, 1993.
- MORENO, Nahuel; MERCEDES, Petit. **Conceitos Políticos Básicos**. Caderno de Formação 7. São Paulo: CS, 1989.
- MORENO, Nahuel. **Teses para a Atualização do Programa de Transição**. São Paulo: CS, 1992.
- _____. **Os governos de frente popular na História**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- _____. **As revoluções do século XX**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- _____. **Conversando com Moreno**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- NOVAK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado**. São Paulo: CS, 1988.

OHWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e Crise Contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Mercado Aberto, 1985.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Moral e revolução**. <http://www.pstu.org.br/biblioteca>. Acesso em 16 jan. 2002.

_____. **Lições de Outubro**. Lisboa: Antídoto, 1979.

_____. **A Revolução Russa (conferência): a natureza de classe da URSS**. São Paulo: Informação editora, 1989.

_____. **Revolução Permanente**. São Paulo: CS, 1992.

_____. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Proposta Editorial, 2000.

_____. **A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa: um exercício de análise do discurso**: 2ª ed. Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ, 1997.

_____. **Análise do Discurso e o Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Vozes Sociais Citadas e Sobrepostas: A Polifonia e a Dialogia**. Revista Linguagem em Discurso. V.5, n2, Jan. /Jun. Universidade do Sul de Santa Catarina – Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

_____. **O contexto refletido: Vozes sobrepostas de um diálogo**. Mimeo. S./d.

ÍNDICE ONOSMÁTICO⁷⁶

Alexandre II (1855-1881) – sucessor de Alexandre I Tzar de toda a Rússia morreu jovem não implementando nenhuma mudança substancial na política. Só deu continuidade aos seus antecessores.

Alexandre III (1881-1894) – sua morte prematura levou ao trono russo seu filho Nicolau II que seguiu as pegadas de seu pai e manteve a aristocracia russa intocável até o Ascenso revolucionário de Outubro de 1917.

Arcary, Valério – Professor Doutor em história; ex-membro da Executiva Nacional do PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, ligado a LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional).

Bernstein, Eduard (1850-1932) – dirigente teórico do Partido Social-Democrata Alemão e da II Internacional, defendeu a luta por reformas no capitalismo em oposição ao marxismo revolucionário. Adotou uma posição centrista e pacífica durante a 1ª Guerra Imperialista Mundializada (MORENO, 2003, p.276).

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1770-1831) – Filho de um coletor de impostos estudou Filosofia, Letras clássicas e Teologia na Universidade de Tübingen, passando depois a trabalhar como Professor particular, primeiro em Berna e depois Frankfurt. Em 1801, professor de Universidade de Iena, onde foi escrita sua primeira obra importante, “Fenomenologia do Espírito”, publicada em 1807. Hegel interpreta a História como “progresso na consciência da liberdade”. As formas de organização social correspondem à consciência da liberdade e, portanto, a consciência determina o ser. A consciência de época histórica e de um povo se expressa sobre tudo na religião, “que é onde o povo define por si mesmo o que considera verdade (...) A religião é a consciência de um povo daquilo que ele é, do seu ser mais elevado” escreve Hegel em Filosofia da História do Mundo, publicado em 1830-1831 (BOTTOMORE, 1997, p. 174-175).

Liebkecht, Karl (1881-1919) – deputado social-democrata no Reichstag (Parlamento Alemão) quando estourou a Primeira Guerra Mundial. Apesar de ter acatado a disciplina partidária e ter votado a favor dos empréstimos de guerra em 4 de agosto de 1914, logo repudiou publicamente esta política belicista e ficou preso de 1916 a 1918 devido à sua atividade antibélica. Foi fundador, junto com Rosa de Luxemburgo, da Liga Spartacus. Ambos foram assassinados por ordem do governo social-democrata, por dirigir a insurreição de janeiro de 1919 (TROTSKY, 1989, p. 43).

Kautsky, Karl (1854-1938) - durante cerca de vinte anos foi um dos principais teóricos e dirigentes da social-democracia alemã e da II Internacional. Começou sua militância em 1874, tendo conhecido Marx e Engels em 1881. Combateu o revisionismo de Bernstein, no final do século XX, mas tornou-se revisionista do marxismo a partir de 1914, quando adota uma posição centrista e pacifista durante a 1ª Guerra Imperialista Mundializada, rompendo com a soci-

⁷⁶ Este índice onomástico foi organizado com algumas referências bibliográficas que se encontram nas páginas 125, 126, 127 desta pesquisa.

al-democracia oficial e fundando um Partido Social-Democrata Independente. Foi contra a tomada do poder pelos bolcheviques em Outubro de 1917 e voltou à social-democracia em 1922 (MORENO, 2003, p. 279).

Kerensky, Alexander (1870-1918) – advogado, membro do Partido Social-Revolucionário Russo e deputado da fração Trudovique (trabalhista) na Duma tzarista. Principal representante e dirigente dos partidos reformistas nos governos provisórios após a Revolução Burguesa de Fevereiro de 1917, foi Ministro da Justiça e Ministro da Guerra, sendo derrubado pelos Soviets em outubro do mesmo ano (idem., ibidem, p. 279).

Kornilov, L. G. (1870-1918) – general cossaco siberiano, nomeado por Kerensky como comandante-em-chefe do exército russo, em julho de 1917; em agosto organiza um golpe militar para derrubar o governo de Frente Popular encabeçado por Kerensky e destruir os Soviets. Derrotado e preso, consegue escapar e, posteriormente, foi um dos organizadores dos exércitos contra-revolucionários das potências capitalistas durante a guerra civil russa, tendo sido morto em combate (idem., ibidem, p. 279).

Kropotkin, Piort A. (1842-1921) – destacado dirigente teórico russo do anarquismo (idem., ibidem, p. 279).

Lênin (1870-1924) – pseudônimo de Vladimir Ilich Ulianov, principal dirigente da Revolução Russa de 1917. Em 1903, organizou o grupo dos bolcheviques (palavra russa que significa maioria) dentro do Partido Operário Social-Democrata da Rússia. Junto com Trotsky, fundou a III Internacional, em 1919. Morreu em 1924, após vários derrames. Autor de várias obras, entre elas, *Que fazer?* Na qual, formula as bases da organização do partido revolucionário, e *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, em que descreve o início da fase de decadência do capitalismo (idem., ibidem, p. 280).

Lvov, Príncipe (1861-1925) – nobre e latifundiário russo, membro do Partido Kadet, foi o Primeiro-Ministro do Interior nos Governos Provisórios, após a Revolução Burguesa de Fevereiro de 1917 (idem., ibidem, p. 281).

Luxemburgo, Rosa (1871-1919) – dirigente do Partido Social-Democrata Polonês e posteriormente do Alemão. Rompeu com a social-democracia em 1914 por seu apoio ao governo alemão na Primeira Guerra Mundial. Fundou a Liga Spartacus, organização antecessora do Partido Comunista Alemão. Participou da Revolução Alemã de novembro de 1918, durante a qual foi presa e assassinada por ordem do governo social-democrata. Como teórica marxista, escreveu várias obras importantes, como *A Acumulação do Capital* (Zahar Ed., 1977) e *Greve de Massas, Partido Político e Sindicatos*. (MORENO, 2005, p. 148).

Moreno, Nahuel (1924-1987) – pseudônimo de Hugo Miguel Bressano, nasceu na província de Buenos Aires, Argentina. Em 1944, fundou o Grupo Operário Marxista, levando o trotskismo até a classe operária Argentina. Em 1982, formou o Movimento ao Socialismo – MAS, que foi o maior partido trotskista da América Latina. Organizou a Fração Bolchevique no interior do Secretariado Unificado da Quarta Internacional, dando combate ao revisionismo da maioria dirigida por Ernest Mandel. Fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). Entre suas obras encontramos: *O partido e a revolução*; *Teses para a atualização do programa de transição*; *Revolução e contra revolução em Portugal*; *Lógica marxista e ciências modernas*, entre outras (MORENO, 2003, p. 282).

Nicolau II (1868 – 1918) – filho de Alexandre III foi Tzar de toda a Rússia. Querendo apaziguar a oposição socialista e liberal, convocou uma Duma representativa. Mal cercado e acon-

selhado, tornou-se impopular e teve de abdicar do trono ante a revolução triunfante de 1917, liderada pelos bolcheviques que tinham apoio dos Soviets. Internado após o Ascenso Revolucionário de Outubro de 1917, foi julgado pelos Soviets e condenado à morte junto com toda sua família.

Novack, George (1905 – 1992) – Filósofo e marxista americano. Foi um dos fundadores do primeiro partido socialista americano (SWP – Socialist Working Party), colaborador de Trotsky em seus anos de exílio no México, ajudou-o a fundar a Quarta Internacional. Fez várias publicações e atuou diretamente no pensamento do SWP e fundamentou a teoria de Trotsky sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Plékhanov, Gueórgui V. (1856-1918) - um dos primeiros teóricos e propagandistas do marxismo na Rússia, fundador, junto com Lênin, Martov e outros revolucionários, do jornal *Iskra* (faísca em russo). Em 1914, foi um dos principais responsáveis pela capitulação dos reformistas diante a burguesia, adotando a política da “defesa nacional” diante da 1ª Guerra Imperialista Mundializada. Em 1917, dirigiu a ala direita dos mencheviques e foi contra a tomada do poder pelos bolcheviques (MORENO, 2003, p. 283).

Trotsky, Leon (1879-1940) – pseudônimo de Lev Dadidovitch Bronstein, foi presidente do Soviet de São Petersburgo durante o “ensaio geral” de 1905. Em 1917, liderou com Lênin a tomada do poder pelo proletariado na Rússia. Durante a guerra civil (1918-1921) foi principal organizador e dirigente do Exército Vermelho, que derrotou as forças contra-revolucionárias internas, e principalmente externa contra os Exércitos Brancos. Liderou a resistência contra a burocratização do Partido Bolchevique e do Estado soviético (comandada por Stálin); tendo sido expulso da União Soviética em 1938, fundou a Quarta Internacional. Autor da teoria da Revolução Permanente, combateu a “teoria” stalinista do “socialismo em um só país” e escreveu inúmeras obras de análise da burocratização do Estado soviético, como *A revolução traída*. Vive seus últimos anos no exílio, sendo assassinado a mando de Stálin, no México, em 1940. A principal contribuição de Trotsky para o pensamento marxista revolucionário foi a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a doutrina, dela conseqüente, da revolução permanente. Um país atrasado não supera seu atraso passando pelas etapas já atravessadas pelos países adiantados, mas condensando-as ou mesmo saltando-as, o que resulta numa combinação de aspectos de um estágio de desenvolvimento adiantado, habitualmente do mais alto nível existente (idem., *ibidem*, p. 285).

ANEXOS

ANEXO A - O OPORTUNISMO E A FALÊNCIA DA II INTERNACIONAL⁷⁷

I

A II Internacional deixou realmente de existir? Os seus representantes mais autorizados, como Kautsky e Vandervelde, negam-no obstinadamente. Nada aconteceu além de uma ruptura das relações; tudo está bem; tal é o seu ponto de vista.

A fim de esclarecer a verdade, vejamos o *manifesto do congresso de Basileia* de 1912, que se refere precisamente à atual guerra mundial imperialista e foi adotado por todos os partidos socialistas do mundo. Deve-se assinalar que nenhum socialista ousará, em teoria, negar a necessidade de uma avaliação histórica concreta de cada guerra.

Agora que a guerra eclodiu, nem os oportunistas declarados nem os kautskistas se resolvem nem a negar o manifesto de Basileia nem a confrontar com as suas exigências o comportamento dos partidos socialistas durante a guerra. Por quê? Pois porque o manifesto os desmascara inteiramente a uns e a outros.

Nele não há nem uma única palavrinha sobre a defesa da pátria, nem sobre a diferença entre a guerra ofensiva e a guerra defensiva, nem uma palavra sobre tudo que afirmam agora aos quatro ventos os oportunistas e os kautskistas⁷⁸ da Alemanha e da quádrupla Entente. O manifesto não podia falar disso, dado que aquilo que ele diz exclui absolutamente qualquer emprego desses conceitos. Ele indica de maneira absolutamente concreta uma série de conflitos econômicos e políticos que prepararam esta guerra durante decênios, que se tinham revelado plenamente em 1912 e provocaram a guerra de 1914. O manifesto recorda o conflito russo-austriaco a propósito da «hegemonia nos Bálcãs», o conflito entre a Inglaterra, a França e a Alemanha (entre *todos* estes países!) a propósito da sua «política de conquista na Ásia Menor», o conflito austro-italiano a propósito da «aspiração ao domínio» na Albânia, etc. O manifesto define numa palavra todos esses conflitos como conflitos no terreno do «imperialismo capitalista». Deste modo, o manifesto reconhece com toda a clareza o caráter espo-

⁷⁷ Gostaria de esclarecer que este texto de Lênin foi retirado na íntegra do site: www.pstu.org.br, publicado pela primeira vez na revista *Vorbote*, Moscou n. 1, n. 1 em janeiro de 1916. Não há informações sobre a tradução.

⁷⁸ Não se trata aqui da personalidade dos partidários de Kautsky na Alemanha, mas desse tipo internacional de falsos marxistas que oscilam entre o oportunismo e o radicalismo, mas na realidade servem apenas de folha de parra ao oportunismo.

liador, imperialista, reacionário, escravista desta guerra, isto é, o caráter que transforma a admissibilidade da defesa da pátria numa insensatez do ponto de vista teórico e num absurdo do ponto de vista prático. Está em curso uma luta dos grandes tubarões para devorar «pátrias» estrangeiras. O manifesto tira as conclusões inevitáveis de fatos históricos indiscutíveis: esta guerra não pode ser «justificada por qualquer pretexto de interesse popular»; ela é preparada «a bem dos lucros dos capitalistas e das ambições das dinastias». Seria «um crime» se os operários «começassem a disparar uns contra os outros». Assim diz o manifesto.

A época do imperialismo capitalista é a época do capitalismo maduro e mais que maduro, do capitalismo que está em vésperas da sua derrocada, que amadureceu o suficiente para dar lugar ao socialismo. O período de 1789 a 1871 foi à época do capitalismo progressista, em que na ordem do dia da história estava o derrube do feudalismo e do absolutismo, a libertação do jugo estrangeiro. Nesse terreno, e só nele era admissível a «defesa da pátria», isto é, a defesa contra a opressão. Este conceito poderia ainda hoje ser aplicado a uma guerra *contra* as grandes potências imperialistas, mas seria absurdo aplicá-lo à guerra *entre* as grandes potências imperialistas, à guerra na qual se trata de saber quem pilhará mais os países balcânicos, a Ásia Menor, etc. Não é por isso de espantar que os «socialistas» que reconhecem a «defesa da pátria» na presente guerra evitem o manifesto de Basiléia como o ladrão evita o lugar do roubo. É que o manifesto demonstra que eles são sociais-chauvinistas, isto é, socialistas em palavras e chauvinistas na realidade, que ajudam a «sua» burguesia a pilhar países estrangeiros, a subjugar outras nações. O que é essencial na noção de «chauvinismo» é a defesa da «sua» pátria mesmo quando as ações desta visam escravizar as pátrias alheias.

Do reconhecimento de uma guerra como guerra de libertação nacional decorre uma tática, do seu reconhecimento como guerra imperialista decorre outra. O manifesto aponta claramente essa outra tática. A guerra «provocará uma crise econômica e política» que deverá ser «aproveitada»: não para atenuar a crise, não para defender a pátria, mas, pelo contrário, para «sacudir» as massas, para «apressar a queda do domínio do capital». Não se pode apressar aquilo cujas condições históricas ainda não amadureceram. O manifesto reconhecia que a revolução social é *possível*, que as premissas para ela *amadureceram*, que ela virá precisamente *em relação* com a guerra: as «classes dominantes» temem «a revolução proletária», declara o manifesto, invocando o exemplo da *Comuna de Paris e da revolução de 1905* na Rússia, isto é, os exemplos das greves de massas, da guerra civil. É uma mentira afirmar, como faz Kautsky, que a atitude do socialismo para com *esta* guerra não foi esclarecida. Esta questão não só foi discutido como foi decidida em Basiléia, onde foi adotada a tática da luta proletária revolucionária de massas.

É uma revoltante hipocrisia passar em silêncio, totalmente ou nas partes mais essenciais, o manifesto de Basileia e em lugar dele citar discursos de dirigentes ou resoluções de certos partidos que, em primeiro lugar, foram proferidos *antes* de Basileia, em segundo lugar não eram decisões dos partidos de todo o mundo, em terceiro lugar referiam-se a diferentes guerras *possíveis*, mas não a presente guerra. O fundo da questão está em que à época das guerras nacionais entre as grandes potências européias foi substituída pela época das guerras imperialistas entre elas e em que o manifesto de Basileia teve pela primeira vez de reconhecer oficialmente esse fato.

Seria um erro pensar que o manifesto de Basileia é uma declamação oca, uma fraseologia oficial, uma ameaça pouco séria. É assim que gostariam de apresentar a questão àqueles que esse manifesto desmascara. Mas isso é falso. O manifesto é apenas o resultado de um grande trabalho de propaganda de toda a época da II Internacional, é apenas um resumo de tudo aquilo que os socialistas lançaram entre as massas em centenas de milhares de discursos, artigos e apelos em todas as línguas. Ele apenas repete aquilo que escreveu, por exemplo, *Jules Guesde* em 1899, quando fustigava o ministerialismo⁷⁹ dos socialistas em caso de guerra: ele falava da guerra provocada pelos «piratas capitalistas» (*En garde!*, p. 175); apenas repete aquilo que escreveu Kautsky em 1909 em *O Caminho do Poder*, onde reconhecia o fim da época «pacífica» e o início de uma época de guerras e revoluções. Apresentar o manifesto de Basileia como fraseologia ou como um erro significa considerar como fraseologia ou como um erro todo o trabalho socialista nos últimos 25 anos. A contradição entre o manifesto e a sua não aplicação é tão intolerável para os oportunistas e kautskistas porque ela revela a profundíssima contradição no trabalho da II Internacional. O caráter relativamente «pacífico» do período de 1871 a 1914 alimentou o oportunismo primeiro como *estado de espírito*, depois como *tendência* e finalmente como *grupo ou camada* da burocracia operária e dos companheiros de jornada pequeno-burgueses.

Estes elementos só podiam submeter o movimento operário reconhecendo em palavras os objetivos revolucionários e a tática revolucionária. Eles só podiam conquistar a confiança das massas através da afirmação solene de que todo o trabalho «pacífico» constitui apenas uma *preparação* para a revolução proletária. Esta contradição era um abcesso que alguma vez haveria de rebentar, e rebentou.

⁷⁹ *Ministerialismo*: o mesmo que *millerandismo*, tática oportunista de participação dos socialistas em governos burgueses reacionários. O termo surgiu em relação com a participação em 1899 do socialista francês Millerand no governo burguês de Waldeck-Rousseau. A questão do millerandismo foi discutida em 1900 no congresso de Paris da II Internacional. O congresso aprovou uma resolução conciliatória proposta por K. Kautsky, a qual condenava a participação dos socialistas no governo burguês, mas admitia a possibilidade dessa participação em casos "excepcionais". Os socialistas franceses utilizaram esta ressalva para justificar a sua participação no governo da burguesia imperialista no período da Primeira Guerra Mundial.

Toda a questão consiste em saber se deve tentar, como fazem Kautsky e C.a, reintroduzir de novo esse pus no organismo em nome da «unidade» (com o pus) ou se, para ajudar à completa cura do organismo do movimento operário, se deve, o mais depressa possível e o mais cuidadosamente possível, livrá-lo desse pus, apesar da temporária dor aguda causada por esse processo.

E evidente a traição ao socialismo por parte daqueles que votaram pelos créditos de guerra, entraram para os ministérios e advogaram a idéia da defesa da pátria em 1914-1915. Só os hipócritas podem negar este fato. É necessário explicá-lo.

II

Seria absurdo encarar toda a questão como uma questão de pessoas. Que relação tem isso com o oportunismo se pessoas como *Plékhanov* e *Guesde*, etc.? — interrogava Kautsky (*Neue Zeit*, 28 de Maio de 1915). Que relação tem isso com o oportunismo se *Kautsky*, etc.? — respondia *Axelrod* em nome dos oportunistas da quádrupla Entente (*Die Krise der Sozialdemokratie*⁸⁰, Zurique, 1915, p. 21). Tudo isso é uma comédia. *Para explicar a crise de todo o movimento é necessário examinar, em primeiro lugar, o significado e c o n ó m i c o desta política, em segundo lugar as d e i a s que estão na sua base, e em terceiro lugar a sua ligação com a história das tendências no socialismo.*

Em que consiste a essência econômica do defensismo durante a guerra de 1914-1915? A burguesia de *todas* as grandes potências trava a guerra com o fim de partilhar e explorar o mundo, com o fim de oprimir os povos. Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses podem receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a «sua» burguesia nacional *contra* as, massas da classe operária, a aliança dos lacaios da burguesia com esta última *contra* a classe por ela explorada.

⁸⁰ A Crise da Social-Democracia.

*O conteúdo político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração das classes, a renúncia à ditadura do proletariado, a renúncia às ações revolucionárias, o reconhecimento sem reservas da legalidade burguesa, a falta de confiança no proletariado, a confiança na burguesia. O social-chauvinismo é a continuação direta e o coroamento da política operária liberal inglesa, do millerandismo e do bernsteinianismo.*⁸¹

A luta entre as duas tendências fundamentais no movimento operário, o socialismo revolucionário e o socialismo oportunista, abrange toda a época de 1889 a 1914. E também hoje existem em todos os países duas correntes principais quanto à questão da atitude para com a guerra. Deixemos à maneira burguesa e oportunista de invocar os indivíduos. Tomemos as *tendências* numa série de países. Tomaremos dez Estados europeus: Alemanha, Inglaterra, Rússia, Itália, Holanda, Suécia, Bulgária, Suíça, Bélgica e França. Nos primeiros oito países a divisão em tendências oportunista e revolucionária corresponde à divisão em sociais-chauvinistas e internacionalistas. Na Alemanha os pontos de apoio do social-chauvinismo são os *Sozialistische Monatshefte* e Legien e C.a; na Inglaterra os fabianos e o Partido Trabalhista (o ILP fez sempre bloco com eles, apoiou o seu órgão e sempre foi mais fraco nesse bloco do que os sociais-chauvinistas, enquanto no BSP os internacionalistas constituem três sétimos); na Rússia essa corrente é representada pela *Nacha Zariá* (agora *Nache Delo*), pelo Comitê de Organização, pela fração da Duma dirigida por Tchkhaidze; na Itália pelos reformistas encabeçados por Bissolati; na Holanda pelo partido de Troelstra; na Suécia pela maioria do partido, dirigida por Branting; na Bulgária pelo partido dos «amplos»⁸²; na Suíça por Greulich e C. ^a Foi precisamente entre os sociais-democratas revolucionários de todos estes países que se ergueu já um protesto mais ou menos vivo contra o social-chauvinismo. Apenas dois países constituem exceção: a França e a Bélgica, onde, no entanto o internacionalismo também existe, mas é muito fraco.

O social-chauvinismo é o oportunismo acabado. Ele amadureceu para uma aliança aberta, freqüentemente vulgar, com a burguesia e os estados-maiores. E é precisamente essa aliança que lhe dá uma grande força e o monopólio da imprensa legal e da mistificação das massas. *E absurdo considerar ainda hoje o oportunismo como um fenômeno interno do parti-*

⁸¹ *Bernsteinianismo*: corrente oportunista na social-democracia internacional surgida no fim do século XIX na Alemanha e designada segundo o nome de E. Bernstein, o mais aberto representante do revisionismo. Bernstein pronunciava-se contra a doutrina da revolução socialista e a ditadura do proletariado, declarando como única tarefa do movimento operário a luta por reformas, pela melhoria da situação econômica dos operários no quadro da sociedade capitalista. Nos congressos do Partido Social Democrata Alemão K. Kautsky criticou o bernsteinianismo, mas não colocou decididamente a questão da incompatibilidade da revisão do marxismo com a permanência de fileiras nas fileiras da social-democracia.

⁸² Socialistas “amplos”: na Bulgária o mesmo que “*Obschedeltsi*”. Corrente oportunista do Partido Social-democrata Búlgaro, que desde 1900 editou a revista *Obscho Delo*. Depois da cisão do X Congresso (1903) do Partido Social-Democrata, os “*obschedeltsi*” formaram o Partido Social-Democrata Búlgaro, reformista. Durante a Primeira Guerra Mundial os “*obschedeltsi*” tiveram uma posição chauvinista.

do. É absurdo pensar em aplicar a resolução de Basileia em conjunto com David, Legien, Hyndman, Plékhanov e Weber. A unidade com os sociais-chauvinistas é a unidade com a sua «própria» burguesia nacional, que explora outras nações, é a cisão do proletariado internacional.

Isso não significa que a ruptura com os oportunistas é imediatamente possível em toda à parte, significa apenas que ela amadureceu historicamente, que ela é necessária e inevitável para a luta revolucionária do proletariado, que a história, que conduziu do capitalismo «pacífico» ao capitalismo imperialista, preparou essa ruptura. *Volentem ducunt fata, nolentem trahunt.*⁸³

III

Os representantes inteligentes da burguesia compreenderam-no muito bem. Por isso elogiam tanto os atuais partidos socialistas, à frente dos quais se encontramos «defensores da pátria», isto é, os defensores da pilhagem imperialista. E por isso que os governos gratificam os chefes sociais-chauvinistas ora com postos ministeriais (em França e Inglaterra) ora com o monopólio da existência legal sem obstáculos (na Alemanha e na Rússia). É por isso que na Alemanha, onde o partido social-democrata era o mais forte e onde a sua transformação em partido operário nacional-liberal *contra-revolucionário* foi mais evidentes, as coisas chegaram a tal ponto que o ministério público vê na luta entre a «minoría» e a «maioría» uma «incitação ao ódio de classe»! Por isso os oportunistas inteligentes se preocupam acima de tudo com a preservação da anterior «unidade» dos velhos partidos, que prestaram tão grandes serviços à burguesia em 1914-1915. Um dos membros da social-democracia alemã, que publicou em Abril de 1915, sob o pseudónimo de *Monitor*, um artigo na revista reacionária *Preussische Jahrbucher*, exprime com uma franqueza digna de agradecimento as concepções desses oportunistas em todos os países do mundo. Monitor considera que para a burguesia seria muito perigoso que a social-democracia se deslocasse *ainda mais para a direita*: «Ela deve manter o carácter de partido operário com ideais socialistas. Porque no dia em que ela renunciar a isso, surgirá um novo partido, que adotará o programa rejeitado pelo velho partido anterior e lhe dará uma formulação ainda mais radical» (*Preussische Jahrbucher*, 1915, n.^o 4, pp. 50-51).

Monitor acertou em cheio. Os liberais ingleses e os radicais franceses sempre quiseram precisamente isso: frases de ressonância revolucionária, para enganar as massas, para

⁸³ O destino conduz aquele que consente, arrasta aquele que resiste.

que estas tenham confiança em Lloyd George, Sembat, Renaudel, Legien e Kautsky, em homens capazes de pregar a «defesa da pátria» na guerra de rapina.

Mas Monitor representa apenas uma das variedades do oportunismo: aberta, grosseira, cínica. As outras atuam dissimuladamente, sutilmente, «honestamente». Engels disse uma vez: os oportunistas «honestos» são os mais perigosos para a classe operária...⁸⁴ Eis um exemplo:

Kautsky escreve na *Neue Zeit* (de 26 de Novembro de 1915):

«Cresce a oposição contra a maioria; o espírito das massas é de oposição.» «Depois da guerra (só *depois* da guerra? *N. L.*) as contradições de classe agudizar-se-ão de tal modo que o radicalismo entre as massas se imporá.» «Depois da guerra (só *depois* da guerra? *N. L.*) arriscamo-nos a que os elementos radicais fujam do partido e refluam para um partido de ações de massas antiparlamentares (entenda-se: extra parlamentares).» «Assim, o nosso partido decompõe-se em dois campos extremos, que nada têm de comum entre si.» A fim de salvar a unidade, Kautsky procura convencer a maioria no Reichstag a autorizar a minoria a pronunciar alguns discursos parlamentares radicais. Isto significa que Kautsky quer, por meio de alguns discursos parlamentares radicais, reconciliar as massas revolucionárias com os oportunistas, que «nada têm de comum» com a revolução, que já há muito dirigem os sindicatos e que agora, apoiando-se na sua estreita aliança com a burguesia e com o governo, se apoderaram também da direção do partido.

⁸⁴ F. Engels, *Para a Crítica do Projeto de Programa Social-Democrata de 1891*.

Em que é que isto difere, no fundo, do «programa» de Monitor? Em nada a não ser nas frases melosas que constituem o marxismo.

Na reunião da fração do Reichstag de 18 de Março de 1915, o kautskista Wurm «preveniui» a fração para não «esticar demasiado a corda; nas massas operárias cresce a oposição contra a maioria da fração; é necessário manter-se no centro marxista» (?! sem dúvida uma gralha: deve ler-se «monitoria») (*Klassenkampf gegen den Krieg! Material zum «Fali Liebknecht»*. *Ais Manuskript gedruckt*⁸⁵, p. 67).

Deste modo, vemos que o *fato* de que as *massas* são revolucionárias foi reconhecido em nome de *todos* os kautskistas (o chamado «centro») *já em Março de 1915!!* E oito meses e meio mais tarde Kautsky de novo apresenta a proposta de «reconciliar» as massas, que querem lutar, com o partido oportunista, contra-revolucionário, e isto com a ajuda de algumas frases de sonoridade revolucionária!!

A guerra tem muitas vezes a utilidade de pôr a nu a podridão e rejeitar o convencionalismo. Comparemos os fabianos ingleses com os kautskistas alemães. Eis o que escrevia acerca dos primeiros um *verdadeiro* marxista, Friedrich Engels, em 18 de Janeiro de 1893: «... um bando de ambiciosos que têm entendimento suficiente para verem a inevitabilidade do revolucionamento social, mas para quem é, no entanto, impossível confiar este trabalho gigantesco ao proletariado imaturo... medo da revolução é o seu princípio fundamental...» (*Correspondência com Sorge*, p. 390).

E em 11 de Novembro de 1893 escreve: «... estes burgueses enfatuados que querem por benevolência condescender em libertar o proletariado de cima para baixo, desde que este queira ser tão inteligente para assim compreender que uma massa bruta inculta não pode libertar-se a si própria e não chega a nada a não ser pela benevolência desses advogados, literatos, atemorizados e destas comadres sentimentais...» (*ibidem*, p. 401).

Em teoria Kautsky olha os fabianos com desprezo, como o fariseu o pobre republicano. Porque ele jura pelo «marxismo». Mas qual é na prática a diferença entre eles? Assinaram ambos o manifesto de Basileia e atuaram ambos em relação a ele como Guilherme II em relação à neutralidade belga. Enquanto Marx durante toda a sua vida fustigou as pessoas que procuram abafar o espírito revolucionário dos operários.

Kautsky opôs aos marxistas revolucionários a nova teoria do «ultra-imperialismo». Por ultra-imperialismo ele entende a eliminação da «luta dos capitais financeiros nacionais entre si» e a sua substituição pela «exploração conjunta do mundo pelo capital financeiro internacional» (*N. Z.*, 30 de Abril de 1915). Mas acrescenta: «ainda não dispomos

⁸⁵ *Luta de Classe contra a Guerra! Materiais para o «Caso Liebknecht»*. Publicado como Manuscrito.

das premissas suficientes para decidir se esta nova fase do capitalismo é realizável». Assim, é com base apenas em suposições sobre uma «nova fase», sem ousar declarar abertamente que ela é «realizável», que o inventor dessa «fase» rejeita as suas próprias declarações revolucionárias, rejeita as tarefas revolucionárias e a tática revolucionária do proletariado *agora*, na "fase" da crise *já iniciada*, da guerra, de uma agudização maldita das contradições de classe! Não será isto o mais ignóbil fabianismo?

O líder dos kautskistas russos, Axelrod, vê «o centro de gravidade do problema da internacionalização do movimento libertador do proletariado na internacionalização da prática quotidiana»: por exemplo, «a legislação sobre a proteção do trabalho e a legislação do seguro social devem ser objeto de ações e das organizações internacionais dos operários» (Axelrod, *A Crise da Social-Democracia*, Zurique, 1915, pp. 39-40). É perfeitamente claro que não só Legien, David, os Weber, mas também o próprio Lloyd George, Naumann, Briand e Miliukov aderirão inteiramente a esse «internacionalismo». Tal como em 1912, Axelrod está disposto, em nome de um futuro muito, muito distante, a proferir as frases mais revolucionárias, se a futura Internacional «atuar (contra os governos, em caso de guerra) e levantar uma tempestade revolucionária». Vejam lá como nós somos corajosos! Mas quando se trata de apoiar e desenvolver *agora* a efervescência revolucionária que começa entre as massas, então Axelrod responde que essa tática das ações revolucionárias de massas «ainda teria alguma justificação se estivéssemos imediatamente em vésperas de uma revolução social, como aconteceu, por exemplo, na Rússia, onde as manifestações estudantis de 1901 anunciavam a aproximação de batalhas decisivas contra o absolutismo». Mas no presente momento tudo isso é uma «utopia», «bakuninismo», etc., inteiramente no espírito de Kolb, David, Sudekum e Legien.

O inefável Axelrod esquece simplesmente que em 1901 na Rússia ninguém sabia nem podia saber que a primeira «batalha decisiva» teria lugar quatro anos mais tarde — não esqueça: *quatro* anos mais tarde — e *não* seria «decisiva». E, no entanto só nós, marxistas revolucionários, tínhamos razão nessa altura: nós ridicularizamos os Kritchevski e os Martinov, que apelavam imediatamente ao assalto. Nós apenas aconselhávamos os operários a expulsarem por toda à parte os oportunistas e a apoiar, intensificar e alargar com todas as suas forças as manifestações e outras ações revolucionárias de massas. A situação atual na Europa é perfeitamente análoga: seria insensato apelar ao assalto «imediate». Mas seria vergonhoso intitular-se social-democrata e não aconselhar os operários a romper com os oportunistas e consolidar, aprofundar, alargar e intensificar com todas as suas forças o movimento revolucionário e as manifestações que se iniciam. A revolução nunca cai do céu já pronta, e no início da efervescência revolucionária nunca ninguém sabe se esta conduzirá e quando a uma revolução «verdadeira», «autêntica». Kautsky e Axelrod dão aos operários conselhos velhos,

gastos, contra-revolucionários. Kautsky e Axelrod alimentam as massas com a esperança de que a *futura* Internacional será já certamente revolucionária — trata-se apenas de *presentemente* proteger, encobrir e embelezar a dominação dos elementos contra-revolucionários: os Legien, os David, os Vandervelde, os Hyndman. Pois não é evidente que a «unidade» com Legien e C.a constitui o melhor meio de preparar a «futura» Internacional revolucionária?

«A aspiração de transformar a guerra mundial em guerra civil seria uma loucura», declara o líder dos oportunistas alemães, David (*Die Sozialdemokratie und der Weltkrieg — A Social-Democracia e a Guerra Mundial*, 1915, p. 172), respondendo ao manifesto do Comitê Central do nosso partido de 1 de Novembro de 1914⁸⁶. Nesse manifesto diz-se, entre outras coisas:

«Por maiores que pareçam as dificuldades dessa transformação num ou noutro momento, os socialistas nunca renunciarão a um trabalho preparatório sistemático, perseverante, constante nesse sentido, desde que a guerra se tornou um fato.»

(Também citado por David, p. 171.) Um mês antes da publicação do livro de David o nosso partido publicou resoluções nas quais a «preparação sistemática» era explicada do seguinte modo:

1. Recusa dos créditos. 2. Ruptura da paz civil. 3. Criação de organizações ilegais. 4. Apoio às manifestações de solidariedade nas trincheiras. 5. Apoio a todas as ações revolucionárias de massas. David é quase tão corajoso como Axelrod: em 1912 não considerava «loucura», em caso de guerra, a referência à Comuna de Paris.

Plékhanov, representante típico dos sociais-chauvinistas da Entente, raciocina sobre a tática revolucionária do mesmo modo que David. Chama-lhe «alucinofarsa». Mas ouçamos Kolb, oportunista confesso, que escreveu: «O resultado da tática das pessoas que rodeiam Liebknecht seria uma luta levada até a ponto de ebulição no seio da nação alemã» (*Die Sozialdemokratie am Scheidewege — A Social-Democracia na Encruzilhada*, p. 50).

Mas o que é uma luta levada até a ponto de ebulição, senão uma guerra civil?

Se a tática do nosso CC, que nos seus traços fundamentais coincide com a tática da esquerda de Zimmerwald, fosse uma «loucura», «um sonho», «uma aventura», «bakunismo» — como afirmaram David, Plékhanov, Axelrod, Kautsky, etc. —, ela nunca poderia conduzir à «luta no seio da nação», e muito menos ser levada até a ponto de ebulição. As frases anarquistas em parte nenhuma do mundo conduziram à luta no seio de uma nação. Em

⁸⁶ Em 10 de Novembro de 1914 foi publicado no jornal *Sotsial-Demokrat* o manifesto do CC do POSDR A Guerra e a Social-Democracia Russa, escrito Lênin. O manifesto definiu o caráter da Primeira Guerra Mundial como guerra imperialista e elaborou a tática dos bolcheviques: transformação da guerra imperialista em guerra civil. O manifesto condenou o social-chauvinismo dos dirigentes da II Internacional.

contrapartida, os fatos mostram que precisamente em 1915, em conseqüência da crise suscitada pela guerra, cresce a efervescência revolucionária entre as massas, crescem as greves e as manifestações políticas na Rússia, as greves na Itália e na Inglaterra, as marchas da fome e as manifestações políticas na Alemanha. Não será isto o início das ações revolucionárias de massas?

Apoio, desenvolvimento, alargamento, intensificação das ações revolucionárias de massas, criação de organizações ilegais, sem as quais mesmo nos países «livres» não é possível dizer a verdade às massas populares: eis todo o programa prático da social-democracia nesta guerra. Tudo o resto é mentira ou fraseologia, sejam quais forem às teorias oportunistas ou pacifistas com que se enfeite⁸⁷.

Quando nos dizem que essa «tática russa» (expressão de David) não convém à Europa, nós respondemos habitualmente indicando fatos. Em 30 de Outubro, em Berlim, apresentou-se na direção do partido uma delegação de camaradas, mulheres de Berlim, e declarou «que agora, com a existência de um grande aparelho organizativo, é possível, muito mais facilmente que no tempo da lei contra os socialistas, difundir brochuras e panfletos ilegais e realizar “reuniões não autorizadas”“.” Não nos faltam meios nem vias, mas, visivelmente, falta à vontade “(Berliner Tagwacht, 1915, n.0 271)”.

Será que estas más camaradas foram desviadas do bom caminho pelos «sectários» russos, etc.? Será que as verdadeiras *massas* são representadas não por estas camaradas, mas por Legien e Kautsky? Por Legien, que no seu relatório de 27 de Janeiro de 1915 fulminava a idéia «anarquista» de criação de organizações ilegais; por Kautsky, que se tornou a tal ponto contra-revolucionário que em 26 de Novembro, *quatro* dias antes da manifestação em Berlim de dez mil pessoas, qualificou as manifestações de rua como uma «aventura»!!

Basta de frases, basta de «marxismo» prostituído à *la* Kautsky! Depois de 25 anos de existência da II Internacional, depois do manifesto de Basiléia, os operários não acreditarão mais em frases. O oportunismo mais do que amadureceu, passou definitivamente para o campo da burguesia, transformando-se em social-chauvinismo: ele rompeu espiritual e politicamente com a social-democracia. Romperá com ela também organizativamente. Os operários reclamam já uma imprensa «sem censura» e reuniões «não autorizadas», isto é, organizações

⁸⁷ No congresso internacional de mulheres em Berna, em Março de 1915, as representantes do CC do nosso partido indicaram a necessidade absoluta de criar organizações ilegais. Isto foi rejeitado. As inglesas riram-se dessas propostas e enalteciam a «liberdade» inglesa. Mas alguns meses mais tarde foram recebidos jornais ingleses, como por exemplo, o Labour Leader *, com espaços em branco, e posteriormente chegaram notícias de buscas policiais, de confiscação de brochuras, prisões e sentenças draconianas contra camaradas que na Inglaterra falavam da paz e só da paz! *The Labour Leader (O Dirigente Operário): jornal semanal inglês, publica-se desde 1891. A partir de 1893 foi órgão do Partido Trabalhista Independente da Inglaterra. Desde 1946 publica-se com o nome de Socialist Leader (Dirigente Socialista).

clandestinas para apoiar o movimento revolucionário das massas. Só uma tal «guerra a guerra» é uma causa social-democrata e não uma frase. E a despeito de todas as dificuldades, das derrotas temporárias, dos erros, dos enganos, dessa causa levará a humanidade à revolução proletária vitoriosa.

Publicado em Janeiro de 1916 na revista *Vorbote* n° 1.

ANEXO B – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL HISTÓRIA: COTIDIANO E MENTALIDADES

O processo da revolução

Quando o governo foi derrubado, em março de 1917, os socialistas se encontravam divididos; participaram da formação dos principais soviets, mas não tiveram condições políticas de articular a constituição do novo governo, o que foi feito pela burguesia.

Esse governo remeteu as reivindicações populares — redução da jornada de trabalho, distribuição de terras, fim da participação na guerra — para uma Assembleia Constituinte, que ele prometia convocar brevemente. Ao mesmo tempo crescia o número de soviets em todo o país, através dos quais grande parte dos revolucionários pretendia fiscalizar o governo provisório, garantindo as liberdades e o cumprimento das reivindicações populares. Como o novo governo não atendia às suas exigências, os membros dos soviets retomaram os movimentos de protestos e greves.

Em resposta à retomada das manifestações populares organizadas pelos soviets, o governo demitiu alguns ministros e ampliou o leque de forças nele representado; passou a incluir líderes socialistas-revolucionários e mencheviques, que aceitavam uma coalizão com os burgueses. Já os bolcheviques, liderados por Lenin e Trotski, pregavam a destituição do governo provisório e incentivavam as invasões de terras feitas pelos camponeses, que começaram a realizar a reforma agrária por conta própria.

Nas cidades, os Comitês de Fábrica assumiram o controle da produção, no exército aumentavam as deserções. Os bolcheviques souberam catalisar essa insatisfação das massas com o governo provisório: propuseram uma insurreição armada. Ao mesmo tempo, assumiram o controle da Guarda Vermelha — grupo militar criado pela revolução de fevereiro — e receberam a adesão das tropas descontentes com a permanência da Rússia na guerra. Em novembro de 1917, os bolcheviques ocuparam os pontos estratégicos da cidade e depuseram o go-



verno provisório (fig 6), recebendo o apoio dos comitês de soldados, de camponeses e de operários.

Fig. 6
Ataque de bolcheviques ao Parlamento do governo provisório russo, em novembro de 1917.

Socialismo bolchevique

Logo que assumiram o poder, os bolcheviques implementaram suas primeiras medidas: decreto de paz, estatização dos bancos, terras, estradas de ferro e indústrias; reforma agrária; controle pelos operários das indústrias estatizadas. Após a assinatura do acordo de paz, que possibilitou a saída da Rússia da guerra, voltaram-se para os problemas internos, procurando consolidar-se no poder. Afirmando que era necessário evitar movimentos contra-revolucionários das forças ligadas aos antigos governantes, os bolcheviques determinaram o controle da imprensa, a perseguição e a execução dos críticos do novo regime.

Entre os opositores estavam os mencheviques, os socialistas revolucionários e os anarquistas, que criticavam principalmente a excessiva centralização do novo governo nas mãos dos bolcheviques; diziam também que o governo estava restringindo demais a liberdade, e que deveria haver maior controle das fábricas pelos próprios operários. Os opo-

ANEXO C – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO
FUNDAMENTAL HISTÓRIA MARTINS

145

Mas o czar percebeu que não poderia continuar respondendo às revoltas na base da bala e que teria de fazer algumas concessões. A principal delas foi a instalação de um parlamento (Duma), em outubro de 1905.

A guerra trouxe a revolução

De 1907 a 1914, a situação interna da Rússia foi relativamente tranqüila. Ajudada pelo capital estrangeiro, ela voltou a ter altas taxas de crescimento industrial. O governo repartiu as terras das antigas comunidades rurais e as distribuiu entre os camponeses. Os operários não conseguiram grandes melhorias, mas, sozinhos, nada podiam fazer.

Uma grande parte da oposição adotava as idéias de Karl Marx. Acreditava que a solução dos problemas da Rússia só viria com a destruição do capitalismo e a instauração do comunismo.

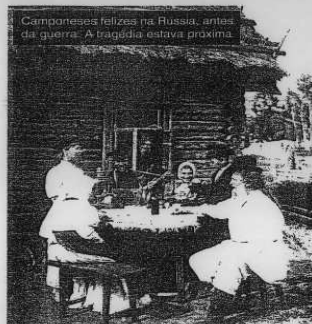
Dentre os comunistas, dois grupos assumiam maior importância: os bolcheviques e os mencheviques.

• Liderados por Lênin, os bolcheviques propunham a derrubada violenta da monarquia russa. Os mencheviques, contudo, queriam chegar ao comunismo através de um lento processo de reformas.

Os líderes comunistas tinham grande influência entre os operários e os camponeses.

A burguesia rejeitava a via revolucionária e defendia a implantação de um regime liberal. Queria a adoção de uma constituição e o fortalecimento do parlamento (Duma).

RÚSSIA
O COMUNISMO
NO PODER



Camponeses felizes na Rússia, antes da guerra. A tragédia estava próxima.



Anúncio de guerra, previsões sombrias. A tela é de 1914.

Marc Chagall - O Jornal de Sverdlovsk. Museu de Arte de Praga



Um sonho e muitos obstáculos

Decididos a transformar a sociedade russa numa sociedade comunista, os bolcheviques tomaram várias medidas legais. As terras da Igreja, da nobreza e da burguesia foram desapropriadas e distribuídas aos camponeses. Fábricas, lojas, bancos, empresas de transporte, diversões e comunicações foram confiscados, tornando-se propriedade do Estado.

O objetivo dessas medidas era o de acabar com a propriedade privada, pois, segundo o marxismo, a propriedade privada era a raiz de todos os males. Sem a propriedade privada, não haveria exploradores e explorados nem opressores e oprimidos.

Saindo da guerra, os bolcheviques fizeram a paz com a Alemanha e recusaram-se a pagar a dívida externa.

A tarefa fundamental consistia em reorganizar a economia e o governo do país. Era uma tarefa bastante difícil, pois os problemas eram enormes. Dificuldades surgiam por todos os lados.

Os camponeses recusavam-se a aceitar as fazendas coletivas, propostas pelo governo. Queriam propriedades individuais. O governo teve de usar a força.

Os operários assumiram o controle das fábricas, mas a desorganização da economia e o despreparo dos trabalhadores fizeram com que a produção caísse barbaramente. Com a diminuição da produção rural e da produção fabril, os preços dispararam.

Para agravar a situação, os bolcheviques tiveram de combater várias forças que se opunham à revolução. Entre elas, grupos de guerrilheiros fortemente armados, apoiados por países como a França e a Inglaterra. Para enfrentar as forças adversárias, os bolcheviques tiveram de arregimentar milhões de homens, aumentando ainda mais os problemas da economia. Para alimentar a tropa, a produção dos camponeses foi confiscada à força. Os operários tinham que ter a disciplina dos soldados.

A economia e o Estado foram militarizados. Operários e camponeses deviam trabalhar sem reclamar. O poder do Partido Comunista tomou conta de toda a sociedade. O novo regime tornou-se extremamente centralizado e o sonho de criar uma sociedade de abundância, igualdade e liberdade foi ficando cada dia mais distante.

p.19
(2)

ANEXO D – FOTOCÓPIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉ-
DIO *CAMINHOS DAS CIVILIZAÇÕES*

Os movimentos de oposição multiplicavam-se pelo país. Na Duma, a burguesia e parte da aristocracia colocavam-se contra o czar; nas ruas o povo começava novamente a se manifestar. A Rússia estava a um passo de uma revolução que marcaria a história do mundo contemporâneo.

A Revolução de 1917

Em fevereiro de 1917 as greves e revoltas multiplicaram-se, principalmente em Petrogrado. As revoltas deixaram de lado os aspectos reivindicatórios e passaram a exigir a derrubada do governo. No mês de março elas já tomavam conta das ruas de Petrogrado.

As tropas enviadas para reprimir as revoltas se recusaram a atirar na multidão, aderindo às manifestações. Nesse processo, os partidos de esquerda que viviam na clandestinidade assumiram o comando de algumas manifestações. O soviete de Petrogrado é reorganizado e participam dele bolcheviques e mencheviques, entre várias correntes, cabendo a vice-presidência ao menchevique Kerenski.

Com as revoltas nas ruas e o exército amotinado, só restava ao czar Nicolau II renunciar, o que aconteceu em 27 de fevereiro de 1917.

O governo provisório

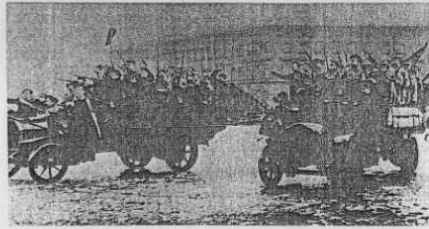
Com a renúncia do czar, a Duma ganhou uma representatividade maior e organizou o governo provisório, presidido pelo príncipe liberal Lvov. Kerenski foi convidado a participar do governo e logo se tornou o homem forte.

Os exilados, como Lênin e Trotsky, retornaram à Rússia e pregavam o fortalecimento dos sovietes. Os bolcheviques, liderados por Lênin, queriam que os sovietes se tornassem o centro do poder político popular do país. Os mencheviques avaliavam que os movimentos populares não estavam preparados para assumir o poder.

Assim, iniciou-se uma disputa pelo poder entre a Duma (e seu governo provisório) e os sovietes.

Em maio o príncipe Lvov cedeu às pressões e se demitiu; Kerenski assumiu a direção do governo provisório. As derrotas na guerra contra a Alemanha continuavam, dificultando ainda mais o quadro político interno.

Mencheviques, bolcheviques e o Partido Kadete percebiam a fraqueza do governo provisório e disputavam o poder. Bolcheviques (em julho) e kadetes (em setembro) tentaram chegar ao poder através de golpes, contidos pelo governo.



Revolucionários se dirigindo ao Palácio de Inverno para tomá-lo de assalto.

Os bolcheviques no poder — a Revolução de Outubro

Gradativamente os bolcheviques ganhavam adesões entre soldados e camponeses, assumindo o comando de diversos sovietes, principalmente o de Petrogrado. Os bolcheviques organizavam-se para tomar o poder. Trotski organizava a Guarda-Vermelha, e Lénin, de volta do segundo exílio, defendia a bandeira de "Todo o poder aos sovietes".

Em 24 de outubro de 1917 os bolcheviques iniciaram a revolução em Petrogrado, tomando os edifícios públicos e fábricas. O movimento se espalhou pelo país e o governo provisório foi deposto; Kerenski fugiu da Rússia em 25 de outubro.

Imediatamente foi convocado o II Congresso dos Sovietes, com maioria bolchevique; Lénin assumiu a liderança do novo governo. Assim, a primeira revolução socialista da história era vitoriosa, mas começavam as dificuldades para implantá-la.

Os problemas para a formação da URSS

Ao tomar o poder, os bolcheviques iniciaram as reformas nas estruturas da Rússia. O novo governo, liderado por Lénin, nacionalizou os bancos e estradas de ferro, as fábricas passaram para o controle do governo e dos operários, as terras foram distribuídas aos camponeses. Trotski reorganizou o exército (Exército Vermelho) e a polícia política.

Uma grande questão era a continuação da Rússia na guerra. Lénin se opunha e Trotski era favorável. A paz de Brest-Litovsk, retirando a Rússia da guerra, foi assinada em março de 1918, mas os problemas ocasionados por ela permaneceram.



*Lénin e Trotski,
os dois grandes líderes
da Revolução de 1917.*